

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

X Curso de Mestrado em Direito e Segurança



**PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS
NAÇÕES UNIDAS: BIÉNIO 2011-2012**

Por: João Fernando de Sousa Caleiras

Tese apresentada para obtenção do grau de Mestre em Estudos Avançados em Direito e Segurança

Orientador: Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho

Lisboa, Fevereiro de 2014

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

X Curso de Mestrado em Direito e Segurança



**PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS: BIÉNIO 2011-2012**

(Dissertação de Mestrado)

Por: João Fernando de Sousa Caleiras

Orientador: Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho

Lisboa, Fevereiro de 2014

“Texto escrito conforme o acordo ortográfico”

“...Construir pode ser a tarefa lenta e difícil de anos. Destruir pode ser o ato impulsivo de um único dia...”

Winston Churchill

AGRADECIMENTOS

No final desta dissertação gostaríamos de expressar o nosso profundo agradecimento a todas as pessoas que, através da sua ajuda, conhecimento, estímulo e sugestões contribuíram para a realização do presente trabalho. Agradecemos em particular:

Ao orientador da dissertação, Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho, pelas pertinentes considerações, indicações e sugestões que nos deixou, bem como pela total receptividade, estímulo e disponibilidade demonstrada desde o primeiro momento.

Ao Conselheiro Frederico Silva e ao Diplomata Nuno Lopes Cabral pela total receptividade, disponibilidade, incentivo, e profissionalismo com que responderam às minhas solicitações.

Ao Comando da Guarda Nacional Republicana, nomeadamente ao Comando de Doutrina e Formação e à Unidade de Intervenção, pelo contributo na realização deste trabalho através a cedência de dados operacionais.

Aos meus camaradas Oficiais do Comando Territorial da GNR de Coimbra pela compreensão, camaradagem e incentivo demonstrado ao longo da realização desta dissertação.

Ao meu camarada e amigo Major Carlos Maia Morgado pelo incentivo, camaradagem, amizade e colaboração com que sempre me respondeu às minhas solicitações.

Registo ainda, com apreço, o apoio dado por todos os funcionários da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em especial a D. Sofia, pela colaboração, ajuda e profissionalismo demonstrado.

Ao Cabo-Chefe Sérgio Oliveira e ao Guarda Alberto Ferreira, ambos do Comando Territorial da GNR de Coimbra, pela colaboração prestada em termos de pesquisa de elementos bibliográficos militares e pelo esclarecimento de algumas dúvidas e nível informático, respetivamente.

Um reconhecimento carinhoso à minha família pela compreensão, apoio, incentivo e constante presença.

ÍNDICE

RESUMO.....	VI
--------------------	-----------

ABSTRACT	VII
-----------------------	------------

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	VIII
---	-------------

PARTE I

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

PARTE II

O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

CAPITULO I

PAPEL, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

1.1. Papel	6
1.2. Composição	7
1.3. Organização e funcionamento.....	8

CAPITULO II

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS.....	10
--	-----------

CAPITULO III

PROCESSO DE DECISÃO	12
----------------------------------	-----------

CAPITULO IV

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS

4.1. Mudança no contexto da conflitualidade	14
4.2. Princípios aplicáveis na resolução de conflitos internacionais.....	16
4.3. O papel do Conselho de Segurança na prevenção e resolução dos conflitos internacionais	18
4.4. O uso da força e as Operações de Manutenção de Paz	22

CAPITULO V

A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

5.1. A origem e objetivo da reforma da ONU	26
5.2. A reforma do CS	27

PARTE III

A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA NO BIÊNIO 2011-2012

CAPÍTULO I

O HISTORIAL DE PORTUGAL NAS NAÇÕES UNIDAS

1.1.	Caraterização de Portugal	30
1.2.	A admissão à ONU	30
1.3.	Presença de Portugal no Conselho de Segurança	34
1.3.1.	A primeira candidatura	34
1.3.2.	Biénio 1979-1980	36
1.3.3.	Biénio 1997-1998	41

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE CANDIDATURA E ELEIÇÃO DE PORTUGAL PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA (BIÊNIO 2011-2012)

2.1.	As opções de política externa	50
2.2.	Razões que levaram à candidatura	51
2.3.	Os adversários	53
2.4.	A campanha	54
2.4.1.	A estratégia de campanha	55
2.4.2.	Os temas e argumentos da campanha	58
2.5.	A votação e resultados	64

CAPÍTULO III

PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA (BIÊNIO 2011-2012)

3.1.	O início do mandato e as prioridades nacionais	66
3.2.	O ano de 2011	69
3.3.	O ano de 2012	70
3.4.	A presidência portuguesa do CS	71

CAPÍTULO IV

EM ESPECIAL: PORTUGAL NO COMITÉ DE SANÇÕES À LÍBIA

4.1.	Evolução histórica da Líbia até à chegada ao poder de Khadafi	74
4.2.	História recente: a era Khadafi	74
4.3.	O início da conflitualidade: a Primavera Árabe (Fevereiro de 2011)	76
4.4.	A Resolução S/RES/1970 (2011) e a criação do Comité de Sanções	77
4.5.	A intervenção de Portugal no Comité	82
4.5.1.	As Resoluções S/RES/1970 (2011) e S/RES/1973 (2011)	82
4.5.2.	As diretrizes do Comité	85
4.5.3.	A 1ª exposição de Portugal como presidente do Comité de Sanções	86
4.5.4.	Criação do Grupo de Peritos	87

4.5.5.	A 2ª exposição de Portugal como presidente do Comité de Sanções	87
4.5.6.	Melhorias na resolução do conflito	89
4.5.7.	Estabelecimento da Missão da ONU na Líbia (UNSMIL)	90
4.5.8.	A 3ª exposição de Portugal como presidente do Comité de Sanções	91
4.5.9.	A morte de Khadafi	93
4.5.10.	A 4ª Intervenção de Portugal como presidente do Comité de Sanções	95
4.5.11.	A melhoria da situação na Líbia e a 5ª intervenção de Portugal como presidente do Comité de Sanções.....	96
4.5.12.	A 6ª Intervenção de Portugal como presidente do Comité de Sanções	97
4.5.13.	O evoluir da situação e as eleições de 7 de Julho de 2012	98
4.5.14.	A 7ª intervenção de Portugal como presidente do Comité de Sanções	99
4.6.	Balanço da intervenção portuguesa na questão da Líbia.....	100

PARTE IV

REFLEXÕES FINAIS	102
-------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA	107
DOCUMENTOS ONLINE	116

RESUMO

A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional criada logo após a segunda Guerra Mundial, cujo objetivo principal é a promoção da cooperação, do desenvolvimento económico e social, bem como a garantia da paz e segurança internacionais.

Os Estados, como atores fundamentais do sistema político internacional, têm interesses estratégicos e olham para a participação nas organizações internacionais como uma oportunidade de alcançar esses objetivos.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas tem uma função bastante importante na preservação da paz e segurança internacionais, sendo o órgão da Organização das Nações Unidas no qual estão representados quinze Estados membros, cinco permanentes e dez não permanentes, sendo estes últimos eleitos para mandatos de dois anos.

A participação no Conselho de Segurança é uma oportunidade única para as médias potências como Portugal conseguirem promover os seus interesses nacionais e para aumentar a sua visibilidade internacional, para além de poderem contribuir para os destinos do mundo durante o período do mandato.

Portugal exerceu o seu terceiro mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança no biénio 2011-2012, derrotando o Canadá após uma campanha de sucesso desenvolvida pela política diplomacia.

Esta dissertação debruça-se sobre o processo de candidatura e eleição, bem como sobre o papel desempenhado por Portugal durante dois anos no Conselho de Segurança, focando em particular o exercício da presidência e a intervenção no âmbito do Comité de Sanções à Líbia. O seu objetivo é demonstrar o impacto da participação Portuguesa no Conselho de Segurança para a paz e segurança internacionais, bem como aferir a importância geopolítica para o país da pertença a este órgão das Nações Unidas.

Palavras-chave: Portugal, Organização das Nações Unidas, Conselho de Segurança, Política Externa, Comité de Sanções, Líbia.

ABSTRACT

The United Nations is an international organization that was created after World War II, whose main objective is to promote cooperation, social and economic development, as well as to ensure international peace and security.

The Member States are key actors in the international political system. For that reason they have strategic interests in what regards taking part in the international organizations. They see it as an opportunity to achieve those goals.

The United Nations Security Council has a very important role in preserving international peace and security. It is the organ of the United Nations in which fifteen member states are represented: five permanently and ten non-permanently, being that the latter are elected for two years.

Participating in the Security Council is a unique opportunity for middle powers like Portugal to promote their national interests and to increase their international visibility. In addition, they can contribute to the world's destiny during their mandate period. Portugal has exercised his third term as a non-permanent member of the Security Council in 2011-2012 biennium, defeating Canada after a successful campaign carried out by the Portuguese diplomacy.

This study analyses the participation of Portugal in the Security Council's 2011-2012 biennium. It will focus the application process and election and the role of Portugal in the Security Council, especially in its the presidency and its intervention in the presidency of the Sanctions Committee on Libya. Its aim is to show the impact of Portuguese participation in the Security Council for international peace and security, as well as the geopolitical importance for the country of being part of the Security Council.

Keywords: Portugal, the United Nations, Security Council, Foreign Policy, Sanctions Committee, Libya.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADM	Armas de Destruição Maciça
AG	Assembleia Geral das Nações Unidas
APD	Ajuda Pública para o Desenvolvimento
Art.º	Artigo
BM	Banco Mundial
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CES	Conselho Económico e Social
CNT	Conselho Nacional de Transição
CNU	Carta das Nações Unidas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRP	Constituição da República Portuguesa
CS	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CT	Conselho de Tutela
DIP	Direito Internacional Público
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GF	Guerra Fria
ICAO	Organização Internacional para a Aviação Civil
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
MP	Membros Permanentes
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NU	Nações Unidas
nº	Número
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
OEA	Organização de Estados Americanos
OI	Organização Internacional
OMP	Operações de Manutenção de Paz
ONG	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OSCE	Organização Europeia de Cooperação Económica
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
S	Secretariado
séc.	Século
SG	Secretário-Geral
SDN	Sociedade das Nações
ss.	Seguintes
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
TPI	Tribunal Penal Internacional
UA	União Africana
UNCED	Conferencia das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNSMIL	Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
IGM	Primeira Guerra Mundial
IIGM	Segunda Guerra Mundial

PARTE I

INTRODUÇÃO

I. Após o fracasso da SDN e ainda no decorrer da II Guerra Mundial, surge a CNU a qual deu origem à ONU, em 24 de Outubro de 1945, cujo seu objetivo era, entre outros, promover a paz após a 2ª Grande Guerra. Depois do flagelo deste último conflito, os Aliados perspetivaram uma OI de carácter universal que proporcionasse um mundo mais seguro, menos conflituante e mais cooperante.

A ONU é formada por 193 Estados¹ e constituída por seis órgãos principais, designadamente a AG, o CS, o S, o CES, o CT, e o TIJ². A ONU tem como finalidades a manutenção da paz e a segurança internacionais, com competência de intervenção a nível mundial³.

Diversas vezes e por variadíssimas razões, nas relações entre Estados surgem conflitos que poderão ser de maior ou menor escala, sendo que tais conflitos poderão ameaçar a paz e a segurança, quer regional quer mundial, criando um clima de instabilidade e insegurança.

Quando estes conflitos não são dirimidos entre os Estados em litígio, a ONU intervém no sentido da prevenção do conflito ou, quando esta já não é possível, intervém ao nível da resolução do mesmo, recorrendo às medidas consignadas na CNU. Esta intervenção é feita através do CS, tendo este órgão um papel preponderante na prevenção e resolução dos conflitos a nível mundial.

¹ Dados inscritos na página oficial da Assembleia Geral das Nações Unidas. s.d.-a. Disponível em <http://www.un.org/es/ga/about/background.shtml>, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 18h15m.

² De acordo com o Artº. 7º da CNU, há a possibilidade de serem criados órgãos subsidiários ou organismos especializados que se mostrarem necessários. V. também: CHAUMONT, Charles, *A Organização das Nações Unidas*. Oeiras: Margens, D.L. 1994, pp.43-57; PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de Direito Internacional Público*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 1997, pp. 491-508; RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização das Nações Unidas: as Organizações Internacionais, A Organização das Nações Unidas, os Poderes das organizações Internacionais, História das Nações Unidas, a Avaliação da Eficácia do Sistema*, 2ª edição. Coimbra, Almedina Editora, 2004, pp. 76 e 77; SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de Direito Internacional Público*, 4ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1996, p. 383; XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel et al., *A Organização das Nações Unidas*. Humana Global, 2007, pp. 51-82.

³ XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel, et al., *A Organização das Nações Unidas*..., p. 25; PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 465 e 466;

O CS é o órgão “onusiano” responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais, no qual estão representados quinze Estados, cinco permanentes e dez não permanentes – estes últimos eleitos para mandatos de dois anos -. Os Estados membros conferem ao CS a responsabilidade no que diz respeito à manutenção da paz e segurança internacionais, atuando este órgão em nome dos países, ficando os membros vinculados a aceitar as suas decisões⁴.

II. Os Estados continuam, no entanto, a ser os principais atores da cena internacional, mantendo interesses nacionais e estratégicos. De facto, os Estados atuam na ONU em defesa dos seus interesses e na prossecução dos mesmos, usando todas as formas de poder para os alcançar.

Com efeito, todos os Estados têm uma componente de política externa que é exercida pela diplomacia estatal, a qual é considerada «...um instrumento muito importante na realização da sua influência no plano internacional»⁵.

III. A política externa portuguesa nos últimos anos tem vindo a desenvolver esforços no sentido de marcar a sua presença nos grandes fora internacionais, nomeadamente na ONU, como forma de projetar a imagem do país e consequentemente aumentar a sua importância política.

No quadro da ONU, Portugal esteve representado no CS, como membro não permanente, em três mandatos, nomeadamente nos biênios 1979-1980, 1997-1998, e 2011-2012, contribuindo dessa forma para a visibilidade da diplomacia portuguesa e para a projeção da imagem do nosso país.

Foi com o XIV Governo Constitucional, liderado por António Guterres, que se verificou um maior empenho de Portugal no sentido de ambicionar uma participação internacional mais alargada, reforçando a sua intervenção no quadro das Nações Unidas.

Com efeito, com o Ministro de Negócios Estrangeiros Jaime Gama, a 5 de Janeiro de 2000, Portugal avançou com a candidatura de Portugal ao CS para o biênio 2011-2012, com mais de dez anos de antecedência da eleição, tendo como adversários de campanha o Canadá e a Alemanha. Apesar de a campanha ter sido bastante longa e exigente, Portugal conseguiu superar o Canadá no processo de votação, realizado em 12

⁴ Artº. 24º e artº. 25º ambos da CNU.

⁵ RADOS, 2003 *apud* HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva, *A Política Externa de Portugal para a PESC: O Caso de Timor-Leste*. Mare Liberum Editora, 2012, p. 25.

de Outubro de 2010, alcançando um lugar como membro não permanente do CS. Tratou-se, sem dúvida, de um excelente trabalho da diplomacia portuguesa.

IV. A presente dissertação tem como objetivo descrever a participação de Portugal no CS no biénio 2011-2012, analisando de que forma Portugal contribuiu para a prossecução da paz e segurança internacionais, bem como avaliar de que forma a participação portuguesa contribuiu para a projeção do país no sistema internacional.

A escolha deste tema foi motivada pelo interesse suscitado por este órgão “onusiano” cuja composição é única e pela importância que tem em assuntos de interesse para todo o globo, designadamente em matérias de paz e segurança internacionais, na medida em que é um órgão com influência na prevenção e resolução de conflitos mundiais. Por outro lado, a escolha explica-se com o facto de o Estado português apostar sistematicamente na participação neste órgão, tendo sido já demonstrada vontade política para uma nova candidatura ao CS para o biénio 2027-2028⁶. Outra razão ainda para a escolha deste tema prende-se com a vontade de dar a conhecer a ação da diplomacia portuguesa no foro internacional mais importante. Na verdade, a visibilidade do trabalho da diplomacia portuguesa em Nova Iorque é algo diminuta, na medida em que existem poucos trabalhos que debrucem sobre a mesma, não obstante a sua evidente pertinência. Acresce que, na qualidade de Oficial da GNR, e tendo em atenção o constante emergir de conflitos internacionais que exigem uma resposta por parte do CS, somos levados a pensar que a abordagem ao tema proposto poderá ajudar a consolidar conhecimentos, sendo que o conteúdo da dissertação poderá vir a servir para reflexões futuras.

V. Nos dois anos de mandato, para além dos trabalhos diários do CS e da presidência rotativa em Novembro de 2011, Portugal presidiu a três órgãos subsidiários do CS: o Comité de Sanções à Coreia do Norte; o Comité de Sanções à Líbia; o Grupo de Trabalho sobre Tribunais Internacionais; o Grupo de Trabalho sobre a Reforma dos Métodos de Trabalho do CS.

Optamos por abordar com maior destaque a atuação de Portugal enquanto presidente do Comité de Sanções à Líbia durante o biénio 2011-2012 pelo facto de se

⁶ SILVA, Graciosa (2013) “Nova Candidatura ao Conselho de Segurança da ONU”. *Diário de Notícias Política*, 3 de Janeiro de 2013. Disponível em http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2974177, consultado em 10 de Janeiro de 2014, pelas 15h00m.

tratar de um conflito recente (início em Fevereiro de 2011) e estar inserido na onda revolucionária de manifestações ocorridas no Médio Oriente e no Norte de África, designada de “Primavera Árabe”. Esta levou à queda de três chefes de Estado, na Tunísia, no Egito e na Líbia, provocando uma onda de instabilidade e insegurança naquelas zonas. Acresce que se tratou do comité onde se verificou uma atuação mais interventiva de Portugal, levando inclusivamente o então Ministro dos Negócios Estrangeiros – Paulo Portas –, a apontar, em Janeiro de 2013, «...o caso da Líbia como o “momento mais operativo que evitou uma guerra civil e contribuiu para o fim de uma tirania”...»⁷.

VI. Ao longo do texto procuraremos responder a um conjunto diversificado de questões:

- Como decorreu o processo de candidatura e eleição de Portugal para o Conselho de Segurança no biénio 2011-2012?
- Qual o papel de Portugal na presidência rotativa do Conselho de Segurança em novembro de 2011?
- Qual a intervenção de Portugal na presidência do Comité de Sanções à Líbia?
- Qual o Impacto da participação Portuguesa no CS para a paz e segurança internacionais?
- Qual a importância geopolítica para um médio país como Portugal pelo facto de pertencer ao CS?

O plano de investigação do nosso trabalho tem natureza qualitativa. A metodologia de investigação adotada foi o método descritivo simples, apoiado numa pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em apreço⁸. Foi criado um modelo de análise tendo por base o corpo de conceitos, com o objetivo de encontrar resposta às questões levantadas.

⁷ PORTAS, Paulo, 2013 *apud* SILVA, Graciosa (2013) “Nova Candidatura ao Conselho de Segurança da ONU”. *Diário de Notícias Política*, 3 de Janeiro de 2013. Disponível em http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2974177, consultado em 10 de Janeiro de 2014, pelas 15h00m.

⁸ Sobre planos de investigação não experimentais ou descritivos ver: COUTINHO, Clara Pereira, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. 2ª Edição. Almedina, V.N. Famalicão: 2013, pp. 298. 327-330. sobre o mesmo assunto v. também: FORTIN, Marie-Fabienne, *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Décarie Éditeur, Lusociência, 1996, pp. 161-172.

A estrutura da dissertação encontra-se dividida em quatro partes.

A primeira parte diz respeito à introdução do trabalho, na qual se explica os vários pontos que nos propomos a abordar.

Na segunda parte do nosso trabalho analisamos o órgão sobre o qual assenta o tema do nosso trabalho. Ao longo de cinco capítulos estudamos a sua composição, papel e funcionamento; a sua organização, atribuições e competências; o processo de decisão; e o seu processo de reforma.

A terceira parte é dedicada à participação de Portugal no CS no biénio 2011-2012, apresentando quatro capítulos. No primeiro abordaremos o historial de Portugal nas Nações Unidas; no segundo abordamos o processo de candidatura e eleição para o biénio 2011-2012; no terceiro capítulo fazemos uma alusão geral da ação de Portugal no CS no mesmo biénio; no capítulo quatro descreve-se a prestação de Portugal na qualidade de presidente do Comité de Sanções à Líbia.

Na quarta parte apresentaremos as nossas reflexões finais, indicando as principais lições a tirar da experiência da participação de Portugal no CS no biénio 2011-2012.

PARTE II

O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

CAPITULO I

PAPEL, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

1.1. Papel

A ONU em geral, e o CS em particular, têm capacidade e responsabilidades, por um lado, na promoção dos valores, na procura da paz e segurança através da AG e, por outro, na imposição do poder conferido às potências na resolução dos conflitos e restabelecimento da normalidade, através do CS⁹. RIBEIRO e FERRO consideram que o CS é o órgão que «...permite assegurar às grandes potências um direito de controlo sobre a evolução da Organização, bem como a sua preponderância no domínio da paz e da segurança internacionais»¹⁰.

Para ANA ISABEL XAVIER o CS apresenta três aspetos distintos em relação aos outros órgãos da ONU, designadamente o seu carácter permanente, na medida em que é o único órgão intergovernamental previsto na CNU, o controlo das grandes potências, e a supremacia na ação de manutenção da paz e seguranças internacionais¹¹.

Concordando com JORGE BACELAR GOUVEIA, o CS é considerado o órgão central da ONU «...competindo-lhe essencialmente ser o guardião da paz e da segurança internacionais», sendo que o uso da força no Direito Internacional «...esteia-se no papel do Conselho de Segurança, que não partilha esse poder com nenhum outro órgão, num sistema de segurança colectiva e pública»¹². Por outro lado, pode-se afirmar que os membros das Nações Unidas conferem ao CS a responsabilidade no que diz respeito à manutenção da paz e segurança internacionais, ficando os membros vinculados a aceitar as suas decisões, podendo-se dizer que o CS atua em seu nome¹³.

⁹ Sobre o legado humanista - conferido pela AG, e o legado maquiavélico – através do CS: MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*. 7ª edição, Coimbra: Almedina, 2011, pp. 273-276.

¹⁰ RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, pp. 103 e 104.

¹¹ XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel *et al.*, *A Organização...*, pp. 58-61.

¹² GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Internacional Publico*. 3ª Edição, Actualizada e Ampliada, Coimbra: Almedina, 2012, p. 774.

¹³ SILVA, José Paulino Cunha, *et al.*, *Angola no Conselho de Segurança da ONU (2003-2004): Experiencia e Contribuição Prática na Resolução dos Conflitos em África*. Luanda, 2006, Imprensa Nacional E.P., pp. 29 e 30.

Neste sentido, MANUEL DE ALMEIDA RIBEIRO refere que o CS apresenta-se como o único órgão da ONU, para além do TIJ, «...cujas decisões não têm um carácter meramente exortativo quando dirigidas aos Estados»¹⁴, na medida em que os Estados membros ficam vinculados às decisões deste órgão logo a partir da adesão à ONU.

1.2. Composição

I. O CS é constituído por cinco Estados membros permanentes e dez Estados membros não permanentes¹⁵, sendo que estes últimos são eleitos pela AG para mandatos de dois anos¹⁶, havendo dois pressupostos para tal eleição: por um lado, contribuir para a paz e segurança internacionais e para os fins da CNU; e, por outro, estar garantida uma equilibrada representação geográfica. Atualmente, para este último efeito consideram-se quatro grupos de representação: o Grupo Africano e Asiático, América Latina, Europa Ocidental e Outros, e Europa de Leste.

É ainda admitida a possibilidade de serem convidados Estados a participar nos debates das reuniões do CS, nomeadamente aqueles que tenham interesses nas questões abordadas pelo Conselho. Não têm, no entanto, direito a voto. O convite a um Estado não pode ser vetado por qualquer membro permanente¹⁷.

II. A AG elege anualmente cinco países para membros não permanentes para estarem representados no CS por um período de dois anos. A Resolução 1991 (XVIII) da AG, de 17 de Dezembro de 1963, definiu que os dez membros não permanentes fossem eleitos por região da seguinte forma: 5 lugares para Estados da África e Ásia (3 lugares para África, devendo um dos países escolhido num ano diferente dos outros dois; e 2 lugares para a Ásia - cada um escolhido em anos alternados), 1 lugar para a

¹⁴ RIBEIRO, Manuel de Almeida, “Conselho de Segurança das Nações Unidas”, in RIBEIRO, Manuel de Almeida *et al.* (orgs.), *Enciclopédia De Direito Internacional*. 119-120.

¹⁵ De acordo com o Art.º 23º nº 1 da CNU os membros permanentes são a China, França, Rússia, Reino Unido, e EUA. Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bu. Disponível em <http://www.un.org/es/sc/members/>, consultado em 21 de Janeiro de 2014, pelas 23h30m. V. também: CHAUMONT, Charles, *A Organização...*, pp. 35 e 36; RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, p. 104.

¹⁶ De acordo com o Art.º 23º nº 2 da CNU. Por outro lado, para ser eleito como membro não permanente um país necessita de obter dois terços dos votos países presentes e votantes: v. Art.º 18 da CNU.

¹⁷ De acordo com o Art.º 31º e Art.º 32º, ambos da CNU. V. também: CHAUMONT, Charles, *A Organização...*, p. 49; CUNHA, Joaquim da Silva, PEREIRA, Maria da Assunção do Vale, CUNHA, Joaquim da Silva, PEREIRA, Maria da Assunção do Vale, *Manual de Direito Internacional Público*. 2ª Edição. Almedina. Coimbra: 2004, pp. 534-540; PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 496-501; RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, pp. 104-107; SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de...*, pp. 384 e 385; XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel *et al.*, *A Organização...*, pp. 58-60.

Europa de Leste, 2 lugares para países da América Latina e Caraíbas (escolhidos em anos alternados), e 2 lugares para a Europa Ocidental e Outros¹⁸.

Para CUNHA DA SILVA existem algumas diferenças entre os dois tipos de membros, considerando este autor que a mais importante é o poder de veto reconhecido aos membros permanentes, poder este que também é conhecido como a unanimidade das grandes potências¹⁹.

Inicialmente o CS era composto por apenas onze membros, cinco permanentes e seis não permanentes, mas após modificação adotada pela AG em 1963, a partir de 1 de Setembro de 1965 entrou em vigor uma nova constituição de quinze membros, que começou em 1 de Janeiro de 1966 e vigora até aos nossos dias²⁰.

De referir que os membros não permanentes do CS são eleitos pela AG, através de maioria qualificada para missões de dois anos, não sendo reelegíveis²¹.

1.3. Organização e funcionamento

I. Sendo o único órgão intergovernamental permanente, o CS reúne sempre que o presidente o convoque. O intervalo entre reuniões não pode ser superior a catorze dias, para além das reuniões periódicas que se realizam duas vezes por ano. Nestas reuniões, os Estados podem fazer-se representar por um membro do governo designado para o efeito²².

O CS deverá reunir-se nas seguintes situações: sempre que um dos Estados membros o requeira para discussão de um assunto; para verificar se um certo acontecimento ocorrido a nível mundial constitui ou não uma ameaça à paz ou segurança internacionais; a requerimento de um Estado não membro para resolução de qualquer polémica; por requerimento da AG; e, por último, por pedido do Secretário-Geral²³. É presidido rotativamente, por um período de um mês, pelos Estados designados por ordem alfabética dos nomes em inglês.

¹⁸ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, s.d-i. Disponível em http://www.un.org/es/sc/about/faq.shtml#_Toc272841876, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 17h50m; SILVA, José Paulino Cunha da, *et al.*, *Angola no...*, pp. 17-23.

¹⁹ SILVA, José Paulino Cunha da, *et al.*, *Angola no...*, p. 30.

²⁰ CHAUMONT, Charles, *A Organização...*, p. 49.

²¹ De acordo com o Art.º 23 n.º 2 da CNU.

²² Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bx. Regulamento Provisório do Conselho de Segurança (S/96/Rev.7). Disponível em <http://www.un.org/es/sc/about/rules/chapter4.shtml>, consultado em 22 de Janeiro de 2014, pelas 21h35m. V. também XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel, *et al.*, *A Organização...*, p. 64. V. também Art.º 28º n.º 3 da CNU.

²³ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bv. Regulamento Provisório do Conselho de Segurança (S/96/Rev.7). Disponível em

O CS tem as suas instalações em Nova Iorque, nos EUA, nas quais estão instaladas as delegações permanentes dos países que são membros deste órgão, permitindo afirmar que «...*está organizado de maneira a poder exercer as suas funções em permanência*»²⁴.

<http://www.un.org/es/sc/about/rules/chapter1.shtml>, consultado em 22 de Janeiro de 2014, pelas 21h30m; V. também RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, pp. 107 e 108.

²⁴ CHAUMONT, Charles, *A Organização...*, p. 49. V. também Art.º 28º da CNU.

CAPITULO II

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

I. De acordo com CHARLES CHAUMONT as atribuições do CS resultam da competência deste órgão na manutenção da paz e segurança internacionais, considerando o autor que o CS apresenta duas categorias essenciais: a regulação de conflitos entre Estados e a luta contra a agressão²⁵.

No mesmo sentido, MARTÍN C. ORTEGA CARCELÉN considera que a ONU «...se dotou de um Conselho de segurança com amplas competências para manter a paz...», sendo o CS que determina a existência de atos de agressão que ponham em causa a paz e a segurança podendo atuar recorrendo a ações coercivas²⁶.

As competências deste órgão desenvolvem-se, segundo MANUEL DE ALMEIDA RIBEIRO, em três vetores: a supervisão do regime de tutela, na regulamentação dos armamentos, e na intervenção nos casos de crise política e militar. Em caso de crise, o CS exerce a sua ação através da resolução pacífica da situação – recorrendo ao capítulo VI da CNU, tomando as medidas necessárias para terminar com a ameaça à paz – recorrendo às medidas do capítulo VII da CNU -, ou executando um arresto do TIJ²⁷.

ANA ISABEL XAVIER considera que existe uma partilha de competências entre o CS e a AG, mas o Art.º 12º da CNU determina um primado do CS sobre a AG na medida em que esta não poderá pronunciar-se sobre questões que o CS esteja a tratar e que tenham a ver com a defesa da paz e da segurança coletiva²⁸.

II. O CS tem competência para criar órgãos subsidiários e comissões, existindo neste momento os Comités Permanentes, os Comités Ad Hoc e os Comités de Sanções. Nos Comités Permanentes estão representados todos os Estados membros do CS, dividindo-se no Comité de Especialistas sobre Regras Processuais²⁹ e no Comité para a Admissão de Novos Membros³⁰. Os Comités Ad Hoc reúnem à porta fechada e são

²⁵ Idem, Ibidem, pp. 49 e 50.

²⁶ CARCELÉN, Martín C. Ortega, *Hacia Un Gobierno Mundial: Las Nuevas Funciones Del Consejo De Seguridad De Naciones Unidas*. Salamanca: 1995: Editioal Hespérides.

²⁷ RIBEIRO, Manuel de Almeida, “Conselho de Segurança das Nações Unidas”, in RIBEIRO, Manuel de Almeida *et al.* (orgs.), *Enciclopédia De...*, 119-120. No mesmo sentido v. XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel *et al.*, *A Organização...*, pp. 60-64.

²⁸ XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel *et al.*, *A Organização...*, pp. 60 e 61.

²⁹ Aquele que analisa e elabora pareceres sobre as regras de procedimento e outros assuntos.

³⁰ Aquele que analisa e acompanha todo o processo de admissão.

constituídos por todos os membros do CS. Os Comités de Sanções são vários e analisam todo o processo relativo aos vários conflitos entre Estados, aplicando as devidas sanções.

O CS pode ainda criar tribunais especiais, como é o caso do Tribunal Internacional para Julgar as Pessoas Responsáveis por Violações Graves ao Direito Internacional Humanitário Cometidos no Território da Ex-Jugoslávia³¹ e do Tribunal Penal Internacional a fim de Julgar as Pessoas Responsáveis por Genocídio e outras Violações Graves ao Direito Internacional Humanitário cometidos no Ruanda³².

³¹ Estabelecido pela Resolução S/RES/808 (1993).

³² Estabelecido pela Resolução S/RES/955 (1994): RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, pp. 110 e 111.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE DECISÃO

I. Os Estados membros da ONU têm a mesma qualidade e são vistos dentro da organização como sendo todos iguais. No entanto, a CNU estabelece uma única distinção entre os Estados no seio do CS, fundada no direito de veto atribuído às grandes potências³³.

As deliberações do CS são efetuadas por maioria qualificada, havendo necessidade da existência de nove votos, sendo que em questões processuais os votos dos Estados membros tem o mesmo valor. Nas decisões sobre questões não processuais são exigidas o voto de nove Estados membros, desde que nesses nove estejam incluídos os cinco membros permanentes do Conselho, ficando deste modo reservado o direito de veto a cada Estado membro permanente³⁴.

Para RIBEIRO e FERRO o «...*processo de decisão no conselho de Segurança está (...) decisivamente marcado pelo direito de veto atribuído às grandes potências*».

II. O direito de veto não se aplica às questões de procedimento, sendo necessário apenas a maioria de nove membros para que a decisão seja adotada. São consideradas questões procedimentais a aprovação de um regimento interno, a criação de órgãos subsidiários, o convite a um Estado para participar num debate, e a inscrição de uma questão na ordem do dia³⁵.

Todo o Estado que seja parte interessada numa determinada questão que esteja em discussão forçosamente terá de se abster aquando da votação, caso tal questão se enquadre no âmbito do capítulo VII da CNU e do artigo 52º, nº 3, que refere que «...o Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou entidades regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instância do próprio conselho de Segurança»³⁶.

³³ O direito de veto está consignado no Art.º 27º da CNU. V. também: PATRICIO, António, *Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Lisboa, Boletim do Ministério da Justiça, S.N., 1979, pp. 25-33; RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, p. 108.

³⁴ PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 496-501. V. também: RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, p. 108 e 109; Artº. 27 da CNU.

³⁵ De acordo com o Art.º 27 nº 2 da CNU: RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, p. 108.

³⁶ Artº. 52º, nº 3, da CNU.

III. Existe também no seio do CS a figura do duplo veto: quando um membro permanente se opõe a que um determinado assunto seja considerado matéria processual³⁷, originando o primeiro veto, e quando a questão se encontrar em discussão no Conselho esse mesmo membro permanente opõe-se a que seja tomada uma resolução, originando assim o segundo veto. Se não existisse este tipo de mecanismo poderia acontecer que um determinado membro permanente viesse a ficar impedido de exercer o direito de veto decorrente de uma manobra processual dos outros membros do Conselho. Por esta razão, a AG elaborou³⁸ uma lista de trinta e cinco categorias de questões processuais para que o CS agisse nessas situações, embora este não esteja vinculado a tal lista.

A ausência ou abstenção dos membros permanentes não significa o veto, mas sim e apenas o seu voto negativo, o que se apresenta contrário do que se encontra estipulado na CNU. Atualmente é possível aprovar uma decisão do Conselho mesmo com a abstenção dos cinco Estados membros permanentes³⁹, devido ao facto de a abstenção não equivaler a veto, sendo por isso necessário nove votos para ser aprovada a decisão. Acrescente-se que as deliberações da AG em assuntos importantes⁴⁰ só podem ser elaboradas após recomendação do CS⁴¹.

³⁷ Compete ao CS decidir se uma questão é qualificada como processual ou não.

³⁸ Em Resolução de 14 de Abril de 1949.

³⁹ Abstenção coletiva.

⁴⁰ Tal como a admissão, suspensão ou exclusão dos membros e a nomeação do Secretário-Geral.

⁴¹ PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 496-501; v. também: RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, p. 109.

CAPITULO IV

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS

4.1. Mudança no contexto da conflitualidade

I. Com a queda do muro de Berlim e o final da Guerra Fria o mundo deixou de ser bipolar. Com o desmembramento dos dois blocos houve um reajustamento da cena internacional, dando origem a novas formas de conflitos e ameaças. De facto, podemos dizer que o fim da Guerra Fria «...desencadeou uma onda de conflitos tribais e étnicos que levaram à desagregação de alguns estados (...) e, noutros, à dilaceração do seu tecido social»⁴², levando a um ambiente de enormes rivalidades e ambições internas em alguns Estados e, consequentemente, ao aparecimento dos Estados falhados⁴³.

Os Estados falhados afiguram-se cada vez mais como fontes de problemas e de conflitos internacionais, uma vez que as sociedades destes Estados estão desesperadas pelo facto de terem entre mãos o problema do subdesenvolvimento, da fome, da doença e da guerra. Acresce que nestas populações a falta de recursos e a existência de corrupção na administração reforça o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Nestes Estados as questões políticas são resolvidas através do uso da força, estando muito vulneráveis ao crime organizado, às mafias e às organizações terroristas⁴⁴.

II. São inúmeras as razões que fazem eclodir um conflito. Até ao início do século XXI os grandes conflitos tinham origem na definição de fronteiras ou no controlo territorial, assistindo-se no novo século ao «...desuso da guerra da conquista...».

A responsabilidade pela mudança de paradigma pode ser atribuída aos atentados terroristas de 2001 nos EUA⁴⁵. Desde o final da Guerra Fria até esta data, as guerras faziam-se entre Estados, que se confrontavam com um grande número de forças militares e lutavam pela posse do terreno⁴⁶. Constatamos atualmente alguns aspetos contraditórios no que diz respeito à conflitualidade e ao uso da força, verificando-se

⁴² PINTO, Maria do Céu, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping doutras Organizações Internacionais*, Coimbra, 2007, Almedina, pp. 83-90.

⁴³ Estados fracassados e que não funcionam, com sociedades pouco coesas, governos fracos, não competindo economicamente a nível mundial sendo vulneráveis a desordens internas.

⁴⁴ SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *Convulsões: Ano III da «Guerra» ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV*. Lisboa, 2004, Publicações Europa-América, pp. 89-91.

⁴⁵ OLIVEIRA, António José, *Resolução de Conflitos: O Papel do Instrumento Militar no Actual Contexto Estratégico. O Exemplo do Kosovo*. Lisboa, 2011, Esfera do Caos Editora, pp. 27-50.

⁴⁶ SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *A Idade Imperial: A Nova Era. Reflexões Sobre Estratégia III*. Lisboa, 2003, Publicações Europa-América, pp. 13-88.

designadamente que cada vez mais as OI exigem dos Estados uma maior contenção da força. Porém, assistimos igualmente a um aumento da capacidade de destruição dos armamentos e um aumento da intervenção do crime organizado e a sua proliferação por todo o globo. Por outro lado, assiste-se também à rotura entre unidades político-radicalis de índole ideológica ou religiosa, a uma grande competição pelos recursos escassos, como por exemplo a água e o petróleo, ao aparecimento de Estados falhados, à proliferação de armas de destruição maciça, e a um carácter global das ameaças à paz e à segurança⁴⁷.

Desta forma, assiste-se ao eclodir de uma nova conflitualidade cujas características assentam na baixa probabilidade de grandes conflitos entre grandes potências, no aumento conflitos intra-estatais, no crescimento das ameaças, traduzidas em ações violentas não convencionais, na proliferação exponencial do terrorismo e da pirataria. Consequentemente, o campo de batalha será redefinido, passando a ser preferencial as áreas urbanas e terrenos difíceis, as linhas de comunicação terrestres e marítimas, o espaço aéreo e o ciberespaço⁴⁸.

III. Em suma, o novo paradigma da atual conflitualidade apresenta um traço característico que se traduz no «...*facto das guerras não serem já predominantemente entre Estados...*». Na verdade, desde 1945 “...*a maior parte dos conflitos são de natureza interna, do tipo de guerras civis ou revoltas internas de grande escala*”⁴⁹. Como consequência desta nova conflitualidade assistimos ao aumento da morte de civis, que se traduz num «...*sintoma de outra das características dos novos conflitos: o recurso a tácticas de guerra suja*»⁵⁰. Ou seja, estas guerras passam a ter como alvo não tanto os alvos militares, mas sim os civis que tentam controlar através do medo e da brutalidade, verificando-se que nos «...*conflitos do pós-Guerra Fria, a distinção entre combatentes e não-combatentes é frequentemente ténue e torna-se difícil discernir quem é a vítima ou o agressor...*»⁵¹.

O terrorismo aparece-nos como a principal ameaça à paz e segurança internacionais que a comunidade internacional se confronta atualmente, devendo ser encarada com

⁴⁷ EUGÉNIO, António “A actual conflitualidade e as novas ameaças”, in elementos de exposição das aulas da cadeira de Estratégia Militar – Curso de Promoção a Oficial Superior (2011-2012), Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

⁴⁸ Idem, Ibidem.

⁴⁹ PINTO, Maria do Céu, *As Nações...*, p. 87.

⁵⁰ Aquelas que desejam alcançar a vitória a todo o custo não olhando a meios, não através de táticas militares mas através do horror.

⁵¹ PINTO, Maria do Céu, *As Nações...*, p. 88.

rigor e frontalidade por parte de todas as instituições e Estados do globo. Este ator não “clausewitziano” tem como principal objetivo impor uma ordem internacional islâmica, isto é uma ordem totalitária baseada e direcionada de acordo com a interpretação do Corão. Para tal, a Al Qaeda⁵² lidera o mundo terrorista, estando apta a empregar armas de destruição maciça com capacidade para destruir qualquer sociedade. Neste contexto, é de extrema importância que a comunidade internacional mantenha a luta contra o terrorismo⁵³, mas sempre tendo como referente um mandato do CS, cuja intervenção da ONU é fundamental para a estratégia mundial no combate a esta enorme ameaça⁵⁴.

4.2. Princípios aplicáveis na resolução de conflitos internacionais

I. Na resolução de conflitos internacionais podem ser invocados quatro princípios fundamentais: o dever de resolução pacífica dos conflitos; a possibilidade e liberdade de escolha das medidas de resolução dos conflitos; o dever de agir de boa-fé; e o dever de acatar e cumprir de boa-fé a resolução dos conflitos.

Na atualidade o uso da força pelos Estados é residual. Vigora o princípio da utilização da força pela comunidade internacional através do CS, que usufrui do monopólio da força, quer em termos de avaliação, quer em termos de utilização. Assim, a CNU apenas permite o uso da força por parte dos Estados em duas situações: em apoio às NU, participando nas ações que estas solicitarem, ou em legítima defesa⁵⁵.

II. A legítima defesa vem prevista na CNU⁵⁶ e decorre do Direito Internacional Geral ou Comum, sendo considerado um direito transitório dos Estados, na medida em que estes podem usufruir desse direito até ao momento em que o CS tome conhecimento da agressão e tome as medidas necessárias para a fazer cessar e restabelecer a paz e segurança. Acresce ainda que o direito de legítima defesa tem requisito fundamental: só pode ser ocorrer em resposta a uma agressão armada. Se este requisito não tiver sido preenchido deixa-se de verificar os pressupostos da legítima defesa e o Estado que tomou tais medidas incorre em excesso de legítima defesa, ou seja, numa agressão ilegítima. A legítima defesa tem subjacente o princípio da

⁵² Organização internacional fundamentalista islâmica cujo líder será Osama bin Laden, responsável por diversos atentados a alvos civis ou militares um pouco por todo o mundo, sendo o mais sonante o ataque de 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque e em Washington.

⁵³ Iniciada pelos EUA logo a seguir aos atentados de 2001.

⁵⁴ SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *Convulsões...*, pp. 24-31.

⁵⁵ MIRANDA, Jorge, *Curso de...*, pp. 258-261.

⁵⁶ Previsto no Art.º 51º da CNU.

proporcionalidade, uma vez que o Estado agredido apenas poderá recorrer às medidas estritamente necessárias para prevenir ou reprimir a agressão de que está a ser alvo.

O Estado ameaçado ou agredido, logo após ter agido em legítima defesa, deve informar de imediato o CS e aquela só poderá manter-se até ao momento em que este órgão tome as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais⁵⁷.

Em nosso entender, estamos na presença de uma das funções do CS na prevenção e resolução de conflitos, na medida em que pode validar a atuação do Estado que agiu em legítima defesa, verificando nomeadamente se os requisitos desta foram preenchidos e se não houve excessos e, por outro, pode intervir de imediato através das medidas que ache necessárias e convenientes para fazer cessar a ameaça e evitar o eclodir do conflito⁵⁸. CHRISTINE GRAY considera que o CS tem um papel fundamental no controle do direito de autodefesa ao abrigo do artº. 51º da CNU, referindo esta autora «...que o direito de autodefesa continua "até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para manter a paz e a segurança internacionais..."»⁵⁹.

III. Importa referir que após a Guerra Fria ocorreram alguns acontecimentos que marcaram profundamente os procedimentos relativos à autorização expressa do CS para os Estados membros poderem usar a força, por uma lado, e da autodefesa, por outro. Estamos a falar dos atentados terroristas do 11 de Setembro nos EUA, da Operação Tempestade no Deserto contra o Iraque em 1990 (I guerra do Iraque), da ação da NATO na Jugoslávia em 1994/5, e da UNITAF na Somália em 1992. De facto, as consequências dos atentados terroristas em Nova Iorque (11 de Setembro de 2001) trouxeram uma reavaliação fundamental das regras sobre o uso da força contra o terrorismo, havendo uma grande divisão entre as opiniões dos autores em relação aos

⁵⁷ PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 483-486.

⁵⁸ Depois do início do conflito é elaborado um relatório e enviado à consideração do CS, v. GRAY, Christine, *International Law and the Use of Force*, 3ª Edição, Oxford University Press, Oxford, 2008, pp. 121 e 122.

⁵⁹ Idem, Ibidem, pp. 124 e 125. Esta autora refere como exemplo o caso da invasão das Malvinas pela Argentina em 1982. Após a invasão argentina das Malvinas (território colonial Reino Unido), em 1982, o CS, através da Resolução 502 (1982), de 3 de Abril de 1982, exigiu o fim imediato das hostilidades e a retirada de todas as forças argentinas, exortando aos governos da Argentina e do Reino Unido para alcançar uma solução diplomática para a situação, e o respeito pelos princípios da CNU. V. também Resolução 502 (1982): Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-by. Resolução 502 (1982) adotada pelo CS na 2345a. sessão, realizada em 3 de Abril de 1982. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/502%20\(1982\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/502%20(1982)), consultado em 8 de Fevereiro de 2014, pelas 23h55m.

pressupostos da legítima defesa, nomeadamente relativamente à possibilidade da utilização da legítima defesa preventiva (“Doutrina Bush”).

Por outro lado, como refere CHRISTINE GRAY, «*The 1990 Iraq/Kuwait conflict was another exceptional case, seen by many as marking a new role for the Security Council and the start of a new legal order; in this case the Security Council did explicitly uphold the right of Kuwait to self-defence*», estando em causa a interpretação do artº. 51º da CNU. No caso da I guerra do Golfo, excecionalmente, o CS expressou o direito de legítima defesa por parte do Kuwait após a invasão iraquiana, embora até então o CS raramente tenha expressado tais declarações de autodefesa perante diversos conflitos ocorridos, devido ao colapso da segurança coletiva durante a Guerra Fria. Na generalidade os Estados têm o cuidado de invocar o artº. 51º da CNU para o uso da força⁶⁰.

4.3. O papel do Conselho de Segurança na prevenção e resolução dos conflitos internacionais

I. Os conflitos apresentam dois momentos distintos: um momento inicial em que ainda não se concretizou uma confrontação física e em que se busca uma solução; e o conflito propriamente dito, em que existe já uma confrontação armada entre as partes⁶¹.

Na resolução dos conflitos que emergem constantemente e vão certamente continuar a existir, a comunidade internacional responde através do direito internacional, apresentando soluções para que sejam prevenidos e resolvidos todas as disputas que existirem no contexto internacional.

A CNU consagra alguns instrumentos, que poderão ser utilizados na prevenção e resolução de conflitos, desde logo os bons ofícios, a negociação, o inquérito, a mediação, a conciliação, a arbitragem, e o recurso aos tribunais. Os meios de solução de conflitos dividem-se assim em meios políticos⁶² e meios jurisdicionais⁶³.

II. O CS é o principal órgão responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais, tomando para o efeito deliberações que podem ter a designação de

⁶⁰ GRAY, Christine, *International...*, pp. 114-141.

⁶¹ MIRANDA, Jorge, *Curso de...*, pp. 253-255.

⁶² Os que apresentam meios políticos de apreciação.

⁶³ Os que apresentam meios jurídicos de apreciação.

recomendações - quando convidam os Estados a terem um determinado comportamento, ou Resoluções - quando impõe determinado comportamento aos Estados⁶⁴.

A CNU (art.º 24º) permite que os Estados membros confirmem ao CS a responsabilidade primordial pela manutenção da paz e segurança internacionais, reconhecendo que este atua em representação daqueles, a fim de ser assegurada a imediata atuação das NU face a qualquer assunto que faça perigar a paz mundial.

O CS deve atuar de acordo com os objetivos e princípios das NU, pelo que os Estados membros concordam⁶⁵ em aceitar e cumprir as suas decisões.

De uma forma geral se existir um diferendo entre as partes, existem dois caminhos possíveis para dirimir esse problema: ou se procura levar as partes a aceitar uma solução elaborada por uma parte terceira, ou então persuadir as partes a terem uma aproximação de objetivos, escolhendo elas próprias a solução para o diferendo⁶⁶.

O CS pode intervir nos conflitos por iniciativa própria (art.º 34º a 36º n.º 1 da CNU), por iniciativa da AG (art.º 11º, n.º 3, da CNU), por iniciativa do Secretário-Geral (art.º 99º da CNU), e por iniciativa de qualquer Estado envolvido na controvérsia (art.º 35º, n.º 1, e n.º 2, da CNU).

O resultado da intervenção do CS pode consistir num convite às partes envolvidas para que haja uma solução pacífica (art.º 33º, n.º 2, da CNU), na abertura de um inquérito (art.º 34º da CNU), na recomendação às partes de métodos adequados à solução (art.º 36º, n.º 1, da CNU), ou na recomendação de uma solução adequada (art.º 37º, n.º 2, da CNU). Poderá também a intervenção do CS ser imposta quando a controvérsia não é resolvida⁶⁷ pelas partes e está em risco a eclosão ou um risco imediato de eclosão de um conflito armado que poderá definitivamente levar à rotura da paz⁶⁸.

O sistema de segurança coletiva tem métodos de prevenção e resolução de conflitos, adotando para o efeito mecanismos que tem ao seu dispor, nomeadamente os previstos na CNU, para prevenir e resolver os conflitos a nível global⁶⁹. Estamos a falar concretamente nos instrumentos previstos no capítulo VI e no capítulo VII da Carta e ainda das operações de manutenção de paz.

⁶⁴ SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de...*, pp. 384 e 385.

⁶⁵ De acordo com o Art.º 25º da CNU.

⁶⁶ BRIERLY, J.L., *Direito Internacional*, 2ª Edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1963, pp. 108-115.

⁶⁷ Pela falta de uma solução pacífica entre as partes.

⁶⁸ MIRANDA, Jorge, *Curso de...*, pp. 264-267.

⁶⁹ PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 508-548.

Assim, poderemos afirmar que o CS na prossecução da sua missão – a paz e segurança internacionais – tem uma grande responsabilidade e importância, na medida em que, aquando da eminência ou mesmo eclodir de um conflito, é o órgão a quem compete de imediato agir, por um lado, prevenindo que o conflito tenha início ou atuando antecipadamente, caso o conflito ainda não tenha eclodido, e, por outro, resolvendo o conflito caso ele já tenha eclodido. Em ambas as situações, o CS poderá recorrer aos meios de solução pacífica dos conflitos previstos no capítulo VI e também ao tipo de ação quando haja rotura da paz previsto no capítulo VII, ambos da CNU.

III. Seguidamente, ao analisar os capítulos VI e VII da CNU, daremos a nossa perspetiva, no que diz respeito ao papel do Conselho de Segurança das NU na prevenção e resolução de conflitos.

O capítulo VI da CNU refere (no art.º 33º, nº 1, da CNU) que todas as partes em conflito que possam colocar em causa a paz e segurança internacionais devem primeiramente tentar chegar a uma solução pacífica através da negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, sendo que o CS poderá convidar as partes a resolver as controvérsias por tais meios⁷⁰. A nosso ver, o CS ao atuar desta forma está a prevenir que a paz e segurança sejam afetadas, levando a que as partes se entendam de forma a evitar o eclodir do conflito. A nossa posição advém do facto de verificar que o CS é o órgão que tem a prerrogativa de fazer com que os Estados tomem todas as medidas ao seu alcance para que se resolva o conflito, fazendo desta forma com que o mal seja menor, isto é, evitando que o conflito se inicie e prevenindo a ameaça à paz e segurança internacionais⁷¹.

Por outro lado, o capítulo VII da CNU encarrega-se de especificar as medidas que se utilizam para terminar com situações que ameacem a paz, levem à rotura da paz ou atos de agressão, que podem ser utilizadas aquando da não solução pacífica dos conflitos. Designam-se de medidas de peacekeeping - quando haja intuito de remover uma ameaça consumada à paz -, ou medidas de peacemaking - quando haja intuito de acabar e sancionar uma rutura da paz⁷².

⁷⁰ Conforme art.º 33º nº 2 da CNU

⁷¹ Sobre a solução pacífica de conflitos v. art.º. 33º a art.º. 38º, todos da CNU. Sobre este assunto v. também: MIRANDA, Jorge, *Curso de...*, p. 260-263; PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 512 e 513;

⁷² PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 514-516.

É ao CS que cabe a função de determinar (art.º 39º da CNU) se qualquer situação entre Estados, ocorrida em qualquer ponto do globo, corresponde a uma ameaça à paz e segurança, devendo ser aquele órgão a decidir e recomendar as medidas necessárias e adequadas a adotar, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais⁷³. Consoante o diferendo ou ameaça que tem pela frente, o CS vai ter intervenções que devem sempre ter em vista o princípio da proporcionalidade, podendo optar por aplicar medidas provisórias e recomendações (art.º 40º e ss da CNU), bem como decisões obrigatórias (art.º 41º e ss da CNU), que poderão ser traduzidas em sanções ou meios coercivos contra os Estados em litígio⁷⁴. Assim, o CS poderá assumir três formas de medidas, designadamente as medidas provisórias, sanções não militares e sanções militares⁷⁵.

Também aqui, em nosso entender, além de exercer de facto ação no sentido de resolução dos conflitos, o CS está a exercer a sua ação no sentido da prevenção de conflitos, uma vez que ele poderá intervir quando haja meros sinais de ameaça à paz. Aliás, esta ação preventiva que defendemos é igualmente corroborada por vários autores, nomeadamente quando se afirma que «...a actuação do Conselho pode ser preventiva, bastando, para que ele intervenha, que se verifique uma simples ameaça à paz»⁷⁶.

IV. Devido à falta de acordo das duas grandes potências que se digladiaram durante a Guerra Fria, houve períodos em que o mecanismo de sanções não funcionou, levando à adoção, por parte das Nações Unidas, de um mecanismo que se tem vindo a desenvolver um pouco à margem da CNU⁷⁷: as OMP. Verdadeiramente este tipo de operações constituem uma forma de intervenção das NU nos diversos conflitos, quer de natureza preventiva, quer de natureza resolutiva desses mesmos conflitos, sendo consideradas legais na medida em que o TIJ emitiu parecer nesse sentido⁷⁸. De realçar que as OMP não têm carácter sancionatório, não são repressivas, mas antes preventivas,

⁷³ Art.º 40º e ss da CNU

⁷⁴ MIRANDA, Jorge, *Curso de...*, pp. 264-267.

⁷⁵ Sobre a solução pacífica de conflitos v. artº. 25º e artº. 39º a artº. 42º, todos da CNU. Sobre este assunto v. também: MIRANDA, Jorge, *Curso de...*, p. 265-267; PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 516-520.

⁷⁶ PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, p. 516.

⁷⁷ Uma vez que não há previsão legal naquele diploma legal.

⁷⁸ Parecer de 20 de Julho de 1962.

não obrigatórias, mas consentidas pelos interessados, sendo aceites pelas grandes potências e realizadas sob a direção do Secretário-Geral⁷⁹.

O CS, ao executar o seu papel imprescindível na prevenção e resolução de conflitos, não tem de facto utilizado os meios previstos para o uso da força em consonância com o descrito na CNU⁸⁰ (forças militares que executam ações coletivas), mas apenas autorizando o uso da força para «...*reforçar a implementação do mandato das operações de paz ou implementar acordos entre os beligerantes*». Ou seja, o CS autoriza que certas coligações de Estados membros utilizem a força por «...*sua delegação e em seu nome*...»⁸¹.

4.4. O uso da força e as Operações de Manutenção de Paz

I. Na sua função de garante da paz e da segurança coletiva, o CS tem uma panóplia de instrumentos que pode utilizar em qualquer ponto do globo para alcançar tal desiderato. É neste contexto que se inserem as operações de apoio à paz.

Durante a Guerra Fria, o CS esteve bloqueado devido à divisão que se assistia no seio daquele órgão, decorrente dos interesses das superpotências naquela altura. Havendo um impasse entre a aplicação dos mecanismos atrás referidos e a imperiosidade de resolução dos conflitos, a ONU teve de recrear um meio de intervenção que ficasse no meio termo entre a aplicação do capítulo VI e o capítulo VII da CNU, tendo surgido a figura das OMP. Esta foi aceite pelas superpotências, abrindo o caminho à diplomacia e às negociações, de forma a resolver pacificamente os conflitos.

II. O peacekeeping é justamente considerado como «...*uma obra prima conceptual num campo totalmente novo: o emprego de forças militares em operações não-violentas para controlar conflitos iniciados por outro Estados*»⁸².

De facto, as OMP não estão previstas na CNU, considerando-se «...*um capítulo seis e meio*...»⁸³, que surge entre o capítulo VI (Resolução Pacífica de Conflitos) e o capítulo VII (Ação em Caso de Ameaça à Paz, Rutura da Paz e Ato de Agressão), e que permite fazer uso de forças militares. São também conhecidas pelas missões de

⁷⁹ PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 523-532.

⁸⁰ Nomeadamente segundo o que está previsto no Art.º 43º da CNU.

⁸¹ PINTO, Maria do Céu, *As Nações...*, p. 137.

⁸² PINTO, Maria do Céu, *As Nações...*, p. 114.

⁸³ RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, p. 114.

capacetes azuis, devido à cor dos capacetes e boinas utilizados pelos militares e polícias destacados para os teatros de operações. Criadas pelo CS, as OMP assentam em duas categorias principais, designadamente as missões de observação e forças de manutenção de paz⁸⁴.

A Agenda para a Paz publicada por Boutros Boutros-Ghali logo a seguir à Guerra Fria, em 1992, deu grande destaque ao peacekeeping na resolução de conflitos. Neste documento descrevem-se os instrumentos de resolução de conflitos⁸⁵, nomeadamente a Diplomacia Preventiva, Peacemaking, Peacekeeping, Post-Conflict Peacebuilding, Desarmamento, Sanções e Imposição da Paz. Estes instrumentos são utilizados para resolução de crises na sua fase inicial (pré-conflito), na fase da escalada (conflito) e na fase pós-conflito (peacebuilding). O peacekeeping é referido com uma ferramenta que permite que a ONU esteja presente no local dos conflitos com o consentimento das partes, sendo considerado um instrumento que exponencia as possibilidades de êxito na resolução de conflitos e de restabelecimento da paz⁸⁶.

III. A composição da força de manutenção de paz é definida pelo CS através de um mandato, no qual consta igualmente a duração da operação, as regras de empenhamento e as condições em que se pode recorrer ao uso da força. Por outro lado, sabendo-se que este tipo de operações exige um enorme esforço humano e financeiro para a ONU, e tendo em conta que a organização não tem efetivamente forças armadas próprias, são os Estados membros que devem fornecer os meios necessários para o cumprimento da missão. Se não fosse assim estaria em causa o bom empenhamento da organização neste tipo de operações, o que colocaria em risco a resolução do conflito e, em última análise, a própria manutenção da paz e segurança. A constituição de uma missão não tem um tempo definido, dependendo sempre da disponibilidade, vontade política e rapidez dos Estados em desbloquear os meios necessários para a missão específica. É, por isso, de duração variável, podendo ir de apenas vinte e quatro horas a alguns meses.

Após a constituição da missão de paz, o SG designa, através de recomendações, o que pretende para aquela operação específica, nomeadamente como deve ser implementada a força no terreno. Nesta fase, o SG está em sintonia com o CS, estando a

⁸⁴ RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, pp. 114-120.

⁸⁵ Designados de instrumentos para a paz e segurança.

⁸⁶ PINTO, Maria do Céu, *As Nações...*, pp. 15. 59-72.

direção da missão no terreno é da competência do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (designado em inglês por DPKO) do Secretariado das NU.

Os Estados garantem a contribuição de forças armadas, forças policiais, observadores, bem como toda a logística (poderá ser garantida por particulares). Os efetivos empenhados estão vinculados às suas instituições nacionais mas sob controlo operacional da ONU⁸⁷.

IV. O peacekeeping consiste no emprego de forças militares por parte da ONU em operações de forma a controlar e pacificar os conflitos, forças estas que estão «...desprovidas, no seu exercício, do uso normal da força e da prerrogativa de aplicação da violência»⁸⁸.

Os militares empenhados devem ter uma atitude neutra em relação ao conflito e às partes beligerantes. De facto, a autoridade de uma força de peacekeeping advém da sua imparcialidade. De referir que nos anos oitenta do séc. XX, com a proliferação dos conflitos um pouco por todo o globo, a ONU iniciou as chamadas operações de segunda geração, nas quais se incluem a ajuda humanitária às populações e a reconstrução de países destruídos pelas guerras (statebuilding). O peacekeeping «...*integra-se na panóplia dos instrumentos e métodos que o Conselho de Segurança (CS) e, as NU, em geral podem usar para a prossecução da “segurança colectiva” e a manutenção da paz*», sendo considerada «...*uma técnica multidimensional e complexa de prevenção, gestão e resolução de conflitos...*»⁸⁹.

Quando falamos em peacekeeping deve ter-se em mente que se trata de um auxílio à diplomacia, na medida em que é um tipo de operações que é dirigida a nível político pelo CS e pelo SG, ao mesmo tempo que a mediação dos diplomatas tenta resolver politicamente o conflito, sendo por isso mesmo vista como uma operação que tem como objetivo evitar a guerra e impedir que sejam mortas muitas vidas humanas. O peacekeeping tem certos requisitos políticos, designadamente o consentimento das partes envolvidas no conflito no que diz respeito à criação da operação, o apoio do CS (autoridade mandatária da operação), um mandato, o não recurso à força exceto em legítima defesa e em último recurso, a disponibilidade de meios por parte dos países e a

⁸⁷ RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, pp. 114-120.

⁸⁸ PINTO, Maria do Céu, *As Nações...*, p. 14.

⁸⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 17 e 18.

vontade dos membros permanentes do CS em disponibilizar o apoio logístico e financeiro⁹⁰.

V. Existem ainda outros instrumentos utilizados nas operações de paz que permitem que a ONU tenha uma enorme flexibilidade e capacidade de adaptação para enfrentar os diversos conflitos, nomeadamente a Diplomacia Preventiva, Realização da Paz, Manutenção da Paz, Imposição da Paz, e a Construção da Paz.

A Diplomacia Preventiva serve para prevenir e impedir o início das disputas entre as partes que possam vir a degenerar em conflito.

A Realização da Paz significa encetar uma ação diplomática no sentido de levar as partes em diferendo a realizar um acordo através de meios pacíficos.

A Manutenção da Paz destina-se a levar a efeito uma presença das NU no terreno do conflito, com o consentimento das partes, a fim de implementar acordos de forma a controlar e resolver esse mesmo conflito.

A Imposição da Paz aparece quando todos os outros meios demonstraram insucesso na resolução do conflito. Ao abrigo do capítulo VII da CNU permite o uso de forças armadas como objetivo restaurar a paz.

A Construção da Paz é uma atividade a desenvolver pós conflito através de medidas de apoio e estruturas que promovam a paz criando um clima de confiança entre as partes conflitantes⁹¹.

⁹⁰ PINTO, Maria do Céu, *As Nações...*, pp. 59-72; v. também: RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, p. 116.

⁹¹ RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização...*, pp. 117-120.

CAPITULO V

A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

5.1. A origem e objetivo da reforma da ONU

Considerando que a estrutura da ONU se encontra algo desajustada aos dias de hoje, MÁRIO AUGUSTO afirma que *«a reforma da Organização, que tem por objectivo adaptar as estruturas internas e a mentalidade da ONU às novas expectativas e aos novos desafios, visa ajustar as suas actividades às prioridades definidas na Declaração do Milénio e nas conferências mundiais da última década»*⁹².

Com o passar do tempo, ao longo dos quase setenta anos de existência da ONU, tem vindo a correr a opinião que deve existir uma reforma da organização, nomeadamente do CS.

Segundo ANTÓNIO PATRICIO, a questão do número de membros do CS foi levantada logo no ano de 1960 com a entrada para a ONU de muitos países africanos, o que originou uma modificação da composição adotada pela AG em 1963. Desta forma, a partir de 1 de Setembro de 1965, entrou em vigor uma nova constituição de quinze membros, que começou a vigorar em 1 de Janeiro de 1966⁹³.

Por outro lado, sabemos que o CS durante a Guerra Fria viu-se sistematicamente bloqueado com os vetos constantes por parte das duas superpotências, mostrando-se passivo perante muitos conflitos. Com efeito, verificou-se uma incapacidade deste órgão na manutenção da paz e consequente enfraquecimento do sistema de segurança coletiva. Porém, após a desintegração da URSS e a queda do muro de Berlim em 1989, ocorreu uma reabilitação do CS no que concerne ao sistema de segurança coletiva, havendo um maior consenso entre os membros permanentes. A Guerra do Iraque de 1990 é considerada um marco no início de uma nova era do CS, na qual este órgão tomou medidas inéditas, mormente a autorização do uso limitado da força armada através da Resolução S/RES/665 (1990). Tal levou MARTÍN C. ORTEGA CARCELÉN a considerar este órgão como *«...um governo quase mundial»*⁹⁴.

⁹² AUGUSTO, Mário, *As Nações Unidas no Contexto do Direito Internacional*. Luanda, 2006, Imprensa Nacional, E.P., p. 61.

⁹³ PATRICIO, António, *O Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Lisboa, 1979, Separata do «Boletim do Ministério da Justiça» nº 280, pp. 73-80.

⁹⁴ CARCELÉN, Martín C. Ortega, *Hacia Un...*, pp. 13-16. 33-92; v. também: CORTADO, Rosa Riquelme, *La Reforma Del Consejo de la ONU: El Incremento de Sus Miembros Y Su Más Adecuada Representación Equitativa*. Madrid, 2000, Editorial Dykinson, pp. 42-53.

Para ANA ISABEL XAVIER, o grande impulsionador da reforma do CS foi Koffi Annan, que fora nomeado em 1997 Secretário-Geral da ONU, e submetera à consideração da AG um programa de reformas no campo económico, social e do desenvolvimento. Entre 1998 e 2000 foram criados quatro Comitês executivos para coordenação das propostas de reformas, designadamente na área da paz e segurança, assuntos humanitários, assuntos económicos e sociais, e desenvolvimento das Nações Unidas. Em 2004 foram apresentados dois documentos para aprovação, que serviram de base para a apresentação por parte daquela personalidade do relatório refundador da CNU. Este relatório apresenta quatro assuntos que estão em discussão no sentido da reforma: o Secretariado; as finanças da ONU; a Reforma do CS, fazendo referência às missões de paz e ao terrorismo internacional; os Direitos Humanos⁹⁵.

Quando falamos na reforma do CS falamos necessariamente no aumento da representatividade neste órgão. ROSA RIQUELME CORTADO considera, a este respeito, que se trata da reforma que levanta maior expectativas pelo facto de mexer com os interesses políticos dos Estados. Esta autora considera que do êxito da reforma do CS dependerá o futuro das Nações Unidas, na medida em que é ao CS que a CNU reconhece a primordial importância na manutenção da paz e segurança internacionais e consequentemente o sistema de segurança coletiva⁹⁶.

5.2. A reforma do CS

Segundo ROSA RIQUELME CORTADO, a reforma do CS deverá atender a uma renovação da sua composição, bem como a uma modificação no sentido de melhorar a transparência dos seus métodos de trabalho. Esta reforma deverá assentar na remodelação da representação equitativa dos Estados membros, nas relações entre o CS e AG, e também na reforma dos métodos de trabalho do CS⁹⁷.

PEREIRA e QUADROS apresentam-nos três tipos de reforma, designadamente na composição daquele órgão, na alteração do direito de veto e na constituição de uma força de intervenção rápida ao serviço do CS⁹⁸.

Na opinião de ANA ISABEL XAVIER, a reforma mais controversa é a que diz respeito à composição do CS, porque a representatividade foi estabelecida de acordo

⁹⁵ XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel *et al.*, *A Organização...*, pp. 145-154; v. também: AUGUSTO, Mário, *As Nações Unidas...*, pp. 61-65.

⁹⁶ CORTADO, Rosa Riquelme, *La Reforma Del del Consejo de Seguridad de la ONU*. Madrid: Dykinson, 2000, pp. 41-42.

⁹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 49-53.

⁹⁸ PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto, *Manual de...*, pp. 548-553.

com o equilíbrio de poderes gerado no final da guerra, sendo por isso considerada por muitos autores já desatualizada. Desta forma, muitos Estados desejam um alargamento da representatividade, quer dos membros permanentes, quer dos membros não permanentes, havendo no entanto outros Estados que defendem que o alargamento não deverá ir além de vinte membros, na medida em que pode colocar em causa eficácia e capacidade de decisão do CS. Face ao surgimento de várias hipóteses de alargamento, esta autora apresenta-nos três modelos distintos. O modelo A é liderado pelo Brasil, Alemanha, Japão e Índia (grupo dos quatro), no qual é defendido o alargamento do CS para vinte e cinco membros permanentes, havendo lugar para mais dois membros permanentes do continente africano e mais quatro para membros não permanentes. O modelo B é encabeçado pelo grupo da “unidade para o consenso” liderado pela Itália, Espanha, México, Argentina e Paquistão, propondo que o alargamento seja igualmente para vinte cinco membros, mas todos eles não permanentes, a eleger periodicamente a fim de aumentar a transparência e democracia, sendo que nesta proposta não haverá alterações no direito de veto. Um terceiro modelo é proposto pelos EUA, onde se defende o alargamento do CS para vinte membros, dois permanentes e três não permanentes, verificando-se que neste modelo, os EUA apoiam o Japão em detrimento da Alemanha.

A nossa opinião vai no sentido do modelo B, porquanto este alargamento permitiria uma maior democratização do CS, decorrente do aumento do número de membros não permanentes. Com este modelo conseguir-se-ia uma maior representatividade de todos os povos do mundo no seio do CS e, conseqüentemente, uma participação mais regular dos pequenos e médios países neste órgão. Deste modo, achamos que o CS tornar-se-ia um órgão mais interventivo em questões com maior importância para este tipo de países.

No que concerne ao direito de veto existem três correntes de opinião: ou se elimina o veto, ou mantem-se o sistema atual, ou restringe-se o veto com exceção dos casos em que ocorra os interesses nacionais dos Estados⁹⁹.

Na nossa opinião deveria manter-se o sistema atual de veto porquanto o mesmo confere algum equilíbrio no seio deste “clubes” de países. Achamos que deste modo as decisões do CS são tomadas de acordo com as perspetivas dos países mais influentes e com maiores capacidades de intervenção a nível mundial, o que não aconteceria se não

⁹⁹ XAVIER, Ana Isabel, “A Organização das Nações Unidas”, in XAVIER, Ana Isabel *et al.*, *A Organização...*, pp. 148-150.

existisse veto. Aliás, leva-nos a acreditar que se não existisse veto o CS tornar-se-ia menos eficiente em termos de decisões, na medida em que eventualmente as grandes potências poderiam não cumprir as mesmas.

Por outro lado, achamos que o veto deve existir devendo ser utilizado com regra e bom senso de forma a não paralisar o CS como sucedeu na Guerra Fria.

Assim, somos da opinião da reforma do CS no sentido de um alargamento para vinte membros não permanentes mantendo-se o direito de veto tal como está. Desta forma, pensamos que o CS se tornaria num órgão mais justo e mais célere e eficaz.

PARTE III

A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA NO BIÉNIO 2011-2012

CAPÍTULO I

O HISTORIAL DE PORTUGAL NAS NAÇÕES UNIDAS

1.1. Caraterização de Portugal

De acordo com a Constituição da Republica Portuguesa (CRP), «...*Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária*»¹⁰⁰. É «...*um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular...*»¹⁰¹.

Portugal tem um território que abrange quer o continente quer os arquipélagos dos Açores e da Madeira, incluindo a extensão e o limite das águas territoriais, bem como a zona económica exclusiva¹⁰².

A fundação da Nacionalidade deu-se no ano de 1143 e a instauração da República registou-se no ano de 1910, sendo a língua oficial o Português e o sistema político vigente a democracia. A capital do País é a cidade de Lisboa estando a divisão territorial do País feita em dezoito distritos no continente e duas regiões autónomas (Açores e Madeira). A área total do território abrange uma área de 92152 quilómetros quadrados apresentando uma população de 10536000 habitantes, sendo que a população ativa é de 5523000 pessoas. A moeda existente é o Euro¹⁰³.

1.2. A admissão à ONU

I. Com o final da 2ª Guerra Mundial desabou o mundo que tinha vigorado até então. A Europa estava desgastada, originando uma redefinição do mapa europeu em que americanos, soviéticos e britânicos repartiram a vitória da guerra. Por outro lado, para além de algumas interrogações e incertezas, a vitória dos aliados sobre o eixo levou à génese de uma nova era de paz e liberdade, derrubando os regimes autoritários da

¹⁰⁰ Artº. 1º da Constituição da Republica Portuguesa.

¹⁰¹ Artº. 2º da Constituição da Republica Portuguesa.

¹⁰² Artº. 5º e artº. 6º da Constituição da Republica Portuguesa.

¹⁰³ Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas. s.d.-a: http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=30, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 19h45m.

Europa, aproximando-se uma nova era de liberdades democráticas e a independência dos povos dominados até então. Assim, toda esta atmosfera de mudança e incógnita referente à nova ordem mundial que se estava a erguer leva a que o chefe do regime português – Salazar - tenha uma visão de «...*perplexidade e desconfiança*...» face ao futuro. Apesar de tudo, Salazar aspirava a uma autonomia na política externa, evitando contudo o isolamento internacional, como também desejava «...*afirmar a razão de ser e a imprescindibilidade do Estado Novo na nova ordem internacional*»¹⁰⁴.

Verifica-se que Salazar apesar de querer o nosso país retirado da dependência exterior reconhecia também que as transformações que se haviam iniciado no sistema internacional eram fundamentais para manter internamente o regime. Num dos seus discursos à Assembleia Nacional defendeu a sua postura de indecisão face à criação da ONU, alegando que «...*o modelo democrático*...» e os «...*preceitos anticolonialistas defendidos*...» por aquela organização afetavam a política colonial do país¹⁰⁵. No entanto, estava plenamente convicto de que o isolamento externo punha em causa a conservação das colónias, por um lado, e que a imediata admissão à ONU era prejudicial ao sistema interno do país, por outro.

II. Tendo em conta que Portugal não participou na 2ª guerra Mundial, mantendo sempre o estatuto de neutralidade, após a vitória dos aliados não foi chamado a intervir na adoção da CNU em 1945. Com efeito, na cimeira de Potsdam, em Julho desse ano, ficou definido que Portugal aguardaria por uma futura candidatura à ONU juntamente com a Suécia, Irlanda e Suíça. Apesar de inicialmente Salazar ter desvalorizado a situação, a questão da admissão à organização pairava no ar e, após alguma hesitação, decidiu avançar com a candidatura, alegando que se isso não fosse feito «...*condenaria o país à marginalidade e ao isolamento – e de algum modo correspondia a atirar Portugal para o campo dos vencidos da II Guerra*»¹⁰⁶.

¹⁰⁴ PEREIRA, Carlos Santos, “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses nas Nações Unidas: os 60 anos da ONU*. Prefácio, 143-144.

¹⁰⁵ TEIXEIRA, 1985 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, “Portugal e as Nações Unidas: O Papel do Conselho de Segurança na Política Externa Portuguesa”, *Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na variante de especialização em Estudos Políticos de Área*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 25 e 26, disponível em [http://run.unl.pt/bitstream/10362/9367/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_JCM%20\(2011-2012\).pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/9367/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_JCM%20(2011-2012).pdf), consultado em 02 de Outubro de 2013, pelas 10h35m.

¹⁰⁶ PEREIRA, Carlos Santos, “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, 145-147.

Entretanto, a Guerra Fria iniciou-se um ano após o final da guerra, existindo um clima de desconfiança e divisão entre os vencedores que levava a uma divisão ideológica. Por esse facto, as candidaturas à ONU eram analisadas de forma a redefinir a correlação de forças e o equilíbrio de forças entre Este e Oeste, decorrentes do confronto bipolar que acabara de começar. Com efeito, a candidatura de Portuguesa era apoiada pelos EUA, Reino Unido e França, e contestada pela URSS¹⁰⁷. Após uma intensa ação diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros a candidatura é formalizada, a 2 de Agosto de 1946, através do Embaixador em Washington, João Bianchi, que enviou telegrama ao Secretário-Geral da ONU. De referir que nesta altura a admissão à ONU não era uma prioridade da política externa Portuguesa, uma vez que as prioridades estavam viradas para o eixo Lisboa-Madrid-Londres. O que contribuiu decididamente para a candidatura foi, de facto, o eventual isolamento internacional do nosso país que colocava em causa a política colonial¹⁰⁸.

A questão das candidaturas de vários países¹⁰⁹ foi dirimida no Comité de Admissão de Novos Membros em 13 de Agosto de 1946, e no CS em 29 de Agosto do mesmo ano. Portugal tinha o apoio dos EUA, Reino Unido e França, não tendo o apoio da Polónia e da URSS. Portugal não foi admitido à organização devido ao veto da URSS, tendo a votação no CS obtido o resultado de oito votos a favor, dois contra e uma abstenção. O CS recomendou à AG a admissão do Afeganistão, Islândia e Suécia, ficando Portugal de fora. Salazar desvalorizou tal decisão, atribuindo a responsabilidade às rivalidades das grandes potências e à ausência de regras claras de acesso à organização, sem contudo deixar de ter uma forte crítica interna por parte da oposição¹¹⁰.

Durante nove anos a situação não se alterou. De facto, até 1951 as relações entre os EUA e a URSS, designadamente no que tange à entrada de novos membros, foram

¹⁰⁷ Os EUA e o Reino Unido apoiavam Portugal, uma vez que tinham em mente continuar a utilizar a base das Lajes na ilha Terceira, que fora assegurada através do acordo assinado em Fevereiro de 1946. De referir que três anos após este acordo, Salazar entende integrar a Aliança Atlântica e candidatar-se ao Plano Marshall. Por outro lado, a URSS opunha-se devido à desconfiança em relação ao regime de Salazar devido ao facto da aproximação deste com o regime Espanhol de Franco: MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 27 e 28; PEREIRA, Carlos Santos, "Portugal e as Nações Unidas", in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, 144, 148 e 149.

¹⁰⁸ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 27; PEREIRA, Carlos Santos, "Portugal e as Nações Unidas", in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, 148-149.

¹⁰⁹ Estavam a ser votadas as candidaturas do Afeganistão, Albânia, Irlanda, Islândia, Jordânia, Mongólia, Portugal, Suécia, e Tailândia: MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 29.

¹¹⁰ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 29; PEREIRA, Carlos Santos, "Portugal e as Nações Unidas", in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, 149-151.

marcadas pelo veto sistemático das duas potências no CS. Na primeira década após a criação da ONU apenas foram admitidos nove membros. Só com o desanuviar da tensão resultante da morte de Estaline em Março de 1953, as relações degelam, levando a um consenso entre os rivais sobre o alargamento da ONU, que possibilitou um acordo que levou à apresentação à AG de um grupo de candidatos apoiados pelos blocos ocidental e soviético. São então admitidos dezasseis novos Estados, incluindo Portugal, que passará desde 14 de Dezembro de 1955 a ser membro da ONU¹¹¹.

III. A presença de Portugal na ONU foi conturbada até 1974. De facto, assiste-se a mudanças a nível internacional, nomeadamente no que diz respeito à emancipação dos povos colonizados, decorrente do processo de descolonização acelerado que se seguiu à conferência de Bandung, em 1955, e à crise do Suez, em 1956. Em 1959, é criado o Comité dos Seis, cuja missão é o acompanhamento da independência dos territórios não autónomos. Em 1960 dá-se a admissão de dezassete novos Estados na ONU, facto que veio a alterar o equilíbrio de forças na AG, pelo emergir do poder do Terceiro Mundo na condução dos assuntos mundiais, através da tática da imposição da maioria anticolonialista na organização. Por outro lado, as duas grandes potências europeias – a Grã-Bretanha e a França -, aceleram a transferência de poder nas colónias em África e Portugal ficará cada vez mais isolado na questão da descolonização. A ONU transforma-se no «...*grande palco da batalha entre Portugal [e] o grupo afro-asiático, apoiado pelo bloco soviético...*», que se transmite para o seio da Aliança Atlântica resultando numa crise nas relações entre Portugal e os EUA, que passam a condenar o regime de Salazar devido aos massacres ocorridos com o eclodir da guerra do ultramar.

Portugal fica isolado na ONU com o início dos conflitos militares em Angola, Guiné e Moçambique, em 1961, 1963 e 1964, respetivamente. Os ataques à política Portuguesa nas Nações Unidas, quer no CS, na AG e no Comité dos vinte e quatro, sucedem-se. São aprovadas resoluções que condenam a política colonial do regime. Só a partir da substituição de Salazar por Marcello Caetano, em 1968, conjugado com as reformas constitucionais de 1971, se proporciona um abrandamento da pressão “onusiana” sobre Portugal, que se retomará em 1972 com o agravar da escalada da

¹¹¹ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 30; PEREIRA, Carlos Santos, “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, 151-152.

violência nas colónias ultramarinas, tendo o seu auge com a declaração de independência da Guiné em 1973.

O 25 de Abril de 1974 colocou um ponto final no Estado novo e no regime colonial, terminando com os conflitos entre Portugal e a ONU. De facto, Portugal passou a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência das colónias, o que viria a acontecer gradualmente, permitindo que deixasse de ser marginalizado na ONU e passasse a ter uma maior intervenção através de participações e altas responsabilidades na estrutura da organização até aos nossos dias¹¹².

1.3. Presença de Portugal no Conselho de Segurança

O CS é órgão principal do sistema “onusiano” com uma função importante na preservação da paz e segurança internacionais, sendo também o único órgão permanente da ONU cujos membros estão obrigados a manter uma representação permanente¹¹³.

Desde da data da sua entrada para a ONU em 1955, Portugal teve assento naquele órgão, como membro não permanente, por três vezes, nos biénios 1979-1980, 1997-1998, e 2011-2012¹¹⁴.

Neste capítulo abordaremos o historial da participação Portuguesa no CS nos biénios 1979-1980 e 1997-1998, deixando para os capítulos seguintes a abordagem da participação no biénio 2011-2012. De referir também que não se procurará efetuar uma análise exaustiva da participação portuguesa nos dois primeiros biénios pelo facto de não ser o tema principal do nosso trabalho.

1.3.1. A primeira candidatura

Após a conferência de Bandung em 1955, e da crise do Suez em 1956, assiste-se uma afirmação da autonomia dos povos do Terceiro Mundo do bloco afro-asiático, em particular a partir do ano de 1960. Neste ano dá-se a adesão de dezassete novos países daquele continente à ONU, verificando-se que este facto irá mexer com os equilíbrios no seio da AG, tornando a descolonização como tema central na agenda internacional e dando lugar ao aumento da tensão entre as superpotências «...na disputa de zonas de

¹¹² PEREIRA, Carlos Santos, “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, 152-162.

¹¹³ RIBEIRO, Manuel De Almeida, “Conflitos Internos”, in RIBEIRO, Manuel de Almeida et al. (orgs.), *Enciclopédia De...*, 119-120.

¹¹⁴ SARAIVA, Maria Francisca, “Portugal no Conselho de Segurança 2011-2012: A Perspetiva de um Pequeno Estado”, in SARAIVA, Maria Francisca et al., *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 8-26.

influência no palco mundial»¹¹⁵. De facto, as reuniões da ONU passam a ser um espaço de impugnação internacional contra o colonialismo europeu¹¹⁶.

Portugal tinha uma política colonizadora cujos objetivos em África «...passavam pela criação de “novos Brasis” ...»¹¹⁷, política essa que era contestada e posta em causa no seio da ONU. Referira-se, a este respeito, que na revisão constitucional de 1951 o ato colonial foi revogado e por via disso as colónias são transformadas em províncias ultramarinas que constituem um Estado unitário, multicontinental e plurirracial, constituindo a Nação Portuguesa¹¹⁸.

Foi com base neste argumento que «...desde a adesão de Portugal às Nações Unidas em 1955 que o Governo português se recusava a ceder informações no âmbito do artigo 73.º da Carta¹¹⁹...» na medida em que sempre argumentou não possuir colónias, mas sim províncias ultramarinas, integradas plenamente no Estado português. Em todo este processo, os EUA, através da presidência de Eisenhower – que assumira a presidência dos Estados Unidos em 1953 –, seguiram «...as linhas fundamentais da política africana herdada da Administração de Harry Truman...» - chamada política intermédia -, pelo facto de procurar conciliar o apoio aos aliados europeus, defendendo no entanto a autodeterminação dos povos africanos¹²⁰. Além disto, os EUA tinham uma política de alguma condescendência com Portugal, desempenhando esta superpotência em alguns momentos um papel decisivo de auxílio aos interesses externos de Portugal, designadamente ao afirmar, em finais de Julho de 1960, apoiar a candidatura de Portugal ao CS nesse ano. Importa referir que o apoio da superpotência deu-se «...em primeiro lugar porque, desde a sua adesão em 1955, Portugal nunca se tinha sentado no Conselho de Segurança. Em segundo lugar, e mais importante, havia que ter em consideração a questão dos Açores, particularmente quando a diplomacia norte-

¹¹⁵ PEREIRA, Carlos Santos, “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, p. 153.

¹¹⁶ MARCOS, Daniel, *Eisenhower, Portugal e o «ano da África» nas Nações Unidas*. Relações Internacionais n.30. Instituto Português de Relações Internacionais – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Junho de 2011, disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000200001&script=sci_arttext, consultado em 28 de Outubro de 2013, pelas 15h35m.

¹¹⁷ Idem, Ibidem.

¹¹⁸ PEREIRA, Carlos Santos, “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, p. 152.

¹¹⁹ O art.º 73º da CNU consagra que os membros das NU responsáveis pela administração de territórios não autónomos devem transmitir ao SG, para fins de informações estatísticas relativas a tais territórios.

¹²⁰ MARCOS, Daniel, *Eisenhower, Portugal e...*, disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000200001&script=sci_arttext, consultado em 28 de Outubro de 2013, pelas 15h35m.

americana apontava para a necessidade de iniciar o processo de renegociação do acordo de 1957, durante o ano de 1961»^{121 122}.

Desta forma, mesmo com a opinião contrária de alguns diplomatas portugueses, Salazar avança para a candidatura ao CS no Outono de 1960. Era, no entanto, uma «...candidatura votada ao fracasso, naquela que hoje aparece como uma das mais bizarras iniciativas diplomáticas do Estado Novo». Nas várias votações que ocorreram em Dezembro de 1960, «...Portugal foi recebendo um número decrescente de votos até desistir, dando um sinal de fraqueza que foi devidamente aproveitado pelos adversários da sua política ultramarina...»¹²³.

Assim, mesmo «...contando com um apoio importante de outros países ocidentais, nomeadamente da França, esta decisão acabou por se revelar, todavia, imprudente», face ao poder dos blocos afro-asiático e soviético que aprovam na ONU resoluções contra a política colonial portuguesa. Portugal não consegue opor-se em virtude de se ter iniciado uma nova política de descolonização pela administração americana de Kennedy¹²⁴.

Em conclusão, pode dizer-se que «...a primeira candidatura na década de 60 do século passado, em pleno Estado Novo, foi uma candidatura perdedora, em que os novos países saídos da descolonização, em articulação com o bloco soviético impediram a eleição de Portugal»¹²⁵.

1.3.2. Biénio 1979-1980

I. Até ao ano de 1974, Portugal tinha uma imagem pouco abonatória no seio da ONU devido à sua política ultramarina. Após a revolução de Abril de 1974, Portugal

¹²¹ Idem, Ibidem.

¹²² A base das Lages era utilizada pelos Americanos desde o acordo de Fevereiro de 1946 tendo sido suspenso por Portugal devido à ocupação pela União Indiana dos enclaves de Dadra e Nagar Aveli, em 1954; Portugal tinha suspenso o processo de renovação do acordo das Lages, de forma a garantir o apoio público norte-americano; foi retomado no ano de 1957 e tinha vigência até 1962: v. MARCOS, Daniel, *Eisenhower, Portugal e...*; PEREIRA, Carlos Santos, “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, p. 144.

¹²³ NEGREIROS, Joaquim Trigo de, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU*. OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores - Centro de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa. Janus Online: espaço online de Relações Exteriores, disponível em http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_1_b.html, consultado em 28 de Outubro de 2013, pelas 14h55m.

¹²⁴ MARCOS, Daniel, *Eisenhower, Portugal e...*; PEREIRA, Carlos Santos, “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.), *Os Portugueses...*, pp. 152-156.

¹²⁵ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca et al., Conselho de Segurança da ONU. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

procura estabelecer com a ONU uma relação mais estável face à pressão que aquela organização fez para que o novo regime reconhecesse a independência das colónias portuguesas.

O ponto de viragem na melhoria das relações entre a ONU e Portugal foi «...o discurso do Presidente da República - António de Spínola - a 27 Junho 1974 e a publicação da lei 7/74, onde A. de Spínola diz claramente ser favorável à autodeterminação e independência dos territórios ultramarinos»¹²⁶.

As relações com a ONU tremeram novamente aquando da invasão de Timor pela Indonésia em Dezembro de 1975, porquanto Portugal solicita uma reunião ao CS de forma a condenar tal ato. No entanto, «...o CS apresentou mais tarde um texto onde condena quase de forma semelhante Portugal e a Indonésia pela situação vivida em Timor-leste»¹²⁷.

Portugal lança uma candidatura a membro não permanente do CS para o biénio 1979-1980, sob a iniciativa e persistência do embaixador Vasco Futscher Pereira. Tratou-se todavia, de uma iniciativa que gerou alguma desconfiança por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em virtude da falta de experiência no MNE naquelas matérias¹²⁸. Apesar de algum distanciamento entre Portugal e a ONU, provocado pela situação da invasão de Timor, Portugal foi eleito membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 1979/1980¹²⁹.

II. Após a queda do regime em Abril de 1974 e do período pré-constitucional marcadamente caracterizado pelos litígios entre as forças políticas, a formação do I Governo Constitucional, em 1976, permitiu «...a definição inequívoca de Portugal no sistema internacional»¹³⁰. Nesse sentido, o programa do Governo presidido por Mário Soares (1976-1978) eleva o papel da atividade internacional do Estado como meio de defesa da independência nacional. Para além de uma política europeia e atlântica, a

¹²⁶ Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas, s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

¹²⁷ Idem, Ibidem.

¹²⁸ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹²⁹ Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

¹³⁰ TEIXEIRA, 2008 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 60.

política externa portuguesa passará igualmente pela ONU, dando-se extrema importância às relações multilaterais.

A seguir à crise política de 1978 e à dissolução do I Governo Constitucional, seguiu-se nesse ano uma sequência de três Governos Constitucionais (II, III e IV), mantendo-se contudo estáveis as opções de política externa. A candidatura ao CS foi efetuada no início de 1978, na vigência do II Governo Constitucional liderado por Mário Soares. A eleição efetua-se na vigência do III Governo Constitucional, cujo Primeiro-ministro era Nobre da Costa, e a execução do mandato iniciado pelo IV Governo presidido por Mota Pinto, seguindo-se pelo V e VI Governos Constitucionais, no decurso dos anos de 1979 e 1980¹³¹. «...*A representação permanente de Portugal na ONU durante o referido período esteve a cargo de Vasco Futscher Pereira. No entanto, nos programas de governo esta participação portuguesa no Conselho de Segurança é alvo de pouca importância merecendo apenas uma breve referência*»¹³².

Apesar da intenção de candidatura a membro não permanente do CS no biénio 1979-1980 ter sido declarada por Portugal em Abril de 1977 no Grupo Ocidental e Outros, só na reunião do grupo realizada em Janeiro de 1978 é que esta foi anunciada. De facto, «...*a campanha foi lançada tardiamente, tendo por isso a diplomacia portuguesa tido pouco tempo para a preparar...*»¹³³.

III. A candidatura portuguesa tinha alguns aspetos positivos, designadamente o facto de nunca ter estado representado no CS. Acresce que não existia qualquer litígio político internacional que envolvesse o nosso país¹³⁴. Portugal tinha «...*feito a descolonização de acordo com os princípios e resoluções da ONU, o que explica algum prestígio junto dos G-77 e o restabelecimento rápido de relações com antigas colónias [e evoluiu] para um regime democrático, o que lhe valeu a simpatia dos países*».

Como aspetos negativos apontava-se o facto de Portugal ser visto «...*por parte dos países do Terceiro Mundo, em particular de certos países africanos, (...) como um país*

¹³¹ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 60-67.

¹³² Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

¹³³ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹³⁴ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 63.

*colonizador; em alguns sectores era também, erroneamente, visto como um país comunista, nomeadamente pelos países árabes»*¹³⁵.

Portugal concorria a duas vagas disponíveis pelo Grupo Ocidental e Outros para membro não permanente, competindo com dezassete¹³⁶ outros países. Após desistências de alguns países concorria com a Noruega e com Malta¹³⁷.

A estratégia da campanha portuguesa passava por realizar diligências junto das missões representativas dos países na ONU, justificando «...a importância da concessão de um lugar aos países do sul da Europa (...) e solicitar a união do Grupo Ocidental em torno de Portugal e da Noruega – o candidato mais forte-, procurando deixar Malta isolada». Foi elaborado um memorando e enviado a todas as missões da ONU indicando os motivos que levavam à candidatura de Portugal, o qual abordava o processo de democratização do país, a restauração dos direitos humanos, e a política de descolonização que permitira a génese de cinco novos países. De referir que a eleição de Portugal para a Comissão de Direitos Humanos, em Maio de 1978, foi importante para a conquista de vários apoios no decurso da segunda metade desse ano¹³⁸. Deste modo, pode dizer-se que, embora a campanha tenha sido «...lançada tardiamente, tendo por isso a diplomacia portuguesa tido pouco tempo para a preparar...», a missão portuguesa «...conduziu uma campanha intensa a nível bilateral e também de cobertura geral centrada na ONU»¹³⁹.

IV. A votação decorreu na 33ª Sessão da AG, em 10 de Novembro de 1978. Ao invés da Noruega, que foi eleita logo na primeira votação, Portugal teve de ir a votos cinco vezes. Dos 298 votos, Portugal foi eleito com 99 votos contra 45 de Malta. Estava assim alcançada a primeira participação de Portugal no CS, importando referir que foi

¹³⁵ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹³⁶ O Grupo Ocidental é representado no CS por cinco Estados, dois eleitos e três permanentes, havendo dezassete países que poderão concorrer; apresentaram também a candidatura os seguintes países: Espanha, Grécia, Holanda, Itália, Malta, Noruega e Turquia. V. MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 65 e 66.

¹³⁷ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹³⁸ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 65-69.

¹³⁹ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

crucial para a eleição portuguesa a desistência da Itália e os votos dos países “não-alinhados”¹⁴⁰.

Portugal iniciou o mandato no CS, em 11 de Janeiro de 1979, a par do Bangladesh, Jamaica, Noruega e Zâmbia, juntando-se aos cinco membros não permanentes que vinham do ano anterior – Bolívia, Checoslováquia, Gabão, Kuwait e Nigéria. No decurso dos dois anos as questões mais debatidas nas sessões estiveram relacionadas com as situações no Médio Oriente, de África do Sul, da Rodésia, sendo que a situação da Rodésia e de África do Sul foram aquelas em que havia especial preocupação, na medida em que tinham a ver com os objetivos de política externa definidos pelo IV Governo Constitucional, designadamente as relações de Portugal com os Estados africanos.

A primeira intervenção de Portugal teve a ver com a questão do Sudeste Asiático, nomeadamente a invasão do Camboja pela China, em que Portugal, Noruega, Reino Unido e EUA levaram a situação para agenda do CS. Qualquer iniciativa acabou, no entanto, bloqueada devido ao veto da URSS¹⁴¹.

Outra das ações da missão portuguesa foi o desempenho na liderança da «...*Comissão de apuramento de factos para examinar a situação relativa aos colonatos nos territórios ocupados desde 1967, inclusive Jerusalém, criada pela Resolução 446 de 22 de Março de 1979*». Neste âmbito teve grande visibilidade o Embaixador Leonardo Mathias. Tentando não confrontar Israel, com quem Portugal tinha recentes relações diplomáticas, por um lado, e não deixando de ser rigoroso, por outro. De referir igualmente uma intervenção importantíssima de Portugal no conflito Israelo-Árabe, através da mediação realizada na questão relativa à situação da transferência da embaixada de Israel para Jerusalém (em 1980), que após reunião entre países ocidentais conseguiu atenuar o tom virulento do texto da resolução¹⁴².

De salientar também a invasão do Afeganistão pela URSS, em 1980, facto que levou Portugal a assumir «...*uma posição manifestamente condenatória e de colaboração com a atitude de americanos e ingleses*». O Embaixador Leonardo Mathias exigiu inclusivamente o final da ingerência do território afegão pela URSS¹⁴³.

¹⁴⁰ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 69 e 70.

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*, pp. 70-73.

¹⁴² PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹⁴³ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 74-75.

Portugal presidiu ao CS em Maio de 1979 e em Agosto de 1980. A sua atuação foi condicionada pelas vicissitudes da Guerra Fria, o que o país se esforçou no sentido de evitar a paralisação dos trabalhos do órgão pelos vetos dos EUA e da URSS. Portugal procurou responder a situações de crises internacionais em detrimento da promoção de novas questões¹⁴⁴.

A participação de Portugal no CS no biénio 1979-1980 «...conferiu a Portugal uma maior amplitude de visão, uma visão mais universal sobre o papel da ONU e dos grandes temas da política mundial». Apesar de ser visto como um pequeno país, Portugal era visto igualmente como imparcial, mediador, e como «...um Estado que procurava consensos, até pelo facto de não ter interesses a defender e não estar sujeito à lógica de interesses dos grandes Estados e blocos», constatando-se que «...[a] actuação portuguesa marcou-se pela disponibilidade de ouvir as posições contrastantes e tentar encontrar uma intermediação»¹⁴⁵.

1.3.3. Biénio 1997-1998

I. Após a primeira participação portuguesa no CS toma posse o VII Governo Constitucional, liderado por Pinto Balsemão, que seguirá as mesmas políticas de natureza externa dos anteriores governos – dando prioridade à integração europeia, bem como à Aliança Atlântica, embora dedicando um especial lugar à ONU -, e que se manterão até ao X Governo Constitucional¹⁴⁶.

Nesse sentido, «...é no X Governo Constitucional (presidido por Cavaco Silva) que se nota uma verdadeira transformação da posição portuguesa face às Nações Unidas...», transformação decorrente «...da alteração das prioridades portuguesas em termos de política externa, já que o objectivo de aderir à CEE estava concretizado e por isso era possível redefinir as linhas da mesma política»¹⁴⁷.

De facto, no governo de Cavaco Silva (XI Governo Constitucional) e só depois da entrada de Portugal para a CEE em 1986, verifica-se uma aposta no plano multilateral, nomeadamente com o objetivo do reforço de participação nas OI sem contudo haver

¹⁴⁴ Idem, Ibidem, pp. 76-78.

¹⁴⁵ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹⁴⁶ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 78-80.

¹⁴⁷ Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

uma referência expressa à ONU¹⁴⁸. A partir de 1985 inicia-se uma postura diferente de Portugal em relação à ONU, apresentando uma posição em duas linhas, designadamente os direitos humanos e a questão de Timor, elevando «...o importante papel da ONU como mecanismo para garantir a paz e a segurança internacional»¹⁴⁹.

Desse modo, em 1989 Portugal apresenta a candidatura ao CS para o biénio 1997-1998.

No XII Governo Constitucional, a ONU continua a estar ausente dos objetivos gerais de política externa do país dando-se relevância às comunidades europeias, à relação atlântica, a África e América latina. Porém as Nações Unidas eram entendidas como um meio de afirmação internacional do país. Com o final da Guerra Fria e o desaparecimento do mundo bipolar, o XIII Governo Constitucional apontou três dimensões prioritárias para a política externa: a europeia, a transatlântica e a africana, desenvolvendo uma política multilateral que deveria ser complementada com a diplomacia bilateral¹⁵⁰.

II. Ao invés da primeira participação (biénio 1979-1980), cuja candidatura havia sido lançada tardiamente, Portugal foi o primeiro país a avançar com a candidatura ao CS. Esta antecedência de sete anos conferiu espaço de manobra para a gestão do processo de campanha¹⁵¹.

A candidatura foi apresentada em 1989 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro¹⁵², e justificada como «...uma “estratégia de progressiva afirmação e valorização do papel de Portugal no plano multilateral”, no âmbito das organizações internacionais»¹⁵³. Esta candidatura emerge da orientação política definida nos finais dos anos oitenta, cuja meta estabelecida para a ação diplomática

¹⁴⁸ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 80.

¹⁴⁹ Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

¹⁵⁰ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 81 e 82.

¹⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 82.

¹⁵² Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

¹⁵³ PAIXÃO, 1997 *apud* PINTO, Maria do Céu, Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

nacional apontava «...para o reforço da visibilidade e do peso específico português no quadro multilateral»¹⁵⁴.

Podemos apontar quatro razões que tornaram válido o propósito desta candidatura. Em primeiro lugar, o facto de Portugal ter sido membro do CS apenas uma vez. Em segundo lugar, a vocação universal de Portugal demonstrada por cinco séculos de ligações com todas as regiões do mundo. Um terceiro argumento seria a natureza independente demonstrada pela diplomacia portuguesa e que permitiria defender o princípio de rotatividade no CS, dando uma voz mais ativa aos Estados mais pequenos¹⁵⁵. Por último, o compromisso de Portugal com as Nações Unidas, bem patente no empenhamento do país na parte operacional da organização, nomeadamente com a crescente participação em missões de *peacekeeping*¹⁵⁶.

«...[N]o domínio da política externa, a candidatura ao CS deve ser entendida como o corolário de outras acções destinadas a colocar diplomatas portugueses em posições de destaque, como a eleição de Freitas do Amaral para Presidente da 50^a Assembleia Geral e do Emb. José Cutileiro como Secretário-Geral da UEO (União da Europa Ocidental)»¹⁵⁷, merecendo também especial realce o facto de Portugal ter sido eleito para a Comissão de Direitos Humanos em 1992, após ter batido o Reino Unido na eleição¹⁵⁸.

III. Portugal concorreu com quatro Estados. «Foi o primeiro estado a apresentar a sua candidatura, seguindo-se a Turquia em 1992, a Austrália em 1993 e, finalmente, a Suécia em 1994. Entretanto, a Turquia acabou por retirar a sua candidatura em 1995, ficando apenas três candidatos. Portugal enfrentava dois poderosos adversários»¹⁵⁹. A Austrália aspirava ao seu quinto mandato no CS e contava com o apoio do Canadá e Nova Zelândia, enquanto que a Suécia tentava o seu terceiro mandato e tinha grande

¹⁵⁴ NEGREIROS, Joaquim Trigo de, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU*. OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores - Centro de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa. Janus Online: espaço online de Relações Exteriores, 1998, disponível em http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_1_b.html, consultado em 28 de Outubro de 2013, pelas 14h55m.

¹⁵⁵ PAIXÃO, 1997 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 83.

¹⁵⁶ MONTEIRO, 1999 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 83.

¹⁵⁷ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹⁵⁸ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 84.

¹⁵⁹ Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

apoio no seio do Grupo Ocidental e Outros, além de ter uma forte influência e imagem internacional¹⁶⁰. Acresce o facto daqueles dois países enveredarem por uma campanha de coligação no sentido de «...promoverem as suas candidaturas nas respectivas áreas de influência»¹⁶¹, isto é «...a Austrália compensava a sua menor influencia na Europa e nos países em desenvolvimento; enquanto a Suécia se difundia na região do Sudeste Asiático e do Pacífico»¹⁶².

Portugal apresentou uma campanha cuja estratégia «...se pautou pela discrição, ao contrário dos outros candidatos, procurou desenvolver uma campanha metódica e sistemática, que lhe permitisse chegar a todos os estados membros da ONU»¹⁶³. Na campanha participaram a Missão Permanente na ONU, cujo líder foi Pedro Catarino, bem como os Embaixadores portugueses espalhados pelo mundo, o Primeiro-Ministro, e também o Presidente da República. A campanha teve uma intensidade crescente. Até 1994, a estratégia assentava na justificação da candidatura portuguesa no sentido de angariar o maior número de apoios. Para tal foi organizado e colocado em circulação um memorando pelas várias missões representadas na ONU, bem como nas diversas representações e Embaixadas, apoiadas pelas ações do Primeiro-Ministro e Presidente da República nas viagens ao estrangeiro, sem esquecer os discursos dos Ministros de Negócios Estrangeiros na 49^a (em 1994) e na 50^a (em 1995) sessões da AG, esta última presidida por Freitas do Amaral. A partir de 1996 aumentou a intensidade da campanha verificando-se maior intervenção do setor político nas conferências internacionais. De facto, a intervenção do MNE – Jaime Gama -, na 51^a sessão da AG conferiu uma dinâmica de vitória à candidatura¹⁶⁴, na medida em que aquele político «...apresentou uma declaração onde mostrou claramente o seu empenho e vontade de participar no CSNU, com o intuito de servir a Comunidade Internacional, e não para proveito próprio. Este discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama teve grande impacto junto dos membros presentes na AGNU, aproveitando-se este sucesso para intensificar a campanha»¹⁶⁵.

¹⁶⁰ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 85.

¹⁶¹ PAIXÃO, 1997 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 86.

¹⁶² MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 86.

¹⁶³ Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

¹⁶⁴ PAIXÃO, 1997 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 87-89.

¹⁶⁵ Dados inscritos na página oficial da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

A 21 de Outubro de 1996 iniciou-se a votação. A Suécia foi eleita à primeira volta com 153 votos. Portugal recebeu 112 votos, faltando 9 votos para a eleição, tendo a Austrália recebido 91 votos. Na segunda ronda de votos, «...*Portugal utilizou na sua campanha um forte argumento: a ligação Norte-Sul, procurando com isto cativar o apoio dos países do Sul, em particular os africanos e sul-americanos, e essa ideia veio a ser determinante para a eleição de Portugal para o CSNU, com um total de 124 votos contra apenas 57 da Austrália*»¹⁶⁶.

O esforço do aparelho diplomático português ao longo de sete anos contribuiu significativamente para o sucesso da candidatura nacional¹⁶⁷, sendo justo realçar o «...*investimento efectuado [por Portugal] em África, o apoio do mundo árabe e da América Latina*»¹⁶⁸ e a aposta CPLP que contribuiu para o apoio do Brasil e dos países africanos à nossa candidatura¹⁶⁹.

IV. O mandato teve início a 10 de Janeiro de 1997. Estavam representados no CS desse ano os seguintes países: Chile, China, Costa Rica, Egipto, EUA, Rússia, França, Guiné-Bissau, Japão, Quénia, Polónia, Reino Unido, República de Coreia, e Suécia. No ano de 1998 tiveram assento os seguintes países: Bahrein, Brasil, China, Costa Rica, Eslovénia, EUA, Rússia, França, Gabão, Gambia, Japão, Quénia, Reino unido e Suécia¹⁷⁰.

A estratégia da missão portuguesa passava por realizar uma participação global e ativa nos dois anos de mandato em todas as questões da agenda do CS com o objetivo de «...*consolidar a imagem de um país plenamente empenhado em contribuir de modo construtivo para o desenvolvimento da comunidade internacional*»¹⁷¹. Tendo em conta que os países não representados no CS têm uma diminuta importância nas decisões do

¹⁶⁶ Idem, Ibidem.

¹⁶⁷ PAIXÃO, 1997 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 90.

¹⁶⁸ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹⁶⁹ PAIXÃO, 1997 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 90.

¹⁷⁰ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-a. Disponível em http://www.un.org/es/sc/members/searchres_sc_year_spanish.asp?year=1997, e na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-b. Disponível em http://www.un.org/es/sc/members/searchres_sc_year_spanish.asp?year=1998, consultado em 07 de Novembro de 2013, pelas 23h05m.

¹⁷¹ NEGREIROS, Joaquim Trigo de, Portugal no Conselho de Segurança da ONU. OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores - Centro de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa. Janus Online: espaço *online* de Relações Exteriores, 1998, disponível em http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_1_b.html, consultado em 28 de Outubro de 2013, pelas 14h55m.

órgão, criando um grande distanciamento entre o CS e o resto da organização, Portugal tentou maximizar a sua ação nos trabalhos do Conselho, tendo em vista aumentar a «...”*democraticidade, abertura, transparência e participação*”» naquele órgão¹⁷².

A primeira intervenção de Portugal nos debates em 1997 teve a ver com o processo de assinatura do acordo de paz na Guatemala, através do qual o Governo daquele país e a Unidade Revolucionária Nacional colocaram um ponto final no conflito que assolara a América Central. Portugal foi interveniente na proposta de resolução que levou à criação do mecanismo de verificação da ONU a fim de facilitar o cessar-fogo, proposta esta que depois de inicialmente vetada pela Rússia foi de facto aprovada por unanimidade.

Também a questão de Angola foi um tema central para Portugal. A constante violação dos acordos de paz entre o Governo e a União Nacional para a Independência Total de Angola levou a que Portugal tivesse uma intervenção ativa neste processo, não apenas com a participação no grupo de observadores, mas também contribuindo para programas de assistência em termos políticos, sociais, económicos e humanitários. Portugal apresentou em conjunto com os EUA e Rússia uma resolução no sentido da condenação da atitude da União Nacional para a Independência Total de Angola no incumprimento dos acordos de paz.

Também a situação no Médio Oriente levou a uma intervenção da delegação portuguesa. A construção de um novo colonato a sul de Jerusalém por Israel levou a que Portugal participasse numa proposta de resolução que obrigasse Israel a abandonar tal atitude, o que não veio a acontecer devido aos dois vetos sucessivos apresentados pelos EUA¹⁷³.

V. Portugal presidiu ao Comité de Sanções contra o Iraque, acompanhando a implementação de sanções e, aplicando a resolução "petróleo por alimentos". De registar que devido à boa prestação neste Comité, Portugal foi reeleito na presidência do mesmo ainda no mesmo ano¹⁷⁴.

¹⁷² MONTEIRO, 1998 *apud* PINTO, Maria do Céu, Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹⁷³ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 90-95.

¹⁷⁴ NEGREIROS, Joaquim Trigo de, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU*. OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores - Centro de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa. Janus Online: espaço *online* de Relações Exteriores, 1998, disponível em

Em Abril de 1997 Portugal presidiu pela primeira vez neste mandato ao CS, tendo este abordado variados temas, designadamente a questão da Líbia, a crise do Zaire, o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, a Macedónia, o Afeganistão, a Somália, a Croácia, Angola e o Iraque. Uma das características da presidência portuguesa foi o facto de ter conseguido abordar temas de âmbito mais alargado, relacionados com a atividade do CS¹⁷⁵. Neste sentido, «...*Portugal promoveu as discussões temáticas sobre questões de carácter geral, não necessariamente de interesse específico para os membros do CS, mas que, numa interpretação mais abrangente das suas competências, se situavam no seu âmbito de actividades*»¹⁷⁶. Portugal fomentou um debate aberto no seio do CS sobre os direitos humanos, temas humanitários, as causas dos conflitos, as sanções e a consolidação da paz após os conflitos¹⁷⁷.

Neste contexto, embora a prática no CS nos últimos anos seja que os trabalhos sejam feitos em consultas informais – nas quais se discute a agenda enquanto que as sessões formais servem apenas para formalização das decisões -, Portugal propôs um debate público sobre a consolidação da paz no contexto de *peacekeeping* com o intuito de o CS «...*se debruçasse sobre a doutrina de “peacekeeping” como instrumento privilegiado para a manutenção de paz e segurança internacionais*».

O objetivo seria levar a efeito um debate aberto a todos os membros das Nações Unidas e ao público em geral, verificando-se desde logo uma reação positiva dos países que não tinham lugar no CS, nomeadamente o Brasil, Argentina e Canadá. Ao invés, o Reino Unido opôs-se à ideia portuguesa invocando que o CS não deveria atuar sob a forma de seminário. Argumentou para o efeito que a vocação do CS é o debate sobre situações concretas e a tomada de ações e não debates teóricos sobre assuntos extra operacionais. Portugal contra argumentando que o CS apresentava um «...*“deficit” da capacidade analítica...*» e, por isso, era importante alargar «...*o horizonte da sua acção*

http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_1_b.html, consultado em 28 de Outubro de 2013, pelas 14h55m.

¹⁷⁵ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 100.

¹⁷⁶ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹⁷⁷ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 98 e 99; MONTEIRO, 1998 *apud* PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

por forma a acompanhar a evolução de conceitos como o de segurança». Apesar de inicialmente simpatizarem com a posição portuguesa, os EUA acabaram por ter uma posição em consonância com a posição do Reino Unido. Desta forma, sem a concordância dos membros permanentes, a ideia de debate público ficou posta de lado. Não obstante, mais tarde, em 8 de Abril de 1997, a discussão foi realizada em consulta informal do CS, depois da concordância daqueles dois países. Depois desta iniciativa portuguesa, várias presidências do CS – por exemplo a presidência coreana e sueca –, tentaram seguir a mesma metodologia, tornando o formato de debate público mais frequente, dando ao Conselho maior transparência e legitimidade¹⁷⁸.

A segunda presidência portuguesa do CS teve lugar em Junho de 1998, na qual foram debatidas as situações dos testes nucleares realizados pela Índia e Paquistão, situação que colocava em causa a segurança e a paz no sul da Ásia. A intervenção do CS levou à aprovação de uma resolução que obrigava ao fim dos referidos testes e exigia a ratificação do Tratado de Não Proliferação e do Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares. Também foram abordados no CS a questão de Angola, as sanções ao Iraque, e a escalada de violência no Afeganistão¹⁷⁹.

Na segunda presidência portuguesa foi ainda organizada pela delegação portuguesa um debate público sobre o tema das crianças em situações de conflito armado¹⁸⁰. Foi inclusivamente aberto precedente com o convite à Alta Comissária para os Refugiados - Sadako Ogata - para vir falar ao CS¹⁸¹. Um acontecimento importante e gratificante para a missão portuguesa foi o facto de se ter realizado um debate público e a aprovação - em finais de Dezembro de 2008 -, de uma declaração presidencial sobre um assunto que Portugal sempre batalhou – o peacebuilding¹⁸².

¹⁷⁸ MONTEIRO, António, GUIMARÃES, Fernando Andresen, “Portugal no Conselho de Segurança 1997-1998: As Nações Unidas e a Consolidação dos Processos de Paz”, in Nação e Defesa, *Operações de Paz*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, Outono 99, nº 91, 2ª Série, pp. 27-43, disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD104.pdf>, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 23h05m.

¹⁷⁹ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 100-102.

¹⁸⁰ MONTEIRO, António, GUIMARÃES, Fernando Andresen, “Portugal no Conselho de Segurança 1997-1998: As Nações Unidas e a Consolidação dos Processos de Paz”, in Nação e Defesa, *Operações de Paz*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, Outono 99, nº 91, 2ª Série, pp. 27-43, disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD104.pdf>, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 23h05m.

¹⁸¹ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 98 e 99; MONTEIRO, 1998 *apud* PINTO, Maria do Céu, Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

¹⁸² MONTEIRO, António, GUIMARÃES, Fernando Andresen, “Portugal no Conselho de Segurança 1997-1998: As Nações Unidas e a Consolidação dos Processos de Paz”, in Nação e Defesa, *Operações de*

Deste modo, podemos dizer que a participação de Portugal no biénio 1997-1998 foi diferente em relação à primeira experiência, no sentido em que a postura nacional foi mais interventiva, sendo visível um maior dinamismo em comparação com a primeira experiência, particularmente em temas como o peacebuilding. Por outro lado, através da inclusão de debates públicos sobre direitos humanos, assistência humanitária a refugiados e proteção de civis, aberto a todos os membros das Nações Unidas, Portugal conseguiu mudar o paradigma do formato da agenda do CS¹⁸³.

Paz. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, Outono 99, nº 91, 2ª Série, pp. 27-43, disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD104.pdf>, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 23h05m.

¹⁸³ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, pp. 103 e 104.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE CANDIDATURA E ELEIÇÃO DE PORTUGAL PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA (BIÉNIO 2011-2012)

2.1. As opções de política externa

O XIV Governo Constitucional liderado por António Guterres pretendia uma participação internacional mais alargada através do reforço da sua intervenção no quadro das Nações Unidas. Para além da União Europeia - que continua a ser o eixo preferencial do país conjuntamente com a CPLP -, e das relações bilaterais, o programa do Governo previa, no plano multilateral, «...*que Portugal reforce a sua intervenção no quadro das Nações Unidas e das suas agências especializadas...*», apontando como princípios e matérias a desenvolver nas instâncias multilaterais «...[as questões] de *Direitos Humanos, de natureza ambiental e em matéria de gestão dos oceanos (...), [e as áreas] humanitária, de prevenção de conflitos, de desarmamento, controlo de armamentos, e não-proliferação, bem como as relacionadas com a prevenção e o combate ao tráfico de drogas, à criminalidade internacional e ao terrorismo*»¹⁸⁴.

Foi neste contexto que, em 05 de Janeiro de 2000, foi feito o anúncio da candidatura de Portugal ao CS para o biénio 2011-2012, sendo o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama¹⁸⁵.

Mesmo após a demissão do Primeiro-Ministro em Março de 2002, a política externa que até aquele momento vinha a ser executada foi seguida pelo XV Governo Constitucional, liderado por Durão Barroso, que manteve a União Europeia como principal eixo da política externa, em paralelo com o eixo lusófono¹⁸⁶. O XVI Governo Constitucional liderado por Santana Lopes segue a mesma linha de política externa¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Dados inscritos no Programa do XIV Governo Constitucional. 1999-2002, pp. 108-124. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc14/programa-do-governo/programa-do-xiv-governo-constitucional.aspx>, consultado em 14 de Novembro de 2013, pelas 18h00m.

¹⁸⁵ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Art1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

¹⁸⁶ Dados inscritos no Programa do XV Governo Constitucional. 2002-2004, pp. 20-29, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc15/programa-do-governo/programa-do-xv-governo-constitucional.aspx>, consultado em 14 de Novembro de 2013, pelas 19h45m.

¹⁸⁷ Dados inscritos no Programa do XVI Governo Constitucional. 2004-2005, pp. 20-30, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc16/programa-do-governo/programa-do-xvi-governo-constitucional.aspx>.

De referir que os programas destes dois últimos Governos abordavam a necessidade de Portugal se envolver ativamente nas OI, nomeadamente nos respetivos órgãos de decisão.

A partir de 2005, com o XVII Governo Constitucional – sendo o Primeiro-Ministro José Sócrates e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado¹⁸⁸ –, constata-se uma reorientação das prioridades de política externa. Embora se mantenham os eixos europeus, a lusofonia, a reativação do dialogo euro-atlântico e a vocação universalista, o Governo passa a ter como objetivo estratégico na área da política externa a promoção de «...uma participação mais activa de Portugal nos centros de decisão da vida e das instituições mundiais...», aparecendo expressamente referência ao CS, ao prever que «...a matriz das relações internacionais por que nos batemos deve ser a que assenta na Carta das Nações Unidas, no reforço do papel do Conselho de Segurança e da credibilidade das demais instituições do sistema das Nações Unidas...»¹⁸⁹. O segundo Governo de José Sócrates segue a mesma orientação multilateral. Face à crise financeira internacional e à recessão económica - «...resultado de mudanças estruturais na economia mundial (...) [que] vieram acentuar a urgência da reorganização do sistema internacional, adaptando-o à nova realidade mundial, macroeconómica e geopolítica» -, o XVIII Governo Constitucional defendia no seu programa que era necessário Portugal «...ter um papel relevante neste processo, através de uma participação activa nas instituições e organizações internacionais...», sendo que «...a Carta das Nações Unidas continua a ser a principal referência do multilateralismo e é nesse pressuposto que assentará a nossa candidatura ao Conselho de Segurança, como membro não-permanente, para o biénio 2011-2012»¹⁹⁰.

2.2. Razões que levaram à candidatura

[governo/programa-do-xvi-governo-constitucional.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/programa-do-xvi-governo-constitucional.aspx), consultado em 14 de Novembro de 2013, pelas 19h55m.

¹⁸⁸ Composição do XVII Governo Constitucional, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/cg17/composicao.aspx>, consultado em 15 de Novembro de 2013, pelas 13h50m.

¹⁸⁹ Programa do XVII Governo Constitucional. 2005-2009, pp. 151-162, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/cg17/programa-do-governo/programa-do-xvii-governo-constitucional.aspx>, consultado em 15 de Novembro de 2013, pelas 14h00m.

¹⁹⁰ Programa do XVIII Governo Constitucional. 2009-2011, pp. 122-127, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/cg18/programa-do-governo/programa-do-governo-constitucional-18.aspx>, consultado em 15 de Novembro de 2013, pelas 14h30m.

Vimos anteriormente que, em Janeiro de 2000, foi feito o anúncio da candidatura de Portugal ao CS no biénio 2011-2012. A candidatura foi assim feita passados apenas cerca de dois anos do anterior mandato, por um lado, e com cerca de dez anos de antecedência, por outro.

Podem apontar-se algumas razões que levaram à decisão de avançar para a candidatura. Por um lado, o facto da presença portuguesa no anterior mandato (1997-1998) ter sido bem sucedida, demonstrando a competência e capacidade da diplomacia nacional para integrar o grupo das elites mundiais no tratamento das questões multilaterais¹⁹¹. Por outro lado, Portugal demonstrava desde a admissão à ONU um compromisso pelos princípios da CNU e pela participação nas instituições multilaterais, designadamente com duas participações no CS (1979-1980 e 1997-1998), a presidência das Comunidades Europeias em 1992, a escolha de Freitas do Amaral para presidir à 50ª AG, e a crescente contribuição para as operações de peacekeeping¹⁹². A vitória sobre um dos candidatos de peso - a Austrália - alcançada na eleição para o mandato de 1997-1998 terá também aumentado a confiança da diplomacia portuguesa. Convém igualmente não esquecer que, em Janeiro de 2000, decorria a segunda presidência do União Europeia, o que poderia ser benéfico para alcançar desde logo alguns apoios. Acresce também o facto de o país ter tido uma reduzida participação no CS, ao contrário de outros países. Ora, Portugal sempre defendeu uma representação justa e equitativa naquele órgão, que deveria ser conseguida através de uma maior rotatividade e da presença de países de menor dimensão, que consequentemente levariam a maior independência e imparcialidade do CS¹⁹³. Por último, a grande antecedência do anúncio da candidatura permitia que Portugal fosse o primeiro candidato no seio do Grupo Ocidental e Outros, sendo esta uma vantagem porque permitiria uma troca de apoios com outros países.

¹⁹¹ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m; AMARAL, José, MACIEIRA, Rui, MARTINS, Sara. *All for one, as long as there is not one for Europe*. Portuguese Journal of International Affairs, pp. 31-39, disponível em <http://ipris.blogs.sapo.pt/37336.html> e em <http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>, consultado em 10 de Novembro de 2013, pelas 00h10m.

¹⁹² CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m; GORJÃO, P., *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 109.

¹⁹³ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

Porém, devido ao grande lapso temporal entre o anúncio e a votação, existia o inconveniente de os apoios serem provisórios, na medida em que poderiam ocorrer vários ciclos políticos e eventuais mudanças de governos, que poriam em causa os respetivos apoios¹⁹⁴.

2.3. Os adversários

Como vimos Portugal apresentou a sua candidatura com uma antecedência de mais de dez anos. Apesar de a tradição nos mostrar que existe uma tendência de três candidaturas para apenas dois lugares dentro do Grupo Ocidental e Outros, Portugal procurava com esta estratégia limitar o avanço de outras candidaturas, de forma a conseguir que apenas fossem apresentadas duas candidaturas para os dois lugares disponíveis¹⁹⁵. No entanto, esse desejo não foi alcançado, uma vez que o Canadá avançou em 2001 com a candidatura, e posteriormente a Alemanha fez o mesmo em Novembro de 2006, deixando frustrado o objetivo de apenas existirem duas candidaturas para o CS nesse biénio¹⁹⁶.

Os dois adversários de Portugal são dois países influentes do sistema internacional. O Canadá tentava a sua sétima participação no CS. Tinha como objetivo estar representado no CS uma vez por década. Tratava-se, portanto, de um país de tradição no sistema multilateral, contribuindo para a paz e segurança internacionais, o que levava a considerar esta candidatura «...*natural e poderosa, bem ancorada na tradição histórica e na reputação internacionalista granjeada ao longo de toda a segunda metade do século XX*». Por seu lado, a candidatura da Alemanha – que pretendia uma quinta presença no CS - apresentava grandes vantagens, designadamente no que tange aos

¹⁹⁴ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m; AMARAL, José, MACIEIRA, Rui, MARTINS, Sara. *All for one, as long as there is not one for Europe*. Portuguese Journal of International Affairs, pp. 31-39, disponível em <http://ipris.blogs.sapo.pt/37336.html> e em <http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>, consultado em 10 de Novembro de 2013, pelas 00h10m.

¹⁹⁵ Designa-se de *clean slate* o facto do número de candidaturas ser igual ao número de lugares disponíveis: CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

¹⁹⁶ AMARAL, José, MACIEIRA, Rui, MARTINS, Sara. *All for one, as long as there is not one for Europe*. Portuguese Journal of International Affairs, pp. 31-39, disponível em <http://ipris.blogs.sapo.pt/37336.html> e em <http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>, consultado em 10 de Novembro de 2013, pelas 00h10m.

instrumentos de política externa, visível numa grande rede diplomática que se estende a todo o mundo. Devido aos seus recursos económicos apresentava-se como o segundo maior contribuinte mundial de ajuda ao desenvolvimento e um dos maiores financiadores da atividade da ONU, para além de ser um país influente na União Europeia. Acrescia a tudo isto, o facto de a Alemanha pertencer ao grupo “Unidos pelo Consenso”, que pretendia uma reforma do CS, nomeadamente a sua presença como membro permanente deste órgão. Por todas estas razões, a Alemanha era considerada um parceiro de confiança das Nações Unidas. Em suma, a candidatura alemã era de longe a mais forte, devido à projeção internacional que apresentava, ao passo que a candidatura canadiana era tida como tendo maior possibilidade de sucesso do que a portuguesa¹⁹⁷.

2.4. A campanha

Devido ao madrugador anúncio da candidatura portuguesa, a campanha afigurava-se muito extensa. De facto, *«...uma candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas é uma decisão política que envolve anos de diligências diplomáticas e um considerável dispêndio financeiro, implicando um intenso período de campanha eleitoral em Nova Iorque e em várias regiões do mundo, em busca de apoios»*, sendo considerado *«...um desafio muito exigente...»*, quer pelo facto do Grupo da Europa Ocidental e de Outros Estados (WEOG) ser bastante rigoroso, quer pelo facto de existirem normalmente mais candidatos do que lugares disponíveis, significando que nenhum país poderá ter como certa a eleição¹⁹⁸.

Por outro lado, *«...as campanhas mais longas apresentam maiores desafios para os pequenos e médios países, uma vez que têm menos recursos humanos e materiais ao seu dispor...»*, ao passo que os grandes países estão *«...melhor preparados para sustentar campanhas de longo prazo, com base nas suas capacidades financeiras superiores e uma vasta rede diplomática»*¹⁹⁹.

¹⁹⁷ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

¹⁹⁸ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, *Mais que uma Revista uma janela para o Mundo*, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

¹⁹⁹ AMARAL, José, MACIEIRA, Rui, MARTINS, Sara. *All for one, as long as there is not one for Europe*. Portuguese Journal of International Affairs, pp. 31-39, disponível em

2.4.1. A estratégia de campanha

A campanha dividiu-se em duas fases: desde o anúncio da candidatura até 2006; e de 2007 até à eleição. Até 2006 a atividade diplomática norteou a sua atuação em torno de troca de apoios no universo da ONU e na transmissão da ideia de que os dois lugares disponíveis para o biénio 2011-2012 já estavam preenchidos com o intuito de desincentivar eventuais candidaturas de outros países. De referir que neste período Portugal reconheceu a candidatura canadiana e os dois países comprometeram-se em não realizar campanha negativa um com o outro. Deste modo, o período inicial de campanha (até 2006) foi caracterizado como «...*normalidade administrativa...*», estando a atividade a cargo dos serviços centrais do MNE em Lisboa e a missão portuguesa em Nova Iorque, mantendo-se o diálogo com outros países centrado na troca de apoios²⁰⁰.

A candidatura – algo surpreendente – da Alemanha em Novembro de 2006 veio baralhar as contas das candidaturas portuguesa e canadiana. A partir dessa altura «...*o jogo mudou inteiramente de figura...*». Apesar da preocupação, Portugal estava confiante devido à boa rede de relacionamentos conseguidos. Por essa razão, a missão portuguesa não se deu como derrotada logo à partida. Com efeito, após uma reflexão efetuada após a preparação da segunda presidência da UE (segundo semestre de 2007), prosseguiu uma estratégia de coerência e consistência da política externa, decidindo-se que «...*a campanha deveria envolver um diálogo mais aprofundado com países por todo o mundo, com o intuito de compreender melhor as dinâmicas que animam cada Estado no seu relacionamento internacional, e em particular na sua participação na vida da ONU*». Em finais de 2006, Portugal já contava com alguns apoios, mas com a entrada na corrida da Alemanha seria necessário «...*o desenvolvimento de um argumentário geral e uma metodologia rigorosa de contactos exaustivos com os estados-membros das Nações Unidas*». O argumentário – funcionando como um manifesto eleitoral - correspondia à junção dos princípios e interesses nacionais com os temas considerados eleitoralmente atraentes. Estes contactos tinham um triplo objetivo: alcançar a confiança dos outros países, demonstrando que Portugal é um país que escuta

<http://ipris.blogs.sapo.pt/37336.html> e em <http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>, consultado em 10 de Novembro de 2013, pelas 00h10m.

²⁰⁰ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

antes de tomar decisões; expor os pontos de vista das posições portuguesas; e, desde logo, «...*preparar o terreno para o eventual exercício de responsabilidades no CSNU*»²⁰¹.

Neste contexto, a estratégia seguida assentava no pressuposto de que em Lisboa fazia-se a gestão de compromissos e troca de apoios, ao passo que a missão em Nova Iorque assegurava o apoio dos representantes permanentes dos vários países. Seguiam-se visitas políticas ou enviados especiais às respetivas capitais desses países. De referir que em Lisboa – onde se realizava um trabalho mais técnico – foram feitas reuniões ocasionais, presididas pelo MNE ou pelo Secretário de Estado, com o intuito de se fazer o ponto da situação. Em Nova Iorque o trabalho de campanha foi «...*intenso e disciplinado*...», tentando alcançar a confiança com os representantes permanentes de outros países, sendo de realçar o trabalho do Embaixador Moraes Cabral – Embaixador permanente na ONU – na promoção da candidatura nacional através de visitas de cortesia ou de trabalho aos colegas.

No plano político, ao longo de dois anos e de acordo com orientações do MNE, membros do Governo realizaram visitas de nível político com o objetivo de angariar votos, nas quais se pedia expressamente o voto na candidatura portuguesa. Foram também realizadas reuniões bilaterais aquando da visita a Lisboa dos Ministros de Negócios Estrangeiros de vários países e em reuniões à margem de conferências e cimeiras internacionais. Ainda a nível político foram efetuadas missões de enviados especiais a várias zonas do globo e em alguns casos sendo portadores de missivas do Presidente da República ou do Primeiro-Ministro, quando estes não podiam estar presentes. De destacar o empenhamento do Presidente da República Cavaco Silva na candidatura, designadamente através do discurso proferido em Nova Iorque, em 24 de Setembro de 2008, na 63ª AG, ao abordar a candidatura de Portugal ao CS 2011-2012. No seu discurso intitulado de “Responsabilidade Partilhada, Destino Comum” o Presidente da República defendeu que Portugal se candidatava ao CS «...*em nome da representação equitativa dos Estados, designadamente dos que constituem a maioria dos que integram esta Casa, porque acreditamos que é essa a melhor forma de garantir o sentido de justiça que é essencial para que as decisões sejam aceites por todos*»²⁰².

²⁰¹ Idem, Ibidem.

²⁰² SILVA, Cavaco, *Responsabilidade Partilhada, Destino Comum*. Discurso do Presidente da República na 63ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de Setembro de 2008, sobre a candidatura ao CS 2011-2012. Disponível em http://www.un.org/ga/63/generaldebate/pdf/portugal_pt.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h50m.

A campanha passou igualmente pela presença em cimeiras regionais designadamente na União Africana, no Pacific Island Forum, no Caricom (Comunidade das Caraíbas), na UE, na Associação de Nações do Sudeste Asiático. Estas cimeiras apresentaram-se como oportunidade para se compreender as dinâmicas regionais, contribuindo desta forma para uma grande presença e visibilidade da política externa portuguesa, contribuindo para o aumento dos apoios à candidatura²⁰³. Nesta matéria, alguns países aliados prestaram uma excelente ajuda, demonstrando-se extremamente úteis «...na preparação de visitas dos nossos enviados especiais para diferentes partes do mundo...», bem como na «...participação em reuniões das organizações regionais, quase como se estivessem a tratar dos seus próprios emissários»²⁰⁴.

Também foram realizados em Lisboa uma série de seminários destinados aos representantes permanentes dos vários países na ONU, cuja organização pertenceu à missão portuguesa em Nova Iorque, em que os temas foram a “Reforma dos Métodos de Trabalho do Conselho de Segurança”, “Energias Renováveis e Alterações Climáticas”, “Manutenção e Consolidação da Paz”, e mais dois seminários técnicos – um sobre a extensão da plataforma continental e outro sobre turismo.

Foi também realizado um curso de formação para jovens diplomatas, realizado em Lisboa na primavera de 2010, onde estiveram presentes 28 jovens de países cuja relação diplomática com Portugal era menos intensa.

Depois da abertura da AG em Outubro de 2010, realizou-se em Lisboa uma conferência interministerial de países menos desenvolvidos, que contou com a presença dos Ministros de Negócios Estrangeiros e respetivos Representantes Permanentes de cerca de trinta e cinco países. Esta conferência teve como grande objetivo debater assuntos importantes para esses países e divulgar a campanha portuguesa para o CS.

Nos últimos dois anos de candidatura assistiu-se a um reforço da presença e visibilidade em Nova Iorque, quer com o Embaixador Permanente e restantes diplomatas, quer com visitas políticas provenientes de Lisboa. Com efeito, com o objetivo de mostrar todo o apoio da capital portuguesa junto da missão permanente nas Nações Unidas, quer o MNE, quer os Secretários de Estado estiveram presentes nas

²⁰³ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

²⁰⁴ AMARAL, José, MACIEIRA, Rui, MARTINS, Sara. *All for one, as long as there is not one for Europe*. Portuguese Journal of International Affairs, pp. 31-39, disponível em <http://ipris.blogs.sapo.pt/37336.html> e em <http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>, consultado em 10 de Novembro de 2013, pelas 00h10m.

Assembleias Gerais e em contactos bilaterais com os representantes permanentes de vários países²⁰⁵.

2.4.2. Os temas e argumentos da campanha

I. A candidatura portuguesa apresentava grandes duas desvantagens em relação às outras candidaturas.

Em primeiro lugar, os países mais pequenos aproveitam este tipo de candidaturas para obtenção de benefícios bilaterais, designadamente através da APD. Ora, a Alemanha é o segundo maior doador mundial, apoiando significativamente o desenvolvimento de projetos das populações deste tipo de países. O Canadá embora não esteja ao nível da Alemanha, tem uma APD cerca de oito vezes maior que Portugal.

A segunda desvantagem resultava das relações económicas. De facto, os laços económicos podem influenciar o sentido de voto e verificamos que os dois adversários eram mais fortes neste tipo de relacionamentos, na medida em que tinham uma capacidade económica maior²⁰⁶.

Para equilibrar o poder das candidaturas dos adversários, a estratégia portuguesa explorou a grande participação de Portugal em várias organizações regionais e internacionais, mantendo «...pontes de diálogo com outros países...» e pondo em prática «...uma estratégia de valorização de relacionamentos especiais com um conjunto de países que se dispunham não apenas a votar por nós, mas a fazer campanha activa»²⁰⁷.

Portugal tirou proveito da sua participação em fóruns importantíssimos que privilegiaram a divulgação da campanha ao CS, não só na ONU e nas suas agências, mas também na UE, na CPLP, na NATO, na Conferência Ibero-Americanas, no Conselho da Europa, na OSCE, na OCDE, nas Organizações de Estados Americanos – apenas como um observador permanente –, na Comunidade das Democracias, na União para o Mediterrâneo, no Processo de Cooperação no Mediterrâneo Ocidental - "Diálogo 5 +5" –, e no Fórum do Mediterrâneo. A política externa portuguesa tinha vindo a

²⁰⁵ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

²⁰⁶ Idem, Ibidem.

²⁰⁷ Idem, Ibidem.

desempenhar nestes fora um excelente trabalho, o que fez deles locais privilegiados para alcançar apoios à candidatura²⁰⁸.

II. Os argumentos de campanha portuguesa tinham como objetivo diferenciar a campanha em relação aos adversários, sublinhando aquilo que o país poderia oferecer, de forma a colmatar a menor capacidade económica. Desta forma, à semelhança da anterior campanha (biénio 1997-1998), a candidatura portuguesa assentou a «...*estratégia diplomática numa fundamentação política coerente, baseada num conjunto de argumentos fortes...*»²⁰⁹.

Um dos mais fortes argumentos da campanha, e a grande especificidade da mesma, foi a ideia da vocação universalista do nosso país e a capacidade de construir pontes e o diálogo entre as nações²¹⁰. Esta ideia assentava no facto de que o principal objetivo de Portugal seria ajudar o bom funcionamento do sistema internacional. Ao apresentar uma dimensão média, poderia ser capaz de dialogar com países pequenos e médios no que diz respeito a assuntos das Nações Unidas, designadamente sobre a importância de um sistema internacional eficaz, justo, previsível e baseado em regras e princípios. Este papel era reforçado pela imagem de Portugal no mundo, decorrente das grandes navegações dos séculos XV e XVI, sob o argumento de que fora pioneiro na globalização e, por esse facto, seria um país capaz de respeitar e entender a variedade do mundo, contribuindo dessa forma para instituir entendimento com todos os povos do planeta. De referir também que foi passada a ideia de que Portugal não se limitaria apenas a ser simpático e aberto ao mundo, mas também que esse facto se traduziria em resultados para o bom funcionamento do sistema internacional. Para esta imagem «...*de país cosmopolita, tolerante e dialogante, vocacionado para a construção de pontes, e para a criação de consensos difíceis*» foi feita referência à boa prestação do país na presidência portuguesa da UE e na Cimeira UE-África, bem como ao papel de Jorge

²⁰⁸ AMARAL, José, MACIEIRA, Rui, MARTINS, Sara. *All for one, as long as there is not one for Europe*. Portuguese Journal of International Affairs, pp. 31-39, disponível em <http://ipris.blogs.sapo.pt/37336.html> e em <http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>, consultado em 10 de Novembro de 2013, pelas 00h10m.

²⁰⁹ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

²¹⁰ Idem, Ibidem.

Sampaio enquanto Alto-Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações²¹¹.

Portugal promoveu também a ideia da rotatividade, a fim de garantir uma equitativa participação de todos os Estados membros no CS. Ora, Portugal serviu poucas vezes no CS em relação aos outros adversários, os quais por diversas vezes estiveram representados neste órgão, sendo inclusivamente a Alemanha candidata a membro permanente.

Outro argumento foi o de que Canadá e Alemanha pertenciam a fora políticos que levantavam alguma desconfiança nos países afro-asiáticos, nomeadamente os Grupos do G8 e do G20²¹². O facto de Portugal pertencer ao grupo dos G172, funcionou como um argumento que realçou a importância da manutenção das Nações Unidas como a forma de gestão da governação global, contrariando as novas tendências de criação de diretórios internacionais que emergiram a seguir à crise de 2008-2009. Seria, por isso, inconveniente a eleição no mesmo período de dois membros do G20²¹³.

Também a regular participação de Portugal nas missões de paz da ONU e o visível desempenho das Forças Armadas e Forças de Segurança nacionais foi apresentado como argumento na campanha²¹⁴. De facto, Portugal é visto como um país «... “produtor” e não apenas como mero “consumidor” de segurança internacional» devido ao esforço empenhado realizado pelo país em termos de operações de *peacekeeping*, que o leva a ter uma imagem consistente e prestigiada nesta matéria. De realçar que Portugal ocupa o 41º lugar num universo de 115 países contribuintes para ONU e o 7º na UE, sendo considerado um dos países europeus mais significativos no contributo para as operações de manutenção de paz internacionais em todo o mundo²¹⁵.

²¹¹ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

²¹² SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

²¹³ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

²¹⁴ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

²¹⁵ PINTO, Maria do Céu, *Expandindo a influência Portuguesa através da diplomacia de peacekeeping*. As tendências Internacionais e a posição de Portugal. I Congresso Internacional do OBSERVARE,

Outro dos argumentos defendido foi a «...coerência da agenda portuguesa, muito centrada na facilitação do diálogo e na defesa do Direito Internacional, com especial enfoque na protecção e promoção dos direitos humanos e do direito internacional humanitário»²¹⁶. De facto, desde a instauração da democracia em Portugal, o perfil do país nos diversos fora multilaterais é considerado muito elevado no que diz respeito ao tema dos direitos humanos, tendo um registo de participação muito ativa em comissões da AG, nas quais se constata a defesa da promoção e proteção dos Direitos Humanos²¹⁷.

III. A questão da representatividade no CS foi também aproveitada pela campanha portuguesa para chegar aos países com menor representação no CS. Os membros permanentes têm uma representação contínua no órgão, enquanto que os membros não permanentes estão representados apenas dois anos, o que não é benéfico para uma boa circulação de informação e para o exercício efetivo de representatividade dos membros eleitos. Desta forma, Portugal propunha ser eleito não para defender os seus interesses, mas sim para «...contribuir para o bom funcionamento do sistema internacional»²¹⁸.

Um assunto que a campanha portuguesa referiu que iria abordar no CS foi a questão da sua reforma. Apesar de o assunto não estar na agenda internacional - constatando-se que o impulso reformista que se deu no ano de 2005 havia terminado -, a postura portuguesa sobre o assunto passaria por defender que não se justificava a não presença do Brasil e da Índia entre os membros permanentes, bem como a necessidade do reforço da presença africana no órgão²¹⁹.

Por outro lado, uma das questões argumentadas pela campanha canadiana contra Portugal e Alemanha tinha a ver com o excesso de representação da Europa nos diversos órgãos da ONU, em particular no CS, devido à presença de dois países com assento permanente. Perante este argumento, Portugal mostrou-se defensivo, em virtude

Universidade Autónoma de Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 1-7, disponível em http://observare.ual.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Maria_Ceu_Pinto.pdf, consultado em 15 de Outubro de 2013, pelas 17h30m.

²¹⁶ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

²¹⁷ VINHAS, Rui, Intervenção enquanto Subdiretor- Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/368189/ruivinhas.pdf>, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h20m.

²¹⁸ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

²¹⁹ Idem, ibidem.

de trazer alguma vulnerabilidade à sua campanha. A contra-argumentação foi no sentido de afirmar que a candidatura era portuguesa e não europeia «...*não reflectindo portanto qualquer impulso de Bruxelas*», bem como explicando que a política externa de Portugal era produzida em Lisboa e não em Bruxelas. Ou seja, foi passada a ideia de que Portugal apresentava posições próprias e que, em termos da campanha, a formulação das posições Portuguesas sobre qualquer assunto teria por base o diálogo bilateral com os Estados que estivessem mais informados sobre esse assunto. Portugal questionou se de facto não seria mais prejudicial para o sistema internacional a presença de dois membros do G8 e do G20, conseguindo-se desta forma neutralizar um dos argumentos da campanha do Canadá²²⁰.

No que diz respeito ao tema dos métodos de trabalho do CS - assunto muito polémico que cria mau estar entre a AG e o CS, em que a AG reivindica um CS com mais transparência e mais cooperante com os outros Estados membros²²¹ – Portugal comprometia-se a fazer consultas regulares e a ter em atenção à transparência dos métodos de trabalho no CS²²².

IV. Para o esforço da campanha é ainda importante notar o importante trabalho diplomático realizado a nível regional, onde se abordaram temáticas específicas apenas para certos grupos de Estados.

No Grupo do Pacífico abordaram-se os temas das alterações climáticas e os assuntos do mar.

Nas Caraíbas os temas abordados foram os relacionados com as alterações climáticas e as ameaças não tradicionais, nomeadamente narcotráfico e o tráfico de armas.

No continente africano foram feitos contactos na África Ocidental, Austral, Central e com países francófonos, no qual a candidatura portuguesa se comprometeu em melhorar a representação de África no CS e a contribuir para melhorar o relacionamento entre o CS e a União Africana.

²²⁰ Idem, ibidem.

²²¹ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

²²² CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

Realizou-se também um diálogo com a Liga Árabe, onde se deixou a convicção de que é possível levar a paz ao Médio Oriente e arranjar uma solução justa para o povo palestino através de um Estado palestino.

No encontro com a Organização da Conferência Islâmica foram abordados dois temas de grande preocupação, designadamente a questão da Palestina e a imagem de discriminação do islão por parte do ocidente. Quanto à primeira foi manifestada a posição de que deveria ser encontrada uma solução justa e duradoura em que os direitos do povo palestino fossem respeitados. No que diz respeito à segunda houve um compromisso de procurar formas de diálogo com o intuito de baixar a tensão e conflitualidade entre o ocidente e os países muçulmanos²²³.

V. Durante a campanha foi fundamental o apoio de alguns aliados que ajudaram a divulgação ativa dos argumentos portugueses. Foi, designadamente, o caso da CPLP, porquanto o papel exercido por estes sete países foi fundamental na passagem de testemunho sobre a nossa campanha nos diferentes continentes (África, América do Sul e Ásia) e nos agrupamentos regionais e OI de que fazem parte²²⁴. Sendo a CPLP uma OI caracterizada pela concertação diplomática a que corresponde uma grande aptidão para a mobilização em busca de objetivos diplomáticos comuns, Portugal teve disponibilidade de informação estratégica sobre o estado de espírito de muitos países daqueles três continentes que permitiu identificar necessidades específicas, que por sua vez resultavam em diligências diplomáticas e políticas que sugeriam o voto na candidatura portuguesa. Por outro lado, em todos os continentes tivemos apoio de países com os quais Portugal mantinha fortes relações bilaterais, designadamente a Índia, a Turquia, a Espanha, o Egipto, Timor-Leste, Nauru e São Vicente e Granadinas²²⁵.

VI. Concluindo, podemos afirmar que a campanha de Portugal foi bastante longa e exigente, na qual saiu ao de cima a grande capacidade da política externa portuguesa através do empenhamento de todo o corpo diplomático. De facto, toda esta campanha é

²²³ Idem, ibidem.

²²⁴ AMARAL, José, MACIEIRA, Rui, MARTINS, Sara. *All for one, as long as there is not one for Europe*. Portuguese Journal of International Affairs, pp. 31-39, disponível em <http://ipris.blogs.sapo.pt/37336.html> e em <http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>, consultado em 10 de Novembro de 2013, pelas 00h10m.

²²⁵ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

«...um reflexo de uma política externa muito estruturada, consolidada ao longo de anos, e de um corpo diplomático experiente e de elevada qualidade»²²⁶. De referir ainda que a diplomacia portuguesa teve também um forte apoio político que resultou no «...sucesso desta candidatura, como de resto sucedeu nas anteriores, [o que só] foi possível graças ao intenso trabalho da diplomacia portuguesa, dentro e fora das Nações Unidas, com o apoio da Presidência da República e de outros actores institucionais»²²⁷.

2.5. A votação e resultados

I. Após uma campanha longa e trabalhosa, em 12 de Outubro de 2010, no decorrer da 65ª AG, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, realizou-se a votação, estando presentes 191.

Cada país votante tem direito a dois votos, na medida em que existem dois lugares em disputa, havendo portanto um total de 380 votos. Para um país ser eleito necessita de obter dois terços dos votos dos países presentes. Para ser eleito Portugal precisava de ter 127 votos. Se um dos candidatos fosse eleito à primeira ocorreria uma segunda volta havendo, nessa ocasião, apenas um voto para cada país sendo o total de votos 191²²⁸.

II. O resultado final da votação foi a eleição de Portugal e da Alemanha «...demonstrando que o país jogou as suas cartas correctamente, alcançando apoio imediato e total e acima de tudo, convenceu os seus pares da credibilidade e força da candidatura»²²⁹.

A primeira votação teve o resultado de 128 votos para a Alemanha, 124 votos para Portugal e 114 votos para o Canadá. Com alguma surpresa a Alemanha obteve 128 votos e foi eleita à primeira volta, mas apenas com um voto a mais. Logo de imediato ao primeiro escrutínio realizou-se a segunda votação tendo Portugal obtido 113 votos contra 78 votos do Canadá. Não tendo ainda obtido os dois terços dos votos, o

²²⁶ Idem, ibidem.

²²⁷ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

²²⁸ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

²²⁹ SEABRA e GORJÃO, 2010 *apud* MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 115.

Presidente da AG deu início à terceira votação tendo Portugal obtido 150 votos e o Canadá 32 votos. O representante do Canadá pediu então a palavra para anunciar a retirada e o reconhecimento da derrota²³⁰.

III. Analisando os resultados eleitorais pode-se inferir algumas conclusões. Em termos de distribuição geográfica de votos registou-se um forte apoio à candidatura portuguesa em todos os continentes. Verificou-se uma forte implantação no continente africano, para o qual havia sido feito um grande esforço de campanha no sentido de angariar o máximo de apoios. Por outro lado, o melhor resultado nacional foi alcançado no grupo da Europa de Leste, do qual fazem parte países com os quais Portugal tem fortes relações bilaterais. Também de registar um bom resultado no continente asiático, naquele que é o maior grupo eleitoral e no qual não existe grande homogeneidade de ideias entre os países. É também interessante observar que os resultados mais baixos foram no grupo Ocidental e Outros e na América Latina e Caraíbas.

Dos resultados pode-se concluir que não existe uma identidade europeia na ONU, não tendo constituído uma vantagem para Portugal ser membro da UE. Relembre-se que os 27 Estados membros da UE estão divididos por três agrupamentos eleitorais, nomeadamente no grupo Ocidental e Outros, no grupo da Europa de Leste e no grupo Asiático (caso de Chipre). Em termos de votos dos membros permanentes, à partida Portugal apenas obteve o voto de três deles, uma vez que o Reino Unido tem uma ligação próxima do Canadá. Por outro lado, os EUA divergem de Portugal devido à posição dos dois países na questão do Médio Oriente. Por último, a CPLP teve uma importância significativa na campanha Portuguesa²³¹.

²³⁰ CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m

²³¹ Idem, Ibidem.

CAPÍTULO III

PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA (BIÉNIO 2011-2012)

3.1. O início do mandato e as prioridades nacionais

I. O mandato de Portugal no biénio 2011-2012 teve início em 5 de Janeiro de 2011²³². Tiveram representação no CS nesse ano os seguintes países: Alemanha, Bósnia-Herzegovina, Brasil, China, Colômbia, EUA, Rússia, França, Gabão, Índia, Líbano, Nigéria, Reino Unido e África do Sul²³³. No ano de 2012 tiveram assento os seguintes países: Alemanha, Azerbaijão, China, Colômbia, EUA, Rússia, França, Guatemala, Índia, Marrocos, Paquistão, Reino Unido, África do Sul e Togo²³⁴.

II. Ao longo do mandato Portugal privilegiou o contacto com os outros Estados membros através do diálogo, recorrendo «...à visão pluralista e vocação universalista», de forma a conseguir obter acordos e compromissos sobre os diversos temas tratados²³⁵.

De uma maneira geral, a atitude de Portugal no CS foi caracterizada de «...pragmática e desinteressada...», mantendo alguma equidistância dos interesses em jogo, nomeadamente dos membros permanentes, podendo-se dizer que Portugal desempenhou um papel importantíssimo na prossecução da paz e segurança internacionais, muito devido à sua dimensão média que lhe permitiu ser «...nem suficientemente grande para ser uma ameaça, nem pequeno demais para não ser significativo»²³⁶.

²³² Ver ata da reunião da 6465 sessão do CS S/PV.6465 de 5 de Janeiro de 2011. Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-e. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6465&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 21 de Novembro de 2013, pelas 16h50m; v. também o Comunicado de Imprensa do CS SC/10145 de 5 de Janeiro de 2011 referente aquela sessão. Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-f. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10145.doc.htm>, consultado em 21 de Novembro de 2013, pelas 16h55m.

²³³ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-c. http://www.un.org/es/sc/members/searchres_sc_year_spanish.asp?year=2011, consultado em 21 de Novembro de 2013, pelas 16h15m.

²³⁴ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-d. Disponível em http://www.un.org/es/sc/members/searchres_sc_year_spanish.asp?year=2012, consultado em 21 de Novembro de 2013, pelas 16h20m.

²³⁵ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca et.al., *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

²³⁶ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

Face ao apoio de muitos países de pequena e média dimensão durante a campanha – perante o qual se comprometeu defender os seus interesses quando estivesse no CS –, Portugal devia ser coerente durante o seu mandato no CS. Com efeito, a sua postura foi no sentido de não defraudar as expectativas depositadas por aqueles países e, portanto, «...cumprir os compromissos assumidos com os seus parceiros internacionais...» durante a campanha²³⁷.

III. Durante o mandato verificou-se a tendência de Portugal para algumas prioridades, designadamente: «...o acompanhamento atento das crises incluídas na agenda do Conselho de Segurança, como a Costa do Marfim ou o Sudão; as questões do Médio Oriente; os processos de transição iniciados com a 'Primavera Árabe'; os processos em curso na Guiné-Bissau, Timor-Leste e outros assuntos de interesse para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa». De igual forma, Portugal teve uma atenção especial para a «...reforma dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança, valorizando o reforço da sua transparência, o desenvolvimento das operações de manutenção e de consolidação da paz sob liderança da ONU e os exigentes desafios que as alterações climáticas colocam do ponto de vista da segurança global...», não esquecendo a «...situação das mulheres e crianças nos conflitos armados e os esforços de prevenção e resolução pacífica dos conflitos são outros dos temas horizontais estreitamente ligados às discussões no Conselho de Segurança e, também por isso, merecem o nosso firme empenho»²³⁸.

Um dos temas que Portugal se bateu foram as questões de direitos humanos e de direito internacional humanitário, nomeadamente a questão da proteção de civis²³⁹. Nessa matéria, a atuação portuguesa promoveu sistematicamente avanços nestas temáticas. Defendeu que os mandatos das missões de paz incluíssem referência à proteção de civis, tendo contribuído para a sua inclusão na renovação dos mandatos da AMISOM na Somália, da UNAMA no Afeganistão, e na UNOCI na Costa do Marfim, entre outras. Exigiu também que se incluíssem referências aos direitos humanos nos *briefings* do Secretariado da ONU. Em Fevereiro de 2011, durante a presidência

²³⁷ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho...*, pp. 27-46.

²³⁸ Dados inscritos na página oficial do Governo de Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/csnu/csnu.aspx>, consultado em 22 de Novembro de 2013, pelas 16h45m.

²³⁹ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho...*, pp. 27-46.

brasileira, sugeriu que o CS realizasse consultas regulares sobre Mulheres, Paz e Segurança. Propôs também a realização de uma reunião sobre “a participação de mulheres em processos de paz e na mediação de conflitos”, reunião esta que deveria ser aberta a países que não fossem membros do CS e à sociedade civil. Por último, durante a presidência portuguesa do CS, em Novembro de 2011, promoveu a realização de um debate sobre proteção de civis²⁴⁰. De facto, um dos aspetos transversais da missão portuguesa foi «...o esforço [realizado] para, em qualquer resolução do CSNU, declaração presidencial ou comunicado à imprensa, incluir linguagem tão forte e vinculativa quanto possível sobre Direitos Humanos, Protecção de Civis e o papel das mulheres nos processos de paz e reconciliação nacionais», sendo bem patentes nas várias resoluções referentes ao Afeganistão, ao Corno de África e ao Haiti²⁴¹.

Portugal dedicou especial preocupação no CS à «...defesa dos direitos dos países de menores dimensões no seio da organização e deste órgão de decisão...». No que concerne ao tema da reforma dos métodos de trabalho do CS, procurou soluções que aumentassem a democratização e transparência de atuação deste órgão, de forma a aumentar a representatividade neste órgão²⁴². A presença no CS de países como a Alemanha, Índia e África do Sul – que são candidatos a membros permanentes do CS – possibilitou «...a criação de sinergias interessantes que poderão vir a facilitar o processo de negociação em curso nas Nações Unidas sobre alteração da composição e métodos de votação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, embora o momento político actual não permita antever a possibilidade de qualquer tipo de progresso no curto/ médio prazo»²⁴³.

IV. Os trabalhos do CS não ofereceram grandes problemas à diplomacia portuguesa. Ocorreram, todavia, alguns episódios, que originaram alguns contratempos,

²⁴⁰ VINHAS, Rui, Intervenção enquanto Subdiretor- Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/368189/ruivinhas.pdf>, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h20m.

²⁴¹ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m

²⁴² ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca et al., *Conselho...*, pp. 27-46.

²⁴³ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

designadamente a Primavera Árabe e a crise na Síria²⁴⁴. A agenda de Portugal no CS caracterizou-se «... *por uma continuidade dos temas que a nossa política externa vem considerando estruturantes, com pequenas variações em razão dos diferentes tempos históricos e do inesperado dos acontecimentos internacionais – como foi o caso da Primavera Árabe e a crise na Costa do Marfim -, que obrigaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros português a adaptar rapidamente a agenda inicialmente traçada*»²⁴⁵.

O Médio Oriente e o continente Africano foram os assuntos mais debatidos no CS. Os acontecimentos no mundo Árabe provocaram uma crise que colocou em causa a segurança internacional, tendo ocorrido dificuldades na sua resolução, provocadas pela falta de consenso. Foram várias as reuniões que se realizaram com o objetivo de solucionar a Primavera Árabe, tendo como objeto as questões da Síria, Líbia, Iémen, a adesão da Palestina à ONU. Portugal esteve na vanguarda da atividade do CS, coordenando a sua ação com os Estados membros da UE.

Por outro lado, no que diz respeito à Ásia e à Europa, as questões debatidas de maior interesse para Portugal foram as questões de Timor-Leste, Bósnia e Kosovo, países onde Portugal mantém operações militares, designadamente a UNMIT, a EUFOR, e a KFOR/UNAMA, respetivamente²⁴⁶.

3.2. O ano de 2011

I. O ano 2011 foi caracterizado por uma grande intensidade de trabalho no CS provocado pela situação de tensão internacional. No total foram realizadas 235 reuniões (68% relativas a África, 15% relativas ao Médio Oriente, 7% relativas à Ásia, 7% relativas à Europa, e 3% relativas à América), 213 reuniões públicas (115 relacionadas com África) e 22 reuniões privadas.

O CS aprovou 66 resoluções (40 das quais relacionadas com África e 43 ao abrigo do capítulo VII da CNU) e emitiu 22 declarações presidenciais. O continente africano

²⁴⁴ SARAIVA, Maria Francisca, “Portugal no Conselho de Segurança 2011-2012: A Perspetiva de um Pequeno Estado”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho...*, pp. 8-26.

²⁴⁵ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

²⁴⁶ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

foi o mais abordado, em particular a situação no Sudão, na Líbia, na Costa do Marfim e na Somália.

II. Para além de continuar a dar enfoque à questão da proteção de civis (foram aprovadas 5 resoluções destinadas a proteger não combatentes), o CS abordou vários conflitos, incluindo o novo conflito no Sudão do Sul ou o pedido de adesão à ONU pela Palestina.

A questão dos direitos humanos e do direito humanitário tiveram igualmente na agenda do CS. Particular relevo teve a análise do caso da Líbia, sendo um marco importante na história do CS as Resoluções S/RES/1970 (2011) e S/RES/1973 (2011), que levaram a aplicação de sanções àquele país e à adoção de medidas para proteção de civis.

No que toca à manutenção da paz e da segurança internacionais foram estabelecidas uma missão no sudão do Sul (UNMISS) e uma Força Interina de Segurança para Abyei (UNISFA) – região de fronteira disputada entre o Sudão e o Sudão do Sul. Foi também criada a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL). Operou-se também a mudança de mandato da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim e o termo da missão política no Nepal.

Referência também para o acompanhamento dado por parte do CS à aplicação das resoluções contra o terrorismo, incentivando os Estados a combater este fenómeno mesmo após da morte de Osama Bin Laden, em 2 de Maio²⁴⁷.

3.3. O ano de 2012

I. No ano de 2012 o CS realizou 199 reuniões (68% relativas a África, 15% relativas ao Médio Oriente, 7% relativas à Ásia, 6% relativas à Europa, e 3% relativas à América), 184 públicas (85 sobre África) e 15 reuniões privadas.

²⁴⁷ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Unidade de Informação Pública, Departamento de Informação Pública das Nações Unidas. s.d-h. Disponível em <http://www.un.org/es/documents/sc/scaction/2011/index.shtml> e em http://www.un.org/depts/dhl/resguide/scact2011_es.shtml, consultado em 26 de Novembro de 2013, pelas 22h10m; ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho...*, pp. 27-46. Sobre a situação no Sudão, verifica-se que a República do Sudão do Sul formalmente separado do Sudão em 9 de Julho de 2011, num referendo realizado em janeiro de 2011 sob a supervisão da Comunidade Internacional e foi admitido como novo Estado-membro pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de Julho de 2011: dados inscritos na página oficial da Organização das Nações Unidas, Estados Membros das Nações Unidas. s.d-a. Disponível em <http://www.un.org/es/members/#s>, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 22h40m.

Foram aprovadas 53 resoluções (40 relacionadas com África e 32 ao abrigo do capítulo VII da CNU) e emitidas 29 declarações presidenciais.

II. A situação no continente africano teve predominância no CS durante este ano. Houve progresso na questão de conflito do Sudão com a criação da República do Sudão do Sul. Na Somália foi eleito um novo presidente após o período de transição política. No Darfur e na República Democrática do Congo manteve-se a atividade insurgente; Na Guiné-Bissau, após o golpe de Estado em 12 de Abril de 2012, foi criado (pela resolução S/RES/2048 (2012) do CS, de 18 de Maio de 2012) um Comité de Sanções sendo esta situação uma das prioridades da agenda portuguesa devido à relação com a CPLP. Por outro lado, na Síria as iniciativas políticas não deram frutos, continuando a violência entre as forças governamentais e a oposição armada.

Foram abordadas questões temáticas relacionadas com os temas das mulheres em situação de conflito, a paz e segurança, as OMP e a consolidação da paz no período pós-conflito.

A questão dos direitos humanos e do direito internacional humanitário fizeram parte da agenda do CS, através do acompanhamento das situações da Líbia, Costa do Marfim e Sudão.

Por último, uma referência à missão (UNMIT) da ONU em Timor-Leste, que teve o seu termo em 31 de Dezembro de 2012²⁴⁸.

3.4. A presidência portuguesa do CS

Em Novembro de 2011, a gestão da agenda do Conselho durante aquele mês foi da responsabilidade de Portugal, tendo também presidido a todas as suas sessões, agindo como seu porta-voz²⁴⁹.

Durante a presidência foram debatidos um leque alargado de assuntos relevantes para a política externa portuguesa. A maioria dos temas abordados diz respeito ao continente africano, designadamente a situação no Sudão, na Líbia, na Guiné-Bissau, na República Democrática do Congo, na República Centro Africana. Foi também abordada

²⁴⁸ Idem, Ibidem.

²⁴⁹ Dados inscritos na página oficial do Governo de Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/csnu/csnu.aspx>, consultado em 22 de Novembro de 2013, pelas 16h45m.

a situação dos conflitos na Europa – Bósnia-Herzegovina e no Kosovo -, no Médio Oriente, e em Timor-Leste.

De referir ainda duas sessões que Portugal considerou importantes e levou a debate ao CS, uma referente à proteção de civis em conflitos armados – realizada em 9 de Novembro de 2011 -, e outra sobre os métodos de trabalho – realizada em 30 de novembro de 2011²⁵⁰.

Para além dos temas da agenda do CS para Novembro de 2011, anteriormente assumidos pelo Conselho, Portugal conseguiu incluir iniciativas específicas de acordo com as prioridades da política externa portuguesa, designadamente sessões sobre «*Novos Desafios à Segurança*», um debate sobre os «*Métodos de Trabalho do CSNU*», e um evento sobre «*...a ação da guerrilha do Lord's Resistance Army na África Central*».

Ainda durante a sua presidência, Portugal esteve representado politicamente nos eventos do CS, nomeadamente no dia 9 de Novembro 2011, com o Presidente da República a presidir ao debate sobre «*Proteção de Civis*», no qual esteve também presente o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Nos dias 22 e 23 de Novembro 2011, o Ministro dos Negócios Estrangeiros presidiu respetivamente às sessões sobre «*Timor-Leste*» e sobre «*Novos Desafios à Segurança*». No dia 23 de Novembro de 2011, o mesmo Ministro teve presente no almoço mensal do CS com o Secretário-Geral das Nações Unidas²⁵¹.

No total, durante a presidência portuguesa realizaram-se 26 sessões do CS, nas quais foram adotadas três resoluções, nomeadamente sobre a Bósnia-Herzegovina - S/RES/2019 (2011) -, Somália - S/RES/2020 (2011) -, e República Democrática do Congo - S/RES/2021 (2011). No que concerne a declarações presidenciais realizou-se apenas uma referente à região da África Central, tendo sido registados 26 comunicados de imprensa²⁵².

²⁵⁰ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas: Programa Provisório de Trabalho do Conselho de Segurança - novembro 2011, s.d.-g. Disponível em <http://www.un.org/en/sc/inc/pages/pdf/pow/2011/pow2011-11.pdf>, consultado em 25 de Novembro de 2013, pelas 22h40m.

²⁵¹ Dados inscritos na página oficial do Governo de Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/csnu/csnu.aspx>, consultado em 22 de Novembro de 2013, pelas 16h45m.

²⁵² Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-k. Disponível em <http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml>, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 19h05m.

Uma marca importante do mandato no biénio 2011-2012 foi o facto de Portugal ter presidido a três órgãos subsidiários do CS nos quais teve uma prestação muito ativa designadamente: o Comité de Sanções à Coreia do Norte; o Comité de Sanções à Líbia; o Grupo de Trabalho sobre Tribunais Internacionais, sendo que esta última presidência foi substituída, em 2012, pela presidência do Grupo de Trabalho sobre a Reforma dos Métodos de Trabalho do CS²⁵³. O próximo capítulo desta dissertação é dedicado ao estudo exaustivo da participação portuguesa no Comité de Sanções à Líbia.

²⁵³ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et.al.*, *Conselho...*, pp. 27-46.

CAPITULO IV

EM ESPECIAL: PORTUGAL NO COMITÉ DE SANÇÕES À LÍBIA

4.1. Evolução histórica da Líbia até à chegada ao poder de Khadafi

A Líbia é um país situado no norte de África com cerca de seis milhões de habitantes, cuja língua oficial é o Árabe, sendo a capital do país a cidade de Trípoli.

Em 1551 a região da Líbia foi incorporada no Império Otomano.

Em 1911 a Itália entra em confronto com aquele império invadindo a Líbia, dando origem à guerra Ítalo-Turca. Em resultado deste conflito, a Turquia renunciou aos seus direitos sobre a Líbia em 1912 e a Itália ocupa todo o país, não conseguindo, porém, dominar completamente as tribos do interior do deserto.

Durante a 1ª Guerra Mundial os Líbios recuperaram quase todo o território. Ocupação que terminou após o final da guerra com a reconquista italiana do país.

Em 1939, a Líbia acaba por ser incorporada na Itália e durante a 2ª Guerra Mundial o país foi cenário de combates decisivos, sendo que no final deste conflito quer o Reino Unido, quer a França repartiram o governo do país.

Em 1952 a AG aprovou a independência do país, passando a designar-se de Reino Unido da Líbia, sendo proclamado Rei o emir Sayyid Idris al-Sanusi, líder religioso da tribo dos Sanusi.

Em 1953, a Líbia foi admitida na Liga Árabe e autorizou os EUA a instalar no território bases militares e aéreas, recebendo em contrapartida ajuda económica por parte deste país e do Reino Unido. As relações com os EUA foram excelentes até ao ano de 1959, ano em que foi descoberto petróleo (iniciada a exploração no ano de 1961) no território. Pouco tempo depois as autoridades líbias exigiram a retirada de forças estrangeiras, provocando graves conflitos políticos com as duas potências ocidentais e com o Egito.

4.2. História recente: a era Khadafi

Em 1969 chegou ao fim na Líbia o regime monárquico que até então vigorara. Um grupo de oficiais nacionalistas pan-arabista provocou o derrube da monarquia, implementando a República Árabe Popular e Socialista da Líbia. Procuraram criar um país muçulmano, militarizado e socialista.

O poder foi entregue ao Conselho de Revolução, chefiado pelo Coronel Khadafi, que chegou a chefe do regime Líbio em 1970.

No período compreendido entre 1972 e 1979 a Líbia e o Egito estiveram unidos na Confederação de Repúblicas Árabes, e entre 1984 e 1986 a Líbia tentou formar uma união formal com Marrocos.

O Coronel Khadafi desencadeou uma revolução cultural, social e económica que levou a tensões com os EUA, Reino Unido e com os países árabes moderados, designadamente o Egito e o Sudão.

Devido à riqueza originada pela exploração do petróleo o regime Líbio construiu um poderio militar que o levou a interferir em assuntos de países vizinhos, nomeadamente o Sudão e o Chade, invadindo este último em 1980.

Para além de não exportar petróleo para os países que apoiaram Israel, Khadafi recusou restabelecer a paz com este país, tendo inclusivamente participado na frente de resistência em 1978, conjuntamente com a Síria, apoiando a Organização para a Libertação da Palestina.

Em 1982 verifica-se uma grave deterioração das relações entre os EUA e a Líbia provocado pelo embargo americano à importação de petróleo líbio. Em Abril de 1986, em resposta a vários atentados contra forças americanas na europa, os EUA bombardeiam alvos militares em Trípoli e Bengazi com o argumento que aquele país ajudava e incitava ao terrorismo internacional.

Para sair do isolamento diplomático, o chefe líbio melhorou progressivamente o relacionamento com os países ocidentais e com países vizinhos, mantendo uma postura moderada na guerra do Golfo em 1991. Ainda assim, os EUA, a França e o Reino Unido impuseram embargos comerciais e ao tráfego aéreo líbio.

Em 1993, a Líbia cessou relações com o Irão e com o fundamentalismo islâmico, e pouco tempo depois deterioraram-se as relações com os palestinianos (em 1994), quando estes mostram vontade em fazer a paz com Israel.

Com a Líbia em grandes dificuldades devido às sanções económicas impostas pelos EUA, na segunda metade dos anos noventa do séc. XX, o líder líbio viu-se obrigado a deixar o isolamento e a restabelecer o diálogo com os americanos e a encetar uma aproximação ao ocidente²⁵⁴.

²⁵⁴ ÚLTIMO SEGUNDO. Mundo Árabe. *Conheça a trajetória do excêntrico Muamar Kadhafi*. São Paulo, 22 de Outubro de 2011. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/conheca-a->

Ao anunciar, em 2003, o abandono do programa de armamento nuclear e de armas de destruição maciça, Khadafi direccionou-se no sentido de se integrar na comunidade internacional, passando a colaborar com o ocidente. Esta nova postura teve como grande objetivo o levantamento das sanções económicas²⁵⁵.

Na segunda metade da década de 2000, Khadafi realizou viagens pela Europa, nomeadamente em França (2007), Portugal (2007), e também nos EUA (em 2009). Em Portugal esteve presente na segunda cimeira UE-África, que decorreu em Lisboa, em 8 e 9 de Dezembro de 2007²⁵⁶. Esta cimeira ficou marcada pelo facto de ser «...a primeira cimeira em que africanos e europeus falaram de igual para igual e em que foi aprovada uma estratégia, com um plano de acção concreto, para cumprir até 2010. Esse plano de acção divide-se em oito parcerias, que vão da energia, aos fluxos migratórios, passando pela boa governação, pela democracia e pelos direitos humanos». Em 2010, a Líbia recebeu a referida cimeira, comprovando ter-se transformado em aliada do Ocidente²⁵⁷.

4.3. O início da conflitualidade: a Primavera Árabe (Fevereiro de 2011)

Desde 18 de Dezembro de 2010 que se tem verificado no Médio Oriente e no Norte de África uma série de protestos, manifestações e revoluções, que se designaram de Primavera Árabe. Esta onda revolucionária teve a sua ignição após a autoimolação em praça pública do tunisino Mohamed Bouazizi, em 17 de Dezembro de 2010, alastrando-se a outros países causando a instabilidade na Argélia, Tunísia, Jordânia, Egipto e no Iémen.

Em Fevereiro de 2011, a Primavera Árabe chegou à Líbia, através de manifestações contra o governo de Khadafi que provocaram a morte de civis.

A oposição líbia formou o Conselho Nacional de Transição (CNT) com o objetivo de administrar as zonas do país controladas pelos opositores ao regime e lutar contra o

trajetoria-do-excentrico-muamar-kadafi/n1597170954162.html, consultado em 9 de Fevereiro de 2014, pelas 01h05m.

²⁵⁵ COSTA, Ana Correia, *Líbia: "Kadhafi mudou e está disposto a colaborar"*. Jornalismo Porto Net. Universidade do Porto: Ciências da Comunicação. 30 de Abril de 2004. Disponível em http://jpn.c2com.up.pt/2004/04/30/libia_kadhafi_mudou_e_esta_disposto_a_colaborar.html, consultado em 9 de Fevereiro de 2014, pelas 01h25m.

²⁵⁶ SARMENTO, António, *Perfil: A vida rebelde de Kadhafi*. Económico: 21 de Fevereiro de 2011. Disponível em http://economico.sapo.pt/noticias/perfil-a-vida-rebelde-de-kadhafi_111639.html, consultado em 9 de Fevereiro de 2014, pelas 01h35m.

²⁵⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *A cimeira UE-África em Lisboa*. 18 de Dezembro de 2008. Disponível em http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1053574&especial=Cimeira%20UE-%C1frica&seccao=MUNDO, consultado em 9 de Fevereiro de 2014, pelas 01h45m.

regime de forma a derrubá-lo. Devido ao seu poderio militar, as forças apoiantes de Khadafi cercaram o grande bastião das forças opositoras do regime – a cidade de Bengazi –, havendo relatos de terem sido cometidos crimes contra a humanidade por parte das forças do regime.

A violência no país foi condenada pela ONU e pela comunidade internacional, que exigiram de imediato uma solução pacífica para a violência naquele país. Em Julho de 2011, o CNT foi reconhecido oficialmente pela ONU²⁵⁸ como o governo legítimo da Líbia. Em agosto desse ano forças da NATO bombardearam a Líbia, o que permitiu ao CNT conquistar a capital Trípoli. No combate pela cidade de Sirte Khadafi foi abatido. A libertação da Líbia foi oficialmente proclamada em 23 de Outubro de 2011. Com o final da guerra civil passou a ser uma República parlamentarista²⁵⁹.

As manifestações da Primavera Árabe originaram a queda de três chefes de Estado: o presidente da Tunísia - Zine El Abidine Ben Ali -, o presidente do Egipto – Hosni Mubarak -, e o presidente da Líbia - Muammar al- Khadafi, morto em tiroteio após ser capturado e torturado por rebeldes.

4.4. A Resolução S/RES/1970 (2011) e a criação do Comité de Sanções

I. Após os acontecimentos de fevereiro de 2011 na Líbia, o CS reuniu-se em privado na 6486ª Sessão, em 22 de Fevereiro de 2011, tendo a presidente do CS - a brasileira Viotti - convidado para assistir à reunião 76 países sem direito a voto. Nesta sessão foi realizado um *briefing* pelo Sr. B. Lynn Pascoe – Subsecretário-Geral da ONU para os

²⁵⁸ Mais de trinta países, entre os quais EUA, França e Reino Unido, legitimaram o CNT como a autoridade governamental legítima da Líbia. O anúncio foi feito pelo Grupo de Contacto Internacional com a Líbia, em Julho de 2011: CORREIO DO POVO. Jornal Internacional. Países legitimam o poder rebelde líbio. Ano 116, nº 290, Porto Alegre, 17 de Julho de 2013. Disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=290&Caderno=0&Noticia=316646>, consultado em 7 de Fevereiro de 2014, pelas 19h20m. De referir que o Grupo de Contacto Internacional fora criado na Conferência de Londres, de 29 de Março de 2011, cuja constituição incluía a Liga de Estados Árabes, a União Africana, e a UE, com a missão de ser um ponto de contacto entre a Comunidade Internacional e a Líbia: Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ab. Ata reunião CS sessão 6509 de 4 de Abril de 2011 (S/PV.6509). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6509>, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 02h00m. Por outro lado, em 20 de Setembro de 2011, o SG expressou oficialmente as boas vindas ao CNT da Líbia na pessoa do seu presidente - Mustafa Abdel Jalil -, na qualidade de delegação legítima representante do povo líbio nas Nações Unidas: Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ar. Ata da reunião do CS, sessão 6622ª, de 26 de Setembro de 2011 (S/PV.6622). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6622>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 20h55m.

²⁵⁹ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-as. Ata da reunião do CS, sessão 6639ª, de 26 de Outubro de 2011 (S/PV.6639). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6639>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 00h20m.

Assuntos Políticos -, bem como uma declaração por parte do representante da Líbia, cuja respetiva missão tinha solicitado uma reunião do CS²⁶⁰.

O CS louvou a Liga dos Estados Árabes pelo seu comunicado emitido em 22 de Fevereiro de 2011. De seguida foi expressa uma preocupação grave com os acontecimentos na Líbia, condenando fortemente a violência e o uso da força contra civis naquele território e que levaram à morte de centenas de civis.

O CS exigiu o fim imediato da violência e a tomada de medidas que levassem a resolver as exigências da população através do diálogo. Por outro lado, apelou ao Governo da Líbia para proteger a população – quer líbia quer estrangeira -, para agir com moderação, respeitar os direitos humanos e o direito internacional humanitário, bem como para permitir o acesso de observadores internacionais. Solicitou também ajuda humanitária internacional para a população da Líbia, sublinhando a necessidade de o governo líbio respeitar a liberdade de reunião pacífica e de expressão, incluindo a liberdade de imprensa. Por último, sublinhou a importância de serem responsabilizados os responsáveis dos atentados sobre os civis, garantindo que continuaria a acompanhar de perto a situação no país²⁶¹.

II. Em 25 de Fevereiro de 2011, o CS reuniu-se com a presença do Secretário-Geral (SG) da ONU - Ban Ki-moon. A ordem de trabalhos era a paz e segurança em África. A presidente do CS anunciou a presença na reunião do representante da Líbia.

Após abordar algumas questões sobre a paz e segurança em África, o SG abordou a situação na Líbia, referindo que o Secretário-Geral Adjunto dos Assuntos Políticos - Lynn Pascoe - estaria a receber constantemente relatórios que descreviam incidentes de violência e uso indiscriminado da força naquele país, estimando-se que haviam já morrido cerca de mil pessoas. Havia também informações que a parte leste do país estava dominada por elementos da oposição ao regime que se municiaram fortemente, havendo confrontos em pelo menos três cidades próximas de Trípoli. Na capital, os relatos indicavam que as pessoas mantinham-se fechadas em casa e que as forças de Khadafi entravam nas habitações e hospitais para matar adversários. Informações

²⁶⁰ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-l. Ata da Reunião do CS – Sessão 6486 (S/PV.6486) de 22 de Fevereiro de 2011, pelas 15h00m. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6486&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 15h05m.

²⁶¹ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-m. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10180 AFR/2120 de 22 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10180.doc.htm>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 16h00m.

referiam que Khadafi e a sua família haviam realizado declarações públicas ameaçando a população que, caso não terminassem as manifestações, haveria uma guerra civil com possibilidade de assassinatos em massa. Por outro lado, existiam informações de órgãos de comunicação social que indicavam terem ocorrido matanças indiscriminadas, detenções arbitrárias, fuzilamento de manifestantes pacíficos, tortura de membros da oposição, ataques contra estrangeiros, bem como contra mulheres e crianças. A Cruz Vermelha Internacional e outras organizações estavam a ser impedidas de prestar auxílio médico. O SG informou também que o Conselho de Direitos Humanos havia reunido de emergência nesse mesmo dia, solicitando à AG que suspendesse a Líbia da referida Comissão, por um lado, e disponibilizando-se para formar um Comité independente de pesquisa, por outro. Ban Ki-moon referiu ainda a intervenção da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos - Navi Pillay -, ao Conselho de Direitos Humanos, onde lembrou os Estados membros que quando um Estado não proteger a sua população dos crimes, a comunidade internacional tem a responsabilidade de intervir e tomar medidas de proteção coletiva, oportuna e decisiva. Acrescia ainda a indicação de uma deslocação enorme de pessoas que fugiam para a Tunísia e Egito, num total de cerca de 37 mil pessoas. Alguns líderes mundiais e organizações como a UE, Liga Árabe e a UA já haviam pedido o fim imediato da violência naquele país. Neste contexto, o SG exortou o CS a tomar medidas no sentido de solucionar a situação de forma a oferecer proteção eficaz à população (evitando o genocídio) e a terminar com a violência. Propondo algumas medidas a levar a efeito pelo CS (a imposição de sanções comerciais e financeiras, medidas específicas contra a liderança, como por exemplo a proibição de viajar e o congelamento de bens financeira), o SG afirmou que era o momento certo para o CS tomar medidas. Acrescentou que as próximas horas seriam decisivas para os cidadãos da Líbia.

De seguida, tomou a palavra o representante da Líbia. Afirmou que aquilo que se estava a passar no seu país era muito perigoso, relatando que as manifestações de 15 de Fevereiro de 2011 haviam sido pacíficas, mas que foram reprimidas por soldados do regime que abriram fogo matando inocentes. Deu também conta que os líbios se haviam manifestado pacificamente pedindo a democracia e exigindo a liberdade, e que o presidente Khadafi respondera com discursos onde afirmara que iria «...*queimar a Líbia...*» e que a «...*a Líbia será um Estado progressista...*». O representante da Líbia

terminou o seu discurso apelando ao CS uma resolução rápida, forte e eficaz, que levasse a ONU a ajudar a Líbia através de uma resolução do CS²⁶².

III. Pelas 20 horas do dia 26 de Fevereiro de 2011, o CS reuniu na sua 6491^a sessão estando presentes os quinze Estados membros do CS, o representante da Líbia, e o SG Ban Ki-moon. O tema da agenda foi a paz e a segurança em África e, especificamente a situação na Líbia.

Nesta sessão foi apresentado o projeto de Resolução S/2011/95 contendo um texto que fora apresentado pela Bósnia- Herzegovina, Colômbia, França, Gabão, Alemanha, Líbano, Nigéria, Portugal, África do Sul, Reino Unido e EUA. Submetido à votação, o projeto foi aprovado por unanimidade com 15 votos a favor. Foi assim aprovada a Resolução S/RES/1970 (2011)²⁶³.

Na Resolução S/RES/1970 (2011) o CS expressou a sua preocupação com a situação na Líbia, condenando a violência e o uso da força contra civis. Atuando sob o capítulo VII da CNU, e ao abrigo do Artigo 41º: exigiu um fim imediato da violência no país; instou as autoridades líbias para (i) respeitar os direitos humanos e o direito internacional humanitário, (ii) assegurar a segurança dos cidadãos estrangeiros, (iii) permitir a entrada da ajuda humanitária, e (iv) não limitar a ação dos órgãos de comunicação social; solicitou aos Estados membros ajuda na evacuação de estrangeiros; relatar a situação da Líbia a partir de 15 de fevereiro de 2011 para o Procurador do Tribunal Penal Internacional; instou os Estados membros a impedir o fornecimento de equipamentos militares, armamento e outros; decidiu o congelamento de bens as pessoas constantes no anexo à referida resolução; de acordo com o artigo 28º das Regras de Procedimento do CS, estabeleceu um comité do CS, composto por todos os membros, ao qual atribuiu várias tarefas, entre as quais nos parece de realçar a contida no parágrafo 24 alínea e), onde se lê que o Comité deveria «... *apresentar um relatório*

²⁶² Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-m. Ata da Reunião do CS – Sessão 6490 (S/PV.6490) de 25 de Fevereiro de 2011, pelas 15h00m. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6490&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 16h50m. Sobre este assunto ver também: Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-n. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10185 de 25 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10185.doc.htm>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 17h25m.

²⁶³ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-o. Ata reunião CS sessão 6491 de 26 FEV11 (S/PV.6491). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6491&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 19h05m.

inicial sobre o seu trabalho dentro de 30 dias e, posteriormente informar ao Conselho que considere necessárias...»; exortou aos Estados membros a cooperar com a ajuda humanitária.

O CS enunciou ainda uma série de pessoas líbias que ficariam proibidas de viajar bem como uma lista de congelamento de bens²⁶⁴.

IV. Seguiram-se as declarações dos Estados membros que, no geral, saudaram unanimemente a ação e expressaram solidariedade com o povo da Líbia, afirmando que tinham esperança de que esta resolução iria ajudar a situação naquele país, constatando-se que «...muitos expressaram esperança de que a resolução foi um forte passo para afirmar a responsabilidade dos Estados de protegerem seus povos, bem como o papel legítimo do Conselho para intervir quando eles não conseguiram cumprir essa responsabilidade»²⁶⁵.

Neste sentido, o representante português no CS – Embaixador Moraes Cabral – referiu que Portugal saudava a aprovação por unanimidade da resolução e que esta aprovação significava que «...o Conselho enviou por unanimidade, uma mensagem clara rápido e firme os responsáveis por crimes abominável que ocorrem na Líbia». Apelou também à imediata extinção da violência na Líbia, designadamente a «...morte de civis e violações intoleráveis dos direitos humanos...», e manifestou a preocupação com o número crescente de refugiados, considerando que deveria ser permitida a assistência humanitária no território líbio. Afirmou também que deveriam ser respeitados as liberdades e garantias do povo líbio, a segurança de cidadãos estrangeiros, bem como a segurança dos cidadãos que desejavam sair do país. Por último, afirmou que a impunidade não seria tolerada e que os responsáveis pelos crimes deveriam ser responsabilizados.

De seguida teve a palavra o representante da Líbia que começou por expressar as condolências aos milhares de pessoas que morreram devido à repressão do regime líbio desde 15 de Fevereiro 2011 e antes dessa data, agradecendo aos Estados membros do CS por terem aprovado por unanimidade a Resolução S/RES/1970 (2011). Afirmou que

²⁶⁴ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-q. Resolução S/RES/1970 (2011) adotada pelo CS na 6491ª sessão, realizada em 26 de Fevereiro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=s/res/1970%20\(2011\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/2011.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=s/res/1970%20(2011)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/2011.shtml&Lang=S), consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 00h10m.

²⁶⁵ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-p. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10187/Rev.1 de 26 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10187.doc.htm>, consultado em 30 de Novembro de 2013, pelas 16h55m.

esta resolução tirava toda a legitimidade ao regime de Khadafi, representando também um grande apoio moral ao povo líbio, que havia resistido aos ataques armados. Dabbashi considerou que a resolução representava um marco crucial da comunidade internacional, consistindo numa tentativa sincera para proteger os civis e um sinal para o governo líbio de Khadafi. Fez ainda um apelo a todos os oficiais das Forças Armadas da Líbia para renunciarem ao apoio a Khadafi e apoiarem o povo líbio. Afirmando que o povo líbio é conhecido pela sua tolerância, Dabbashi referiu que o mais importante para o povo naquele momento seria acabar com o regime, considerando que o povo não se iria vingar. Terminou com uma exortação ao povo líbio no sentido de ajudar os jovens a regressar ao país²⁶⁶.

Por último, o SG Ban Ki-moon usou da palavra para expressar o seu apreço ao Conselho, congratulando-se pela aprovação por unanimidade da resolução, considerando que foi um passo vital e uma expressão clara da comunidade internacional no sentido de terminar com a violência na Líbia. Considerou que o texto da resolução seria uma mensagem clara no sentido de afirmar que não seriam admitidas violações dos direitos humanos fundamentais das pessoas e que os responsáveis por crimes graves deveriam ser chamados à responsabilidade. Por outro lado, constituía também uma mensagem de esperança e alívio para o povo líbio. Aproveitou a ocasião para expressar a sua solidariedade com o povo líbio, desejando que em breve controlasse o seu destino e que o futuro fosse pacífico, próspero e democrático²⁶⁷.

4.5. A intervenção de Portugal no Comité

4.5.1. As Resoluções S/RES/1970 (2011) e S/RES/1973 (2011)

I. Com a Resolução S/RES/1970 (2011) o CS criou o Comité de Sanções à Líbia. Para presidir ao Comité foi escolhido Portugal, tendo desempenhado essa função, até 31 de Dezembro de 2011, o Embaixador Moraes Cabral²⁶⁸. A escolha de Portugal para a presidência do Comité foi feita por «...aclamação...» devido a «...à confiança técnica depositada em Portugal pelos demais Estados e também à noção de que Portugal

²⁶⁶ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-o. Ata reunião CS sessão 6491 de 26 FEV11 (S/PV.6491). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6491&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 19h05m.

²⁶⁷ Idem, ibidem.

²⁶⁸ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-s. Nota presidente CS – S/2011/2/Add.1, de 9 de março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/2/add.1>, consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 01h40m. De referir que a presidência portuguesa continuou até ao final do mandato em 2012.

poderia guiar os trabalhos do Comité com imparcialidade, sem agendas escondidas nas suas acções». Esteve também relacionado com o facto de Portugal demonstrar «...capacidade de gerir interesses conflitantes entre as diversas partes do conflito»²⁶⁹.

II. Em 17 de Março de 2011, sob a presidência chinesa, o CS reuniu-se com o intuito de analisar a situação na Líbia. Estiveram presentes na reunião a Secretária-Geral Adjunto da ONU, Asha-Rose Migiro, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês Alain Juppé. Foi apresentado aos membros do CS o documento S/2011/142 o qual continha um projeto de resolução apresentado pela França, Líbano, Reino Unido, e pelos EUA. Antes da votação discursou o MNE francês, considerando que as medidas adotadas pela Resolução S/RES/1970 (2011) não estavam a ser suficientes para terminar com a violência na Líbia, verificando-se que a violência havia aumentado e que, apesar dos apelos à paz na Líbia, a situação estava mais alarmante do que nunca e, por conseguinte, a comunidade internacional teria de reagir por unanimidade. Apelou então solenemente aos Estados membros do CS no sentido de apoiar a iniciativa e aprovar o projeto de resolução que exigia o estabelecimento de um cessar-fogo imediato e o fim da violência na Líbia. Pedia também que as autoridades líbias cumprissem as normas de direito internacional, salientando a necessidade de intensificar os esforços no sentido de encontrar uma solução para a crise no país. Por outro lado, autorizava os Estados membros a estabelecer uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia e a tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis, excluindo, no entanto, o uso de uma força de ocupação estrangeira, porquanto se reafirmava a soberania e a integridade territorial da Líbia. O projeto solicitava (parágrafo 24) também ao SG o estabelecimento de um Grupo de Peritos (até oito), que agiria sob a direção do Comité de Sanções para realizar as seguintes tarefas: auxiliar o Comité no cumprimento de seu mandato; recolher, examinar e analisar informações recebidas sobre a situação; fazer recomendações à atuação do CS, do Comité e dos Estados membros no sentido de melhorar a implementação de medidas; e apresentar ao CS um relatório intercalar até ao fim de 90 dias e um relatório final até 30 dias antes do final do seu mandato²⁷⁰.

²⁶⁹ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

²⁷⁰ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-v. Resolução S/RES/1973 (2011) adotada pelo CS na 6498ª sessão, realizada em 17 de Março de 2011. Disponível em

O projeto foi submetido à votação, tendo sido aprovado com 10 votos a favor (Bósnia-Herzegovina, Colômbia, França, Gabão, Líbano, Nigéria, Portugal, África do Sul, Reino Unido e EUA) e 5 abstenções (Brasil, China, Alemanha, Índia, Rússia). Após a aprovação da Resolução S/RES/1973 (2011)²⁷¹.

III. Em 24 de Março de 2011, reuniu o CS, tendo o SG apresentado um *briefing* nos termos do parágrafo 12 da Resolução S/RES/1973 (2011). Começou por informar que na cimeira de Paris, que havia tido lugar em 19 de Março, a comunidade internacional pedira um cessar-fogo imediato na Líbia e concordou tomar as medidas necessárias, de acordo com a Resolução S/RES/1973 (2011), no sentido de parar a onda de violência por parte do regime líbio contra seu próprio povo. Para o SG, a resolução supra referida respeitava a soberania e integridade territorial da Líbia, tendo como objetivo primário salvar vidas de civis inocentes. Para tal, enfatizou que seria necessário a comunidade internacional falar a uma só voz na implementação da resolução a fim de evitar uma crise de grande escala, louvando a ação da Tunísia e do Egito no tratamento da crise de refugiados que se encontravam junto à fronteira dos dois países. Seguidamente, o SG deu informação sobre a implementação das Resoluções S/RES/1970 (2011) e S/RES/1973 (2011): referiu que a campanha para garantir uma zona de exclusão aérea se havia iniciado em 19 de Março de 2011, através de ataques militares²⁷² iniciados pelos Estados Unidos e pelas forças europeias. Expressou preocupações sobre a proteção de civis, abusos dos direitos humanos, violações do direito humanitário internacional e acesso a bens e serviços básicos em áreas inacessíveis. Deu também

[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/1973%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/1973%20(2011)), consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 15h05m.

²⁷¹ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-t. Ata reunião CS sessão 6498 de 17 de Março de 2011 (S/PV.6498). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6498>, consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 22h40m; Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-u. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10200 de 17 de Março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10200.doc.htm>, consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 23h35m.

²⁷² A NATO iniciou uma zona de exclusão aérea sob a região costeira da Líbia com o objetivo de evitar o uso da força contra civis por parte do regime líbio; esta ação, sob controlo único da NATO, surgiu em complemento da ação da aliança para controlo do fluxo de armas que já havia iniciado com uma componente marítima e aérea; de referir que em 27 de Março de 2011, a NATO decidiu tomar uma atitude após para proteger civis e áreas civis povoadas sob ameaça de ataque na Líbia, com o objetivo de tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis e as zonas povoadas de civis sob ameaça ataque das forças líbias: Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-af. Carta (S/2011/203) datada de 29 de Março de 2011, endereçada ao Presidente do CS pelo SG. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/203>, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 16h30m.

conta que mais de 335 mil pessoas haviam fugido da Líbia desde o início da crise, sendo que cerca de 9 mil destes estavam ao longo das fronteiras com a Tunísia e o Egito. Disse ainda que desde 21 de Março de 2011 estavam no terreno a Organização Internacional para as Migrações e o efetivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, prestando assistência na evacuação para mais de 60000 pessoas em fuga, lembrando a todas as partes as suas obrigações para facilitar o acesso seguro das organizações humanitárias às populações necessitadas. O SG fez ainda referência ao facto de que o seu enviado especial para a Líbia - Abdul Ilah al- Khatib - tinha realizado encontros com as autoridades líbias em Trípoli, em 13 de Março de 2011, e com os líderes da oposição armada em Tobruk, em 21 de Março de 2011, com o intuito de alcançar um cessar-fogo e uma solução política para o conflito. Por último, fez referência que estava em andamento a implementação do Grupo de Peritos em cumprimento do estabelecido pela Resolução S/RES/1973 (2011)²⁷³.

4.5.2. As diretrizes do Comité

O Comité é um órgão subsidiário do CS composto por todos os Estados Membros do CS. Foi criado para levar a cabo as tarefas que haviam sido designadas nos termos da Resolução S/RES/1970 (2011) e elencadas no parágrafo 24 dessa resolução, expandindo-se através do parágrafo 26 da Resolução S/RES/1973 (2011), a fim de serem também aplicadas as medidas impostas por esta última resolução.

As diretrizes do Comité foram aprovadas em 25 de Março de 2011 e revistas em 25 de Outubro de 2011.

As suas reuniões, tanto formais como informais seriam convocadas quando o Presidente julgasse necessário ou a pedido de qualquer Estado membro. As sessões seriam anunciadas com dois dias úteis de antecedência. O Presidente do Comité tinha a incumbência de presidir mensalmente a duas reuniões formais e a consultas informais. Quando não fosse possível presidir a uma reunião, o Presidente deveria nomear um vice-presidente ou outro representante da missão permanente que agiria em seu nome.

²⁷³ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-w. Ata reunião CS sessão 6505 de 24 de Março de 2011 (S/PV.6505). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6505>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 15h25m; Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-x. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10210 de 24 de Março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10210.doc.htm>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 15h10m.

Por outro lado, as reuniões e consultas informais seriam privadas, podendo o Comité convidar a participar outros Estados não membros ou outras organizações.

As decisões do Comité seriam tomadas por consenso. Se isso não fosse possível, competia ao Presidente consultar e incentivar os Estados membros a negociar a fim de resolverem o problema e para bom funcionamento do Comité. Se porventura não existisse consenso, então a questão era submetida ao CS²⁷⁴.

4.5.3. A 1ª exposição de Portugal como presidente do Comité de Sanções

A 28 Março de 2011, conforme determinado no parágrafo 24 alínea e) da Resolução S/RES/1973 (2011), o CS reunia-se para apreciar o primeiro relatório do Comité de Sanções sobre a Líbia.

O relatório foi apresentado pelo Embaixador José Filipe Moraes Cabral, representante permanente de Portugal na ONU, que falou na qualidade de presidente do Comité de Sanções. Relembrando que as tarefas do Comité seriam supervisionar o embargo de armas, a proibição de viagens, o congelamento de fundos e proibição de voos das aeronaves líbias, o Embaixador informou que naquela data existiam 18 pessoas sujeitas à proibição de viajar, e 13 pessoas e 5 entidades sujeitas ao congelamento de bens. Deu a conhecer que, desde a sua implementação, o Comité havia reunido duas vezes para consultas informais e uma vez para a reunião formal. Referiu que o Comité analisara e aprovara um pedido urgente de isenção da proibição de acordo com o parágrafo 17 da Resolução S/RES/1973 (2011), porquanto o pedido se destinava a um voo cuja intenção seria evacuar cidadãos do território líbio através de um avião de propriedade de uma empresa deste país. Informou ainda que o Comité, na primeira reunião, adotara orientações para o trabalho do Comité bem como uma nota verbal dirigida a todos os Estados membros, lembrando da necessidade dos Estados informarem o Comité, após 120 dias da aprovação da resolução (até 20 de Junho de 2011), sobre a aplicação das medidas supra referidas. Deu ainda conhecimento de um pedido urgente de outro Estado, envolvendo esclarecimentos sobre a aplicabilidade do congelamento de bens de uma filial de uma entidade. Informou também que foi emitido um comunicado de imprensa pelo Comité, bem como que havia recebido uma atualização por parte do Secretariado sobre a fase em que se encontrava o recrutamento

²⁷⁴ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-aa. Diretrizes do Comité de Sanções à Líbia. Disponível em http://www.un.org/spanish/sc/committees/1970/pdf/provisional_guidelines_25_oct_2011_sp.pdf, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 01h00m.

do Grupo de Peritos. Moraes Cabral expressou finalmente a convicção que o Comité a que presidia agiria com a maior transparência possível²⁷⁵.

4.5.4. Criação do Grupo de Peritos

A Resolução 1973 (2011) do CS solicitava no parágrafo 24 ao SG a criação de um grupo de oito especialistas, cuja missão seria auxiliar o Comité de Sanções para a Líbia, e que atuaria sob a direção do Comité. Nesse sentido, o SG enviou ao CS a carta S/2011/293, datada de 10 de Maio de 2011, a carta S/2011/313 – datada de 16 de Maio de 2011, e a carta S/2011/377, datada de 21 de Junho de 2011, informando a nomeação dos peritos a seguir mencionados: Ahmed Fahed Yousseif Alserhan, da Jordânia (ambiente marinho); Oumar Sidi Dièye, do Níger (costumes); Giovanna Perri, da Itália (finanças); Salim Raad, Líbano (armas pesadas); Savannah Tessieres, da França (armas pequenas e leves); Ahmed Zerhouni, da Argélia (aviação), Theodore M. Murphy, dos EUA (componente humanitária e regional); Simon Dilloway, do Reino Unido (finanças). Foi nomeado coordenador do grupo o Sr. Raad²⁷⁶.

4.5.5. A 2ª exposição de Portugal como presidente do Comité de Sanções

Na reunião do CS de 27 de Junho de 2011, esteve presente o Subsecretário-Geral da ONU para os Assuntos Políticos - Lynn Pascoe -, tendo também elaborado um *briefing* o Embaixador Moraes Cabral, na qualidade de Presidente do Comité de Sanções à Líbia.

Ao abordar a situação militar, política e humanitária daquela altura, Pascoe disse que quase cinco meses desde o início da crise política na Líbia, três meses após a adoção da Resolução S/RES/1973 (2011) pelo CS, e 100 dias desde o início das operações da NATO, os combates prosseguiam, constatando-se que as forças opositoras

²⁷⁵ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-y. Ata reunião CS sessão 6507 de 28 de Março de 2011 (S/PV.6507). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6507>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 21h50m; Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-z. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10214 de 28 de Março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10214.doc.htm>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 21h45m.

²⁷⁶ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-aj. Carta S/2011/293 datada de 10 de maio de 2011, carta S/2011/313 – datada de 16 de maio, e a carta S/2011/377 datada de 21 de Junho, enviadas pelo SG ao CS. Disponível em, respetivamente, <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2011/293>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 02h00m; em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2011/313>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 01h55m; em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2011/377>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 02h20m.

tinham apoio da força aérea da NATO nos violentos confrontos em Bir Al- Ghanam, a cerca de 50 quilómetros Trípoli. Informou que o enviado especial do SG - Abdel- Elah Al – Khatib – se encontrava na África do Sul para se reunir com o presidente Jacob Zuma, que havia tido um encontro com Khadafi. Pascoe deu conhecimento que, desde o seu último *briefing*, voltara mais duas vezes à Líbia, mantendo contato com ambas as partes em conflito, tentando reduzir as diferenças entre as mesmas e iniciar conversações. Nestas reuniões, o regime líbio destacou a importância fundamental da ONU em lidar com a crise atual e a sua disponibilidade para iniciar um processo de implementação das Resoluções 1970 (2011) e 1973 (2011) do CS. Por seu lado, o CNT destacou a importância do diálogo para uma solução política, reiterando a sua vontade de trabalhar com as Nações Unidas no sentido de se definir uma transição. Pascoe anunciou também que o TPI havia emitido, naquela data, mandados de prisão internacional para o Coronel Khadafi, seu filho - Saif Khadafi -, e para Abdullah Senussi, com fundamento na prática de crimes contra a humanidade. Por último, Pascoe informou que a situação a nível humanitário era bastante preocupante.

Depois da intervenção do representante da África do Sul, o Embaixador Moraes Cabral, na qualidade de Presidente do Comité de Sanções para a Líbia, informou o CS sobre os trabalhos do Comité durante o período entre 29 de Março e 27 de Junho de 2011. Nesse sentido, referiu que o Comité realizara em 6 de Junho consultas informais com o Grupo de Peritos e ouvira uma apresentação da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) respeitante a informações sobre o valor do sistema de notificações do Comité para esta organização. Informou também que o Grupo de Peritos se encontrava em missão em vários países da Europa a fim de reunir informações acerca da implementação das medidas das Resoluções 1970 (2011) e 1973 (2011), referindo que o Comité haveria de receber uma cópia do relatório intercalar do Grupo até 10 de Agosto de 2011. De seguida, Moraes Cabral informou o CS sobre a atividade do Comité para além das consultas informais, dizendo que o Comité havia analisado uma série de comunicações escritas provenientes dos Estados-Membros, a maioria das quais se referiam ao congelamento de bens.

Referiu em seguida que o Comité aprovou 10 pedidos de isenção de congelamento de ativos de acordo com as despesas de provisão contidas na alínea a) do parágrafo 19 da Resolução S/RES/1970 (2011). Informou também que havia sido recebida uma notificação ao abrigo do disposto na alínea c) do parágrafo 19 da mesma resolução e reconheceu ter recebido 25 notificações relacionadas com os contratos referidos no

parágrafo 21 da resolução. Deu depois conta que o Comité tinha vindo a responder a 15 pedidos de orientação sobre o alcance e a aplicação do congelamento ativos. Sobre este assunto, Moraes Cabral assegurou aos Estados membros que ainda não haviam recebido uma resposta ao seu pedido de orientação que os membros do Comitê estariam a trabalhar diligentemente para atender esses pedidos. Além disso, o Comité respondera a um pedido de esclarecimento sobre o alcance do embargo de armas e que havia recebido 11 relatórios de inspeção de carga a bordo de navios com destino à Líbia. A 24 de Junho de 2011, o Comité acrescentou duas pessoas à lista de pessoas que eram objeto de proibição de viajar e do congelamento de ativos, bem como uma entidade que estaria sujeita a congelamento de bens. Por fim, lembrou que, até àquela data, o Comité havia recebido apenas 30 relatórios sobre a aplicação da Resolução S/RES/1970 (2011) (parágrafo 25 da Resolução), apesar de o Comité ter enviado duas notas verbais a todos os Estados-Membros, recordando a necessidade do envio de tal informação²⁷⁷.

4.5.6. Melhorias na resolução do conflito

As reuniões do CS de 28 de Julho e 30 de Agosto de 2011 do CS demonstraram uma melhoria no conflito líbio.

A 28 de Julho esteve presente na reunião do CS o Subsecretário-Geral dos Assuntos Políticos - Lynn Pascoe. Este realçou que, ao fim de cinco meses de confrontos as forças da oposição haviam obtido vantagens, tentando avançar em direção a Trípoli. Informou também que o enviado especial do SG - Al- Khatib – havia realizado uma proposta a ambas as partes no conflito no sentido de estabelecer um cessar-fogo credível e criar um mecanismo de gestão institucional da transição, à qual as partes manifestaram a sua disponibilidade para estudar a proposta e examiná-la cuidadosamente.

Em 30 de Agosto de 2011 o SG da ONU esteve presente na sessão 6606^a do CS. Considerou que as tendências naquela data eram encorajadoras, porquanto no dia anterior havia recebido confirmação do pedido de asilo à Argélia por parte de Khadafi e família. Notou ainda que o CNT controlava Trípoli e outras cidades líbias. O SG estava convicto de que brevemente o conflito na Líbia estaria resolvido.

²⁷⁷ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-am. Ata reunião CS sessão 6566 de 27 de Junho de 2011 (S/PV.6566). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6566&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 20h26m.

O SG finalizou o seu discurso afirmando que era seu objetivo que uma missão da ONU fosse implementada no terreno o mais breve possível com um forte mandato do CS²⁷⁸.

Em 15 de Setembro de 2011, o SG enviou ao CS uma carta datada de 14 de Setembro de 2011 dirigida ao SG pelo Primeiro-Ministro do CNT, solicitando ajuda e o apoio das Nações Unidas e da comunidade internacional através da aplicação dos planos de estabilização e reconstrução da Líbia. O CNT também solicitava ao CS autorização para retomar os voos comerciais, desejando no entanto manter as medidas da Resolução S/RES/1973 (2011), nomeadamente para proteger os civis e a zona de exclusão aérea militar até novo aviso²⁷⁹.

4.5.7. Estabelecimento da Missão da ONU na Líbia (UNSMIL)

A agenda da reunião do CS de 16 de Setembro de 2011 incluía a situação na Líbia, bem como a carta datada de 15 de Setembro de 2011 dirigida ao Presidente do CS pelo SG (S/2011/578), que analisámos supra (ponto 4.5.5. do Capítulo IV, da Parte III). A reunião contou com a presença do representante da Líbia.

Foi apresentado aos membros do CS o documento S/2011/580, que continha um projeto de resolução apresentado pela Bósnia-Herzegovina, Colômbia, França, Gabão, Alemanha, Líbano, Portugal, Reino Unido e EUA. O presidente do CS - Salam – representante do Líbano, chamou a atenção para o documento do CS S/2011/578, que continha o texto da carta datada de 15 de Setembro de 2011 que havia sido enviada ao Presidente do CS pelo SG. O projeto foi aprovado por unanimidade e converteu-se na Resolução S/RES/2009 (2011)²⁸⁰.

Face aos acontecimentos mais recentes na Líbia e face à existência da expectativa de criação de um governo de transição inclusivo e representativo na Líbia, o CS decidiu,

²⁷⁸ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-am. Atas das reuniões do CS, sessão 6595 de 28 de Julho de 2011 (S/PV.6595) e sessão 6606 de 30 de Agosto de 2011 (S/PV.6606). Disponível, respetivamente, em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6595>, consultado em 4 de Dezembro de 2011, pelas 23h20m; <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6606>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 23h25m.

²⁷⁹ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-an. Carta S/2011/578 datada de 15 de Setembro de 2011, enviada pelo SG ao CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/578>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 01h10m.

²⁸⁰ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ao. Ata da reunião do CS, sessão 6620^a, de 16 de Setembro de 2011 (S/PV.6620). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6620&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 15h20m.

em 16 de Setembro de 2011, através da Resolução S/RES/2009 (2011) estabelecer a UNSMIL. Esta seria chefiada por um representante especial do SG por um período do inicial de três meses e teria como mandato principal ajudar e apoiar os esforços nacionais líbios no sentido de: restabelecer a segurança e ordem pública e promover o Estado de Direito; desenvolver um diálogo político inclusivo através da promoção da reconciliação realizando o processo constitucional e eleitoral nacional; fortalecer as instituições responsáveis e a restauração de serviços públicos; promover e proteger os direitos humanos; e iniciar a recuperação económica. Esta resolução veio também aliviar algumas medidas relacionadas com o embargo de armas, designadamente no que se refere ao armamento ligeiro e às armas destinadas à instrução. Também veio aligeirar o congelamento de bens de algumas instituições líbias, desde que com o conhecimento e consentimento do Comité de Sanções. Por outro lado, a resolução deu indicações ao Comité para, em conjunto com as autoridades líbias, examinar permanentemente algumas entidades líbias sobre as outras medidas que haviam sido impostas nas Resoluções S/RES/1970 (2011) e S/RES/1973 (2011), decidindo que o Comité deveria apurar a designação destas entidades tão rapidamente quanto possível para garantir que os ativos fossem disponibilizados para o povo da Líbia, usando-os em seu benefício. Apesar de manter as medidas estabelecidas nos parágrafos 6 a 12 da Resolução S/RES/1973 (2011) sob constante revisão, a Resolução S/RES/2009 (2011) decidiu que deixariam de produzir efeitos as medidas impostas pelo parágrafo 17 daquela resolução²⁸¹.

O SG nomeou o Inglês Ian Martin para desempenhar a função de representante especial adjunto do SG e chefe da UNSMIL nomeando ainda o Finlandês Georg Charpentier para a função de representante especial adjunto do SG e coordenador residente interino²⁸².

4.5.8. A 3ª exposição de Portugal como presidente do Comité de Sanções

Na reunião do CS de 26 de Setembro de 2011 marcaram presença, para além dos representantes dos Estados membros, o Subsecretário Geral da ONU para os Assuntos

²⁸¹ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ap. Resolução S/RES/2009 (2011) adotada pelo CS na 6620ª sessão, realizada em 16 de Setembro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20(2011)), consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 20h35m.

²⁸² Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-aq. Carta S/2011/587 datada de 19 de Setembro de 2011, enviada pelo SG ao CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/587>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 20h45m.

Políticos - Lynn Pascoe –, o Presidente do Conselho Executivo do CNT da Líbia - Mahmoud Jibril -, e o Embaixador José Filipe Moraes Cabral, na sua qualidade de Presidente do Comitê de Sanções.

Nesta reunião teve a palavra o representante de Portugal - Moraes Cabral –, que falou na qualidade de Presidente do Comitê de Sanções, apresentando um relatório da atividade referente ao período compreendido entre 28 de Junho e 26 de Setembro de 2011. Explicou que, após a implementação da Resolução S/RES/2009 (2011), o Comitê retirou os nomes da Líbia National Oil Zueitina (LNOZ) e da Oil Company (OC) da lista de bens congelados, e flexibilizara as restrições financeiras em relação a outras entidades constantes da lista da referida resolução, bem como levantara a proibição de voos às aeronaves líbias. Deu conta que, em 17 e 18 Julho e 14 de Setembro daquele ano, o Comitê realizara consultas informais com o objetivo de verificar a implementação do embargo de armas e o potencial impacto das sanções sobre a população da Líbia, bem como para ouvir uma apresentação sobre o seu relatório intercalar e analisar os pedidos pendentes nos Estados-Membros. Moraes Cabral informou que até ao dia 11 de Agosto de 2011, o Comitê havia apresentado 11 recomendações, das quais 4 estavam relacionados com o congelamento de ativos, 6 com o embargo de armas e 1 com um incidente processual relativo a comunicação com o Comitê. Além disso, informou que o Comitê iria cooperar com o CNT e com a UNSMIL. Ao fazer um resumo da atividade do comité, Moraes Cabral indicou que o Comitê expressara objeções em 11 situações de congelamento de bens, nos termos do disposto em despesas básicas estabelecidas no parágrafo 19 a) de Resolução S/RES/1970 (2011) e aprovara 41 pedidos de exceção às ações consagradas no parágrafo 19 b) desta resolução, tendo ainda recebido um aviso emitido em conformidade com o parecer ou previsão legal no parágrafo 19 c) da resolução e realizado 10 notificações de receção em relação à prestação de contratos anteriores estabelecidos no parágrafo 21 da mesma resolução. Por outro lado, de acordo com a Resolução S/RES/2009 (2011), Moraes Cabral reiterou a determinação em assegurar que os ativos congelados sob as disposições das resoluções anteriores fossem disponibilizados em benefício do povo líbio e que os membros do Comitê iriam trabalhar para alcançar o objetivo estipulado pelo CS no parágrafo 19 da resolução 2009 (2011). Em relação ao embargo de armas, o Comitê havia aprovado 5 pedidos de exceção a essa medida, de acordo com o parágrafo 9 a) da Resolução S/RES/1970 (2011) e recebeu uma notificação emitida nos termos do parágrafo 9 b) dessa resolução.

Nesse contexto, o Comité havia recebido até aquela data um total de 22 relatórios de inspeção a cargas de navios com destino à Líbia. O Embaixador terminou o discurso referindo que, no período em análise, o Comité havia respondido a 7 pedidos do CS sobre questões relacionadas com o congelamento de bens e 21 relatórios dos Estados membros no cumprimento dessa medida, elevando o total para 51²⁸³.

4.5.9. A morte de Khadafi

Em 26 de Outubro de 2013, o CS reuniu, estando presente o assessor especial do SG para o planeamento do pós-conflito na Líbia - Ian Martin –, e o representante da Líbia - Dabbashi.

Ian Martin começou por informar os membros permanentes que havia representado o SG na proclamação da libertação da Líbia, que havia tido lugar em 23 de Outubro de 2011, em Benghazi. O comunicado de libertação terminara um longo período (40 anos) de ditadura naquele país e representaria ao mesmo tempo um novo início para o povo líbio. Referiu ainda que ao fim de oito meses de conflito a situação de segurança ainda era precária na parte sul da Líbia, embora Khadafi e Motassim tivessem sido mortos em circunstâncias que deveriam ser investigadas pela Comissão Internacional de Inquérito mandatada pelo Conselho de Direitos Humanos. Ian Martin informou também que as agências humanitárias da ONU estariam a fazer preparativos para começar o seu trabalho após o final das hostilidades, cuja prioridade seria a distribuição de alimentos e de água potável, bem como a restauração dos serviços de eletricidade, água e limpeza. O assessor especial referiu que, após o fim da era de Kadhafi, a nova Líbia poderia avançar na construção de um Estado-nação baseado em princípios modernos, designadamente a democracia, os direitos humanos, o estado de direito, afirmando que os líderes do CNT estariam empenhados nesse objetivo. Após a declaração de libertação, o CNT comprometera-se a apresentar, através de uma declaração constitucional, um governo provisório no prazo de 30 dias. Posteriormente, no prazo de 90 dias, seria necessário adotar leis eleitorais e criar uma autoridade administrativa para a eleição. Durante os primeiros 240 dias deveriam realizar-se eleições para que um

²⁸³ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ar. Ata da reunião do CS, sessão 6622^a, de 26 de Setembro de 2011 (S/PV.6622). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6622>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 20h55m.

congresso nacional possa depois dar legitimidade democrática a um novo Governo e a um organismo para elaborar uma Constituição²⁸⁴.

O representante da Líbia – Dabbashi – agradeceu ao SG e aos demais Estados pelo facto de terem apoiado a Líbia durante os últimos meses. Fez referência ao facto de, em 23 de Outubro de 2011, a Líbia ter anunciado a libertação do regime ditatorial de Khadafi após o seu assassinato em 20 do mesmo mês e ano. Referiu também que de acordo com investigações preliminares e informações recebidas, Khadafi fora ferido durante os confrontos entre as suas forças e os rebeldes. Dabbashi informou também que havia sido constituída uma comissão independente para investigação das circunstâncias da morte de Khadafi. Os resultados seriam depois tornados públicos. Por fim, referiu que era bastante difícil a missão da UNSMIL e deu conta que seria formado o Governo de transição no decorrer das próximas duas semanas²⁸⁵.

Em 31 de Outubro de 2011, sob a presidência nigeriana, o CS reuniu-se com o intuito de analisar a situação na Líbia, estando presente o representante da Líbia. Foi apresentado aos membros do CS o documento S/2011/670 que continha um projeto de resolução apresentado pela França, Nigéria, Portugal, Rússia, Reino Unido e EUA. O projeto foi submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade com 15 votos a favor.

Na Resolução S/RES/2017 (2011) o CS destacou a importância da UNSMIL na ajuda e apoio dos esforços nacionais líbios, designadamente na restauração da segurança e da ordem pública, e expressou a preocupação com a proliferação de armas na Líbia e do seu possível impacto sobre a paz e a segurança regional e internacional, reconhecendo igualmente a necessidade urgente de esforços na prevenção da proliferação e multiplicação de armamentos. O CS instou as autoridades líbias a tomarem todas as medidas necessárias para evitar a proliferação de armamento e a continuar a sua estreita coordenação com a Organização para a Proibição de Armas Químicas com o intuito de destruir o seu arsenal de armas químicas. Por outro lado, solicitou ao Comité de Sanções que, com o apoio do Grupo de Peritos, avaliasse «...as ameaças e problemas, principalmente os relacionados com a terrorismo, que envolve[sse] a proliferação de armas e material conexo de todos os tipos na região da Líbia, em particular os mísseis portáteis superfície-ar, e apresenta[sse] um relatório

²⁸⁴ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-as. Ata da reunião do CS, sessão 6639ª, de 26 de Outubro de 2011 (S/PV.6639). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6639>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 00h20m.

²⁸⁵ Idem, Ibidem.

com propostas para resolver esta ameaça e impedir a proliferação de armas...». Solicitou ainda ao SG a apresentação de relatórios sobre a conformidade com a Resolução S/RES/2009 (2011), bem como informações atualizadas sobre a implementação da presente resolução²⁸⁶.

4.5.10. A 4ª Intervenção de Portugal como presidente do Comité de Sanções

A reunião do CS de 22 de Dezembro de 2011 contou com a presença de Ian Martin - representante do SG e Chefe de Missão Apoio das Nações Unidas na Líbia -, que participou na reunião através de videoconferência a partir de Trípoli, e o Presidente do Comité de Sanções – Embaixador Moraes Cabral.

Na sua intervenção na qualidade de Presidente do Comité de Sanções – Moraes Cabral - que apresentou um relatório sobre o trabalho do Comité, abrangendo o período de 27 Setembro a 22 de Dezembro de 2011. Informou que o trabalho do Comité havia incluído o descongelamento de bens relativamente a duas entidades, nomeadamente o Banco Central da Líbia e o “Banco Exterior da Líbia”, a pedido das autoridades. Informou ainda que o Comité havia continuado a trabalhar no sentido de garantir que todos os ativos congelados fossem disponibilizados o mais breve possível a fim de beneficiar o povo da Líbia. Em 12 de Dezembro de 2011, o Comité reunira-se em consulta informal, analisando o ponto de situação relativamente às ameaças de proliferação de armas e do terrorismo, tendo a diretoria executiva do Comité contra o Contra Terrorismo e a UNSMIL decidido que seria apresentado um relatório ao CS em Fevereiro de 2012. Em relação ao embargo de armas, o Comité havia tratado 15 pedidos de exceção de aplicação da medida. Quanto ao congelamento de bens, o Comité havia aprovado seis aplicações de isenção de congelamento de bens e havia resolvido 29 notificações, sendo que no total havia descongelado cerca de 18 milhões de fundos para fins adicionais. Em resposta a questões de dois Estados membros o Comité respondera que, com a aprovação da Resolução S/RES/2009 (2011), o congelamento de bens havia

²⁸⁶ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-au. Ata da reunião do CS, sessão 6644ª, de 31 de Outubro de 2011 (S/PV.6644). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6644>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 02h55m; Resolução S/RES/2017 (2011) adotada pelo CS na 6644ª sessão, realizada em 31 de Outubro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2017%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2017%20(2011)), consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 03h00m.

deixado de ser aplicado aos órgãos subsidiários das entidades constantes da lista da ONU²⁸⁷.

4.5.11. A melhoria da situação na Líbia e a 5ª intervenção de Portugal como presidente do Comité de Sanções

Em 29 de Fevereiro de 2012 teve lugar a 5ª intervenção portuguesa na presidência do Comité durante a 6728ª sessão do CS. Nessa reunião marcaram presença Ian Martin e o representante da Líbia (Shalgham).

Ian Martin fez o ponto de situação na Líbia, começando por dizer que em 17 de Fevereiro de 2012 celebrou-se na Líbia o primeiro aniversário do início da revolução que, apesar das preocupações, havia decorrido pacificamente, verificando-se uma boa coordenação das Forças de Segurança, que se traduzira numa eficaz segurança do Estado. Referiu também que a criação dos círculos eleitorais estaria quase concluída o que permitia ao CNT continuar com a intenção de manter as eleições para Junho de 2012. Por outro lado, verificara-se igualmente um progresso significativo no desenvolvimento da autoridade do Estado, nomeadamente através da criação de Comités locais de segurança sob a direção do Ministério do Interior, para coordenação de operações de segurança entre as brigadas. No final da sua intervenção, Ian Martin referiu que tinha esperança de que a Líbia tinha condições para percorrer o caminho traçado e para alcançar os objetivos a que se havia comprometido²⁸⁸.

De seguida tomou a palavra o Embaixador Moraes Cabral na qualidade de Presidente do Comité de Sanções. Apresentou o trabalho realizado no período compreendido entre 23 de dezembro de 2011 e 29 de fevereiro de 2012. Deu a conhecer ao CS um documento de trabalho elaborado pelo Grupo de Peritos que refletia as contribuições da Diretoria Executiva do Contra-Terrorismo da Organização da Aviação Civil Internacional, da UNSMIL, do Gabinete de Assuntos de Desarmamento, da Organização para a Proibição de Armas Químicas, e da Agência Internacional de Energia Atómica, em resposta a ameaças e desafios da proliferação de armas de Líbia para a região. Deu a conhecer ao CS um relatório final do Grupo de Peritos sobre o

²⁸⁷ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ay. Ata da reunião do CS, sessão 6698ª, de 22 de Dezembro de 2011 (S/PV.6698). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6698>, consultado em 7 de Dezembro de 2013, pelas 03h00m.

²⁸⁸ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ax. Ata da reunião do CS, sessão 6728ª, de 29 de Fevereiro de 2012 (S/PV.6728). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6728>, consultado em 10 de Dezembro de 2013, pelas 00h15m.

acompanhamento da implementação das medidas apropriadas, incluindo um embargo de armas, a proibição de viajar e do congelamento de bens. De seguida informou que o Comité havia processado um total de 31 notificações de pedidos de isenção embargo de armas e 151 notificações ou pedidos de isenção relacionado com o congelamento de bens. Quanto ao embargo de armas a ação do comité traduzira-se na aprovação de 2 pedidos de exceção ao estipulado no parágrafo 9 da Resolução S/RES/1970 (2011). Autorizou ainda 10 pedidos relacionados com o parágrafo 13 da Resolução S/RES/2009 (2011). Quanto ao congelamento de bens, o Comité aprovou 1 pedido nos termos da alínea a) parágrafo 19 da Resolução S/RES/1970 (2011) e realizou notificações a 4 Estados membros, informando-os de que o Comité já havia retirado o congelamento de bens referente a determinadas entidades desses países. Também em 9 de Fevereiro de 2012 o Comité havia debatido vários pedidos de informação por parte de alguns Estados membros relacionados com a situação das filiais das entidades que ainda constavam da lista de congelamento de bens. Moraes Cabral referiu que o Comité estaria a preparar uma declaração geral que seria distribuída a todos os Estados-Membros e publicada no website do Comité sobre a aplicação adequada sobre congelamento de bens. Além disso, o Embaixador fez uma atualização do documento de trabalho sobre o perigo da proliferação de armas, informando que estaria a ser examinado pelo Comité, pelo que posteriormente o CS seria informado. Por fim informou que, a pedido das autoridades líbias, o Comité havia corrigido a lista de indivíduos com proibição de viajar e deu conta que, até aquele momento, o Comité havia recebido relatórios de 55 Estados membros sobre a aplicação de medidas relevantes²⁸⁹.

4.5.12. A 6ª Intervenção de Portugal como presidente do Comité de Sanções

Na reunião de 10 de Maio de 2012 do CS, Portugal teve a sua intervenção na qualidade de presidente do Comité de Sanções à Líbia, realizada pelo Embaixador Moraes Cabral. Informou o CS sobre o trabalho do Comité no período compreendido entre 1 Março e 10 Maio 2012. O Embaixador deu a conhecer o documento de trabalho elaborado pelo Grupo de Peritos sobre as ameaças e desafios colocados pela proliferação de armas da Líbia, informando que haviam sido adotadas novas medidas para reduzir os riscos relativos aos sistemas portáteis de defesa aérea. Esse documento alertava também para o perigo de haver proliferação de armamento leve no país, provocado pelo aumento do fornecimento de armas na região do Sahel, agravando a

²⁸⁹ Idem, ibidem.

insegurança na parte norte do Mali. Moraes Cabral referiu que seria necessário que as autoridades da Líbia implementassem esforços no controlo de armas e na luta contra o tráfico de armamento. Outra das conclusões deste documento seria a necessidade de esforços a nível regional no sentido de reforço do controlo das fronteiras, através de atividades de cooperação na troca de informações de controlo regional.

Um outro documento abordado por Moraes Cabral foi o relatório final do Grupo de Peritos – previsto na Resolução S/RES/1973 (2011) - relacionado com casos de transferência de equipamento militar para a Líbia, a imposição do embargo e violações da proibição de viagens e descongelamento de ativos.

No total, o Grupo de Peritos havia realizado um total de 21 recomendações destinadas ao CS, ao Comité ou aos Estados membros, incluindo a Líbia. O Embaixador informou também que o Comité havia convidado Ian Martin para, em 9 de Abril de 2012, manter uma troca de impressões sobre cinco das recomendações do Grupo de Peritos, bem como para examinar a colaboração entre UNSMIL e o Grupo. Depois informou que, até 9 de Maio de 2012, o Comité havia processado um total 38 notificações ou pedidos de isenção para o embargo de armas, um total de 154 notificações ou pedidos de isenção para o congelamento de ativos, e ainda um total de 25 pedidos de informações. Por outro lado, o Comité havia recebido relatórios de 57 Estados membros sobre a aplicação de medidas relevantes²⁹⁰.

4.5.13. O evoluir da situação e as eleições de 7 de Julho de 2012

Em 7 de Julho de 2012, realizaram-se na Líbia as eleições para a criação de um Congresso Geral Nacional com 200 membros, 33 dos quais mulheres. Segundo Ian Martin e Dabbashi, as eleições foram livres e justas. O próximo passo seria a formação do Governo e a feitura da Constituição²⁹¹. Em 12 de Setembro de 2012, o Secretário-Geral para os Assuntos Políticos - Jeffrey Feltman – informou que, em 8 de Agosto de 2012, o CNT transferiu a autoridade para o Congresso Geral Nacional. Em 9 de Agosto de 2012, o Congresso elegeu um Presidente – Magariaf - e dois vice-presidentes, de acordo com a declaração constitucional. Nesse mesmo dia 12 de Setembro de 2012, o

²⁹⁰ Idem, Ibidem.

²⁹¹ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bf. Ata da reunião do CS, sessão 6807^a, de 18 de Julho de 2012 (S/PV.6807). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6807>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 16h40m.

Congresso votou para eleger um Primeiro-Ministro, que deveria designar os restantes membros do Governo²⁹².

Em 8 de Novembro de 2012, o CS reuniu na sua 6867^a sessão. Esteve presente, através de videoconferência a partir de Trípoli o Representante Especial do SG e Chefe da UNSMIL - Tarek Mitri –, que havia sido nomeado para tal cargo pelo SG em 11 de Setembro de 2012²⁹³. Mitri informou que o novo Governo havia sido constituído em 12 de Setembro 2012, com a nomeação do Primeiro-Ministro Mustafa Abushagur, que entretanto se demitira em 4 de Outubro de 2012. Após nova consulta política pelo Congresso Geral Nacional foi eleito como Primeiro-Ministro Ali Zeidan. Em 30 de Outubro de 2012, o Primeiro-ministro apresentou o Governo Líbio ao Congresso Geral Nacional, sendo constituído por três vice-primeiros-ministros e 29 ministros²⁹⁴.

4.5.14. A 7^a intervenção de Portugal como presidente do Comité de Sanções

A sétima e última intervenção de Portugal na qualidade de Presidente do Comité de Sanções à Líbia realizou-se em 8 de Novembro de 2012, na 6867^a sessão do CS.

Moraes Cabral apresentou o relatório do trabalho do Comité, relativo ao período de tempo compreendido entre 11 de Maio e aquela data. Nesse período, o Comité havia reunido duas vezes em consultas informais, em 25 de Julho e 10 de Outubro de 2012. Em 25 de Julho fora apresentado o relatório intercalar, destacando-se os aspetos relacionados com a implementação da proibição de viagens, congelamento de ativos e embargo de armas, incluindo referências a incidentes de incumprimento. Esse relatório intercalar incluiu 9 recomendações para o Comité agir, sendo que todas elas foram aceites, incluindo duas notas de orientação para a implementação de resoluções sobre aspetos da implementação do embargo de armas. Em 10 de Outubro de 2012, a pedido de um Estado membro, o Comité examinara assuntos relacionados com a proliferação de armas da Líbia para a região, incluindo violações do embargo de armas em relação a dois navios denunciados pelos meios de comunicação social. Neste caso, o Comité agiu

²⁹² Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bg. Ata da reunião do CS, sessão 6832^a, de 12 de Setembro de 2012 (S/PV.6832). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6832>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 16h50m.

²⁹³ Ver Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bh. Carta S/2012/699 datada de 11 de Setembro de 2012, enviada pelo SG ao CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2012/699>, consultado em 12 de Dezembro de 2013, pelas 00h20m.

²⁹⁴ Dados inscritos na página oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bi. Ata da reunião do CS, sessão 6857^a, de 8 de Novembro de 2012 (S/PV.6857). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6857>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 17h15m.

contactando os Estados envolvidos pedindo-lhes informações sobre a denúncia. Moraes Cabral informou o CS que, em termos gerais, desde Maio de 2012, o Comité ocupara-se principalmente com questões relacionadas com o embargo de armas, tendo recebido e aprovado ou rejeitado um total de 41 notificações de isenção por parte dos Estados. Em relação à questão do congelamento de bens foram processadas 5 notificações de isenção. Já quanto à proibição de viajar foi recebido 1 pedido de isenção, que o Comité estaria ainda a analisar. Moraes Cabral finalizou agradecendo ao Grupo de Peritos pelo trabalho realizado e aos seus colegas do Comité pela cooperação contínua e espírito construtivo demonstrado durante os últimos vinte meses de atividade do Comité, o que havia permitido desempenhar as suas responsabilidades de forma eficiente e oportuna²⁹⁵.

4.6. Balanço da intervenção portuguesa na questão da Líbia

I. A presidência do Comité de Sanções à Líbia foi um dos momentos altos e de maior visibilidade de Portugal, através da ação do Embaixador Moraes Cabral e de todo o aparelho diplomático português. Este Comité foi criado após o alastrar da Primavera Árabe à Líbia, em Fevereiro de 2011, através do parágrafo 24 da Resolução S/RES/1970 (2011). O seu principal objetivo era a proteção de civis, bem como acompanhar a evolução do conflito, supervisionando e promovendo a aplicação de um regime de sanções, nomeadamente a aplicação das medidas relacionadas com o embargo de armas à Líbia, o congelamento de bens e a proibição de viajar à família do Coronel Khadafi e seus associados, e ainda a proibição de voos das aeronaves líbias.

Os trabalhos do Comité traduziram-se em reuniões formais e informais, convocadas e presididas pelo Presidente – Embaixador Moraes Cabral.

Com a constituição do Grupo de Peritos, que tinha como função assistir o Comité de Sanções na supervisão da aplicação do regime de sanções, Portugal acompanhou de perto as atividades daquele órgão. Além desta atividade, periodicamente, o Comité apresentou ao CS os relatórios determinados por este órgão, sendo que nessa ocasião foi o Embaixador Moraes Cabral quem representou o Comité no CS, apresentando aos Estados membros a atuação e respetivas conclusões.

Portugal, através do Embaixador Moraes Cabral, na qualidade de Presidente do Comité de sanções à Líbia, realizou durante o mandato sete intervenções no CS,

²⁹⁵ Idem, Ibidem.

informando os Estados membros do ponto de situação sobre as imposições das medidas supra referidas. Na qualidade de porta voz do Comité de Sanções, Portugal desempenhou um papel de grande relevo e visibilidade perante o sistema das Nações Unidas, em especial do CS.

II. Apesar de o conflito na Líbia ainda não se encontrar totalmente resolvido, podemos afirmar que a atuação de Portugal no CS, em geral, e no comité de Sanções à Líbia, em especial, contribuiu para a tomada de medidas essenciais no sentido da estabilização do conflito e da melhoria das condições de segurança do país e, consequentemente, para a melhoria das condições de vida do povo líbio.

De facto, consideramos que através da sua ação no Comité de Sanções, Portugal demonstrou uma enorme capacidade em gerir interesses conflitantes, consolidando a imagem do país como sendo capaz de estabelecer pontes de diálogo e a formação de consensos, tendo contribuído grandemente para a resolução do conflito na Líbia e, consequentemente, contribuiu para apaziguar as convulsões do mundo Árabe.

PARTE IV

REFLEXÕES FINAIS

I. Após a análise feita ao longo das três partes anteriores, as palavras que se seguem são dedicadas às reflexões finais resultantes do estudo que efetuamos relativamente ao tema do nosso trabalho.

II. Desde sempre que as OI desempenham importantes funções nos destinos mundiais e têm o consentimento dos Estados para administrarem os seus interesses. Com efeito, as OI «...refletem e institucionalizam a distribuição de poder e a influência dos estados que as integram...». O CS reflete as tensões do mundo contemporâneo, sendo «...simultaneamente o palco de importantes realizações no âmbito da diplomacia multilateral»²⁹⁶.

A participação no CS é relevante para qualquer país, atribuindo um valor acrescentado em diversos aspetos. De facto, a passagem pelo CS como membro não permanente oferece aos países grande visibilidade, constituindo ao mesmo tempo um momento histórico e de muita responsabilidade. Por outro lado, «...constitui igualmente uma oportunidade para o aperfeiçoamento dos mecanismos de funcionamento da máquina diplomática...»²⁹⁷.

Portugal esteve representado como membro não permanente no CS pela terceira vez no biénio 2011-2012. O processo de candidatura foi bem sucedido, constituindo «...o culminar de um ciclo de intensa actividade diplomática de campanha desenvolvida a vários níveis»²⁹⁸.

III. O CS é considerado «...um fórum importante de resolução de conflitos...», funcionando para um país como Portugal como «...um dos principais fóruns de

²⁹⁶ SARAIVA, Maria Francisca, “Portugal no Conselho de Segurança 2011-2012: A Perspetiva de um Pequeno Estado”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho...*, pp. 8-26.

²⁹⁷ SILVA, José Paulino Cunha, *et al.*, *Angola no...*, p. 279.

²⁹⁸ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

*discussão global e uma constante da política externa nacional, independentemente das visões particulares dos diferentes governos»*²⁹⁹.

A política externa portuguesa é caracterizada pela cooperação e multilateralismo e, por esse facto, Portugal «...*tem manifestado de forma inequívoca a sua vontade de contribuir para a preservação da paz e da segurança internacionais, bem como a sua adesão aos mecanismos de solidariedade internacional, o que tem nos últimos anos contribuído para reforçar a nossa visibilidade e credibilidade, bem como a nossa capacidade negocial*»³⁰⁰.

Ao exercer o mandato no CS no biénio 2011-2012, Portugal contribuiu para a agenda internacional ao abordar temas relacionados com os direitos humanos e questões humanitárias, ajudando, dessa forma, «...*a moldar a política de segurança global no que concerne à manutenção da paz e da segurança internacionais*»³⁰¹.

Portugal no CS caracterizou a sua agenda por uma continuidade em abordar temas estruturantes que a política externa portuguesa tem vindo a seguir ao longo do tempo. Houve, contudo, pequenas variações em função dos acontecimentos internacionais ocorridos, nomeadamente a Primavera Árabe, «...*que obrigaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros português a adaptar rapidamente a agenda inicialmente traçada*»³⁰².

Por outro lado, ao desempenhar a presidência de órgãos subsidiários do CS, nomeadamente no Comité de Sanções à Líbia e à Coreia do Norte, no Grupo de Trabalho sobre Tribunais Internacionais e do Grupo de trabalho sobre a Reforma dos Métodos de Trabalho do CS, bem como ao assumir a presidência do CS em Novembro de 2011, Portugal contribuiu para a discussão de questões importantes em termos mundiais «...*envidando esforços para a prevenção e resolução pacífica dos conflitos através da análise das questões relativas às operações de paz sob liderança da ONU*

²⁹⁹ SARAIVA, Maria Francisca, “Portugal no Conselho de Segurança 2011-2012: A Perspetiva de um Pequeno Estado”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho...*, pp. 8-26.

³⁰⁰ VIANA, 2002 *apud* ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

³⁰¹ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

³⁰² SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

(nas quais tem participado) e ajudando a refletir sobre os exigentes desafios que as alterações climáticas colocam do ponto de vista da segurança global»³⁰³.

Na presidência do Comité de Sanções à Líbia, Portugal demonstrou uma grande «...capacidade de gerir interesses conflitantes entre as diversas partes do conflito...», contribuindo de forma inequívoca para a resolução do conflito existente naquele país. Pode mesmo dizer-se que Portugal esteve «...na vanguarda da actividade do CS sobre as convulsões no mundo Árabe...»³⁰⁴.

IV. Durante o mandato no biénio 2011-2012, Portugal recorreu ao diálogo de forma a obter acordos sobre os diversos temas da agenda, demonstrando dessa forma a vocação universalista do país, mantendo igualmente uma atitude pragmática e desinteressada em relação aos interesses em jogo.

Portugal desempenhou um papel fundamental na procura da paz e segurança internacionais durante os anos de 2011 e 2012. Para o efeito, acompanhou atentamente as crises inseridas na agenda do CS, designadamente os conflitos da Primavera Árabe, da Guiné-Bissau, e a situação em Timor-Leste. Deu particular destaque a determinadas matérias como são exemplo as questões relativas aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário, a proteção de civis, bem como questões relativas à participação de mulheres em processos de paz e na mediação de conflitos^{305 306}. Por outro lado, defendeu sempre os interesses dos países menos poderosos no que concerne ao tema da reforma do CS, nomeadamente a questão do aumento da representatividade neste órgão³⁰⁷.

³⁰³ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

³⁰⁴ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

³⁰⁵ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

³⁰⁶ PINTO, Maria do Céu, *Expandindo a influência Portuguesa através da diplomacia de peacekeeping. As tendências Internacionais e a posição de Portugal*. I Congresso Internacional do OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 1-7, disponível em http://observare.ual.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Maria_Ceu_Pinto.pdf, consultado em 15 de Outubro de 2013, pelas 17h30m

³⁰⁷ ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

V. Durante a presidência portuguesa rotativa do CS em Novembro de 2011, levou à agenda do CS um conjunto de temas de grande importância a nível mundial, contribuindo igualmente para a prevenção e resolução pacífica de conflitos ao analisar os assuntos relativos às operações de paz da ONU³⁰⁸.

Ao presidir a debates sobre a proteção de civis e os novos desafios à segurança, Portugal contribui para a aprovação de resoluções relativas sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais, questões estas que são particularmente importantes e que tiveram consequências a nível internacional³⁰⁹.

Assim, podemos afirmar que Portugal deu «...um contributo firme, coerente e empenhado em questões que definiu como prioritárias» assuntos estes que foram assumidos «...como compromissos, como postura inovadora e interventiva em termos de segurança e respectiva relação com os direitos humanos e outras áreas transversais», contribuindo dessa forma para o avanço da agenda do CS³¹⁰.

VI. Para Portugal, o exercício do cargo de membro não permanente do CS no biénio 2011-2012, «...constituiu uma mais valia para a projecção da imagem do país a nível internacional, com reflexos positivos tanto na área político-diplomática, como para a difusão da língua e da cultura portuguesas»³¹¹. A presença no CS permitiu conferir «...uma janela de oportunidade para contribuir para a agenda internacional, ao avançar com alguns temas e questões que de outra forma seriam de difícil consideração e análise (...) fortalecendo também a visibilidade e o prestígio nacional»³¹².

Mesmo que temporária, a presença de Portugal no CS conferiu ao nosso país «...uma projecção inédita e uma posição de influência, sobretudo pelo facto de estar no epicentro dos acontecimentos e no locus do processo decisional», permitindo-lhe assumir uma posição de protagonismo no “clube de elite” dos países mais poderosos a

³⁰⁸ Idem, Ibidem.

³⁰⁹ Idem, Ibidem.

³¹⁰ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

³¹¹ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

³¹² ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca et.al., *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

nível mundial³¹³, contribuindo dessa forma para o aumento da visibilidade política do nosso país³¹⁴.

A participação de Portugal no CS concretizou um «...*contacto privilegiado com outros membros não permanentes...*», permitindo-lhe «...*projectar-se internacionalmente e consolidar relações políticas mais estreitas com países de outras latitudes, com impacto em todas as dimensões da política externa portuguesa, incluindo no campo da diplomacia económica, que tem estado no topo da agenda dos últimos governos de Portugal*»³¹⁵.

De referir também que a política externa de Portugal saiu reforçada com a postura no CS, pois a «...*participação no conselho de Segurança [é sempre] uma oportunidade única para Estados mais pequenos, tradicionalmente sem relevo nas questões multilaterais, poderem desenvolver práticas internacionais e defenderem e promoverem os seus interesses nacionais*»³¹⁶.

VII. Deste modo podemos concluir que o mandato de Portugal no CS no biénio 2011-2012 foi de facto «...*um importante instrumento para a politica externa portuguesa...*», permitindo que o nosso país tivesse presente no fora mais importante da ONU e conseguisse «...*influenciar decisões importantes para a manutenção da paz e segurança internacionais e fortalecer as relações com Estados importantes e/ou de várias regiões do globo, que potenciam a prossecução dos nossos interesses de politica externa bilateral...*» e consequentemente os interesses nacionais³¹⁷, considerando-se que «...*a plena integração de Portugal nos mecanismos multilaterais tem enormes vantagens do ponto de vista da visibilidade e prestígio internacional do nosso país*»³¹⁸.

³¹³ PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

³¹⁴ SARAIVA, Maria Francisca, “Portugal no Conselho de Segurança 2011-2012: A Perspetiva de um Pequeno Estado”, in SARAIVA, Maria Francisca *et.al.*, *Conselho...*, pp. 8-26.

³¹⁵ Idem, *Ibidem*.

³¹⁶ MENDES, Joana Raquel Calado, *Portugal e...*, p. 128.

³¹⁷ PINTO, Maria do Céu, *Expandindo a influência Portuguesa através da diplomacia de peacekeeping. As tendências Internacionais e a posição de Portugal*. I Congresso Internacional do OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 1-7, disponível em http://observare.ual.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Maria_Ceu_Pinto.pdf, consultado em 15 de Outubro de 2013, pelas 17h30m.

³¹⁸ SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo, pp. 4-6, disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

ANNAN, Kofi A., *Nós os Povos: O Papel das Nações Unidas no Século XXI*. New York: Nations Unies, 2000. ISBN 9212002455.

As Nações Unidas, a O.I.T. e a Liberdade Sindical. Coimbra: Atlântida Editora, 1975.

AUGUSTO, Mário, *As Nações Unidas no Contexto do Direito Internacional*. Luanda: Imprensa Nacional, 2006. ISBN 9728102461.

BAPTISTA, Eduardo Correia, *O Poder Público Bélico em Direito Internacional: O Uso da Força pelas Nações Unidas em Especial*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2003. Dissertação de Doutoramento.

BAILEY, Sydney D., DAWS, Sam, *The Procedure Of The UN Security Council*. Third Edition. Clarendon Press – Oxford, 1998. ISBN 0198280734.

BEDJAOU, Mohammed, *Nuevo Orden Mundial y Control de la Legalidad de los Actos del Consejo de Seguridad*. Bilbao, Instituto Vasco de Administracion Pública, 1995. ISBN 8477771383.

BRASS, Florence Le, *Como organizar e redigir relatório e teses*. 2ª Edição. Mem Martins: Europa-América, 2003.

BRANCO, Carlos Martins, GARCIA, Francisco Proença, *Os Portugueses nas Nações Unidas: os 60 anos da ONU*. Lisboa: Prefácio, 2005. ISBN 9728816790.

BRIERLY, J.L., *Direito Internacional*, 2ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

BRITO, Cidália, *A Organização das Nações Unidas*. Lisboa: Editora Arcádia, 1968.

- CAETANO, Marcelo, *Constituições Portuguesas. 6^a ed.* Lisboa, Edições Verbo, 1986.
- CAMPOS, João Mota de, *Organizações Internacionais. Teoria Geral. Estudo Monográfico das Principais O.I. de que Portugal é Membro.* 4^a Edição, revista e actualizada. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. ISBN 978-972-32-1903-6.
- CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Anotada.* 4^a. Ed., Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 2007. ISBN 978-972-32-1464-4.
- Carta das Nações Unidas e Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa: Centro de Informações das Nações Unidas, 1994.
- CARVALHO, Pedro Raposo de Medeiros, *NAÇÕES UNIDAS, um Actor na Resolução dos Conflitos.* Lisboa: Universidade Lusíada, 2003. ISBN: 972-8397-30-5.
- CEPIK, Marco, *Segurança Internacional – Práticas, Tendências e Conceitos.* Brasil: São Paulo, Editora Hucitec, 2004. ISBN 9728535902.
- CHAUMONT, Charles, *Organização das Nações Unidas.* Oeiras: Margens, D.L. 1994. ISBN 9728141009.
- COOPER, Robert, *Ordem e Caos no Século XXI.* Lisboa: Presença, 2006. ISBN 97222335103.
- CORCELÉM, Martin C. Ortega, *Hacia un Gobierno Mundial: Las Nuevas Funciones del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas.* Salamanca: Editorial Hespérides, 1995. ISBN 8488895100.
- CORTADO, Rosa Riquelme, *Reforma del Consejo de Seguridad de la ONU.* Madrid: Dykinson, 2000. ISBN 8481556394.
- COUTINHO, Clara Pereira, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática.* 2^a Edição. Almedina, V.N. Famalicão: 2013. ISBN 978-972-40-5137-6.

CUNHA, Joaquim da Silva, PEREIRA, Maria da Assunção do Vale, *Manual de Direito Internacional Público*. 2ª Edição. Almedina. Coimbra: 2004. Depósito Legal: 204747/03.

Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea. Academia de Ciências de Lisboa. Braga: Verbo, 2001. A-F.

ELBARADEI, Mohamed, *A Era da Mentira: a verdade escondida sobre os grandes conflitos internacionais*. 1ª edição. Lisboa: Matéria-Prima, 2011, ISBN 9788988461070.

ESTÁCIO, Fernando, *A Universidade das Nações Unidas*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, [S.L.: S.N., D.L., 1977].

EUGÉNIO, António, *A actual conflitualidade e as novas ameaças*, In Notas para a cadeira de Estratégia Militar – Curso de Promoção a Oficial Superior (2011-2012), Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

FALK, Richard, *Globalização Predatória: uma crítica*. Lisboa: instituto Piaget, 2001. ISBN 9727714684.

FERNANDES, António José, *Conflitos e Paz Mundial – A Importância da ONU*. Quid Juris, 2011. ISBN 9789727245536.

FERENCZ, Benjamin B., *New Legal Foundations For Global Survival: Security Throught The Security Council*. New York: Ocean Publications, 1994. ISBN 0379212072.

FERRO, Mónica, *Construção de Estados: Administrações Internacionais das Nações Unidas*. Lisboa: 2005, ISCSP. ISBN: 972-8726-72-4.

FONTES, José, *A Arte da Paz. A ONU e Portugal no Combate ao Terrorismo: Estudo de Direito e Política Internacional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. ISBN 9789723219470.

FORTIN, Marie-Fabienne, *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Décarie Éditeur, Lusociência, 1996. ISBN 972-8383-10-X.

FRADA, J., *Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*. 7ª ed., Cosmos: Lisboa, 1997. ISBN 972-8081-01-4.

FREITAS, Pedro Caridade, *Portugal e a Comunidade Internacional*. Quid Juris, 2012. ISBN 9789727246144.

GASPAR, Carlos, *O Futuro da Comunidade Transatlântica*. Lisboa: IDN, 2011. ISBN 9789729393228.

GÓMES, Mariano J. Aznar, *Responsabilidad International del Estado y acción del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas*. Madrid: Ministério de Assuntos Exteriores Madrid, 2000.

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Direito Internacional Humanitário – Introdução, Textos Fundamentais*. Coimbra: Almedina, 2006. ISBN 9789724029795.

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Internacional Publico*. 3ª Edição, Actualizada e Ampliada, Coimbra: Almedina, 2012. ISBN 97897240343555.

GRAY, Christine, *International Law and the Use of Force*, 3ª Edição, Oxford University Press, Oxford, 2008. ISBN 978-0-19-923914-6.

HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva, *A Política Externa de Portugal para a PESC: O Caso de Timor-Leste*. Mare Liberum Editora, 2012. ISBN: 978-972-8046-18-7.

HUNTIGTON, Samuel P., *O choque das civilizações e a mudança na Ordem Mundial*. (trad. Henrique M. Lajes Ribeiro), Lisboa: Gradiva, 1999.

KENEDY, Paul, *O Parlamento do Homem: História das Nações Unidas*. Edições 70, 2009.

LEANDRO, José Eduardo Garcia, *A Nova Ordem Internacional: Vinte Sinais Premonitórios de uma Nova Era*. In *Negócios Estrangeiros*. Lisboa: MNE, 2007. N.º 10, p. 204-225. ISSN 1645-1244.

LOBO, António da Costa, *Operações de Paz das Nações Unidas*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Volume 47, 1971.

MACHADO, Jónatas E.M., *Direito Internacional do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*. 2006. ISBN 9789723214420.

MAGALHÃES, José Calvet de, *Portugal e as Nações Unidas: a Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996. ISBN 9728109156.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, *Metodologia Científica*. 4.^a ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004. ISBN 85 -224-3799-8.

MIRANDA, Jorge, *Curso de Direito Internacional Público*. 2.^a edição, revista e actualizada. Principia. Cascais: 2004. ISBN: 972-8818-18-1.

MOREIRA, Adriano, *Portugal e o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas*. Sep. Da Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, nº 15. Lisboa: [S.N.], 1957.

MOREIRA, Adriano, *A Jurisdição Interna e o Problema do Voto da ONU*. Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta de Investigação do Ultramar, 1958.

MOREIRA, Adriano, *A Comunidade Internacional em Mudança*. 3.^a Edição. Coimbra: Almedina, 2007. ISBN 9789724033570.

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*. 7.^a edição, Coimbra: Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4660-0.

MOURA, Tatiana, *Novíssimas Guerras: espaços, identidades e espirais de violência armada*. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN 9789724039343.

Naciones Unidas: Imagem y Realidad: Preguntas y Respuestas Sobre Su Gestion, Su Financiamiento y Su Gente. New York: Naciones Unidas, Departamento de información Pública, 1986.

NOGUEIRA, Franco, *As Nações Unidas e Portugal*. 2ª Edição revista. Lisboa: Ática, 1962.

NOGUEIRA, José Manuel Freire Nogueira, *Pensar a Segurança e Defesa*. Edições Cosmos, Lisboa, 2005. ISBN 9727622682.

NUNES, António Avelãs, *Sessenta anos de luta pela paz: breve análise histórica*. Lisboa: Camunho, 1978.

NYE JR, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história*. 2.ª ed. Lisboa: Gradiva, 2011. ISBN 9789726628453.

OETER, Stefan, *O Terrorismo como um desafio ao Direito Internacional*. In *Terrorismo e Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Gradiva, 2006, p. 215-237. ISBN 989-616-134-8.

OLIVEIRA, António José, *Resolução de Conflitos, O papel do Instrumento Militar no Actual Contexto Estratégico – O Exemplo do Kosovo*. Lisboa, 2011, Esfera do Caos Editores;

PATRICIO, António, *Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Lisboa, Boletim do Ministério da Justiça, S.N., 1979.

PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 1997. ISBN 972-40-0868-1.

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale, *A Intervenção Humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*. Tese de Doutoramento em Ciências Jurídico-políticas da Universidade do Minho. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. ISBN 9789723217216.

PIÇARRA, Nuno, *A União Europeia Enquanto Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça: Alguns Desenvolvimentos Recentes*. In Estudos de Direito e Segurança. Coimbra: Almedina, 2007. ISBN978-972-40-3053-1.

PINTO, Jaime Nogueira, *Causas e Conflitos no Século XX*. Lisboa: Fundação Luso-Africana para a cultura, 1999.

PINTO, Maria do Céu, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping doutras Organizações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 2007.

PINTO, Maria do Céu, *Papel da ONU na Criação de uma Nova Ordem Mundial*. Editora Prefácio, 2010. ISBN 9789896520502.

PUREZA, José Manuel, *Para uma Cultura da Paz*. Coimbra, Quarteto Editora, 2001. ISBN 9728535902.

QUEIROZ, Cristina, *Direito Internacional e Relações Internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. ISBN 97897233217094.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Editor: Guilherme Valente, 2008.

RIBEIRO, Manuel de Almeida, SALDANHA, António Vasconcelos de, *Textos de Direito Internacional Público – Organizações Internacionais*. Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, 1995.

RIBEIRO, Manuel de Almeida, FERRO, Mónica, *A Organização das Nações Unidas: as Organizações Internacionais, A Organização das Nações Unidas, os Poderes das organizações Internacionais, História das Nações Unidas, a Avaliação da Eficácia do Sistema*, 2ª edição. Coimbra, 2004, Almedina Editora.

RIBEIRO, Manuel de Almeida *et al.* (orgs.), *Enciclopédia De Direito Internacional*. Coimbra, Almedina Editora, 2011.

RIQUELME, Rosa, *Reforma del Consejo de Seguridad de la ONU*. Madrid: Dykinson, 2000. ISBN 8481556394.

RODRIGUES, Alexandre Reis, *As Novas Ameaças: a Proliferação de Armas de Destruição Maciça*. In *Negócios Estrangeiros*. Lisboa: MNE, 2007. N.º 10, p. 251-274. ISSN 1645-1244.

ROGEIRO, Nuno, *O Novo Terrorismo Internacional como Desafio Emergente de Segurança*. In *Terrorismo*. 2.ª ed.. Coimbra: Almedina, 2004. p. 523-546. ISBN 972-40-2319-2.

ROQUE, Sónia, “Portugal no Conselho de Segurança e a Importância das Questões de Direito Internacional Humanitário”, in SARAIVA, Maria Francisca *et al.*, *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135, pp. 27-46.

SANTOS, Loureiro dos, *Reflexões sobre Estratégia*. Mem Martins: Publicações Europa América, 2000. ISBN 972-1-04718-X.

SANTOS, Loureiro dos, *A Idade Imperial*. 5.ª ed. Mem Martins: Publicações Europa América, 2003. ISBN 972-1-05178-0.

SANTOS, Loureiro dos, *Convulsões*. Mem Martins: Publicações Europa América, 2004. ISBN 972-1-05382-1.

SANTOS, Loureiro dos, *O Império Debaixo de Fogo – Ofensiva contra a Ordem Internacional Unipolar -Reflexões de Estratégia V*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2006.

SANTOS, Victor Marques dos, *Teoria das Relações Internacionais: Cooperação e Conflitos na Sociedade Internacional*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: ISCSP, 2009. ISBN 9789896460266.

SARAIVA, Maria Francisca, *Governance: Um Caminho Para a Segurança Cooperativa*. Lisboa: ISCSP, 2001. ISBN 9729229902

SARAIVA, Maria Francisca, *A Definição de Agressão da Assembleia Geral das Nações Unidas: História de uma Negociação*. Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexões Estratégicas, Edições Culturais da Marinha, 2007. ISBN 97898159007.

SARAIVA, Maria Francisca, *et al.*, *Conselho de Segurança da ONU*. Lisboa, IDN – Nação e Defesa, nº 135.

SERRA, António Truyol Y., *La sociedade internacional*. Madrid, Alianza Editorial, 1998.

SILVA, Augusto Paes de Almeida e, *Da Crise na Organização das Nações Unidas para a Reorganização da Nova Ordem Internacional*. Lisboa: Imp. Gráfica Oriental, 1968.

SINGER, Peter, *Um Só Mundo: A Ética da Globalização*. Lisboa: Gradiva, Revista Científica Desidério Murcho, 2004. ISBN 9726629551.

SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de Direito Internacional Público*, 4ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1996. ISBN 972-32-0101-1.

VÁSQUES, J.A., *Relaciones Internacionales, El Pensamento de Los Clássicos*. 1ª Edición. Limusa-Noriega Editores, México, 1994. ISBN 9681848055.

VIANA, Vitor Rodrigues, *A Segurança Colectiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Cosmos. IDN, 2002. ISBN 9727622410.

WHITE, N. D., *Keeping The Peace: The United Nations and the Maintenance of International Peace and Security*. 2nd Ed. ISBN 0719048559.

XAVIER, Ana Isabel, *A Organização das Nações Unidas*. Humana Global, 2007. ISBN 9789898098184.

DOCUMENTOS ONLINE

AMARAL, José, MACIEIRA, Rui, MARTINS, Sara. *All for one, as long as there is not one for Europe*. Portuguese Journal of International Affairs, disponível em <http://ipris.blogs.sapo.pt/37336.html> e em <http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>, consultado em 10 de Novembro de 2013, pelas 00h10m.

Assembleia Geral das Nações Unidas. s.d.-a. Disponível em <http://www.un.org/es/ga/about/background.shtml>, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 18h15m.

Assembleia Geral das Nações Unidas. s.d.-b. Resolução A/RES/1542 (1960) adotada pela AG na 948a. sessão plenária, realizada em 15 de Dezembro de 1960. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/156/70/IMG/NR015670.pdf?OpenElement>, consultado em 13 de Dezembro de 2013, pelas 16h15m.

Assembleia Geral das Nações Unidas. s.d.-c. Resolução A/RES/3485 (1975) adotada pela AG na 2439a. sessão plenária, realizada em 12 de Dezembro de 1975. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/791/56/PDF/NR079156.pdf?OpenElement>, consultado em 15 de Dezembro de 2013, pelas 16h10m

Composição do XVII Governo Constitucional. 2005-2009. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/cg17/composicao.aspx>, consultado em 15 de Novembro de 2013, pelas 13h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-a. Disponível em http://www.un.org/es/sc/members/searchres_sc_year_spanish.asp?year=1997, consultado em 07 de Novembro de 2013, pelas 23h05m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-b. Disponível em http://www.un.org/es/sc/members/searchres_sc_year_spanish.asp?year=1998, consultado em 07 de Novembro de 2013, pelas 23h05m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-c. Disponível em http://www.un.org/es/sc/members/searchres_sc_year_spanish.asp?year=2011, consultado em 21 de Novembro de 2013, pelas 16h15m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-d. Disponível em http://www.un.org/es/sc/members/searchres_sc_year_spanish.asp?year=2012, consultado em 21 de Novembro de 2013, pelas 16h20m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-e. Ata da reunião da 6465 sessão do CS S/PV.6465 de 5 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6465&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 21 de Novembro de 2013, pelas 16h50m;

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-f. Comunicado de Imprensa do CS SC/10145 de 5 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10145.doc.htm>, consultado em 21 de Novembro de 2013, pelas 16h55m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas: Programa Provisório de Trabalho do Conselho de Segurança - novembro 2011. s.d.-g. Disponível em <http://www.un.org/en/sc/inc/pages/pdf/pow/2011/pow2011-11.pdf>, consultado em 25 de Novembro de 2013, pelas 22h40m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas, Unidade de Informação Pública, Departamento de Informação Pública das Nações Unidas. s.d.-h. Disponível em

<http://www.un.org/es/documents/sc/scaction/2011/index.shtml> e em http://www.un.org/depts/dhl/resguide/scact2011_es.shtm, consultado em 26 de Novembro de 2013, pelas 22h10m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d-i. Disponível em http://www.un.org/es/sc/about/faq.shtml#_Toc272841876, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 17h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-j. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/96/Rev.7&referer=http://www.un.org/es/sc/about/rules/&Lang=S>, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 17h30m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-k. Disponível em <http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml>, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 19h05m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-l. Ata da Reunião do CS - Sessão 6486 (S/PV.6486) de 22 de Fevereiro de 2011, pelas 15h00m. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6486&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 15h05m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-m. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10180 AFR/2120 de 22 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10180.doc.htm>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 16h00m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-m. Ata da Reunião do CS – Sessão 6490 (S/PV.6490) de 25 de Fevereiro de 2011, pelas 15h00m. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6490&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 16h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-n. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10185 de 25 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10185.doc.htm>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 17h25m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-o. Ata reunião CS sessão 6491 de 26 FEV11 (S/PV.6491). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6491&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 29 de Novembro de 2013, pelas 19h05m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-p. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10187/Rev.1 de 26 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10187.doc.htm>, consultado em 30 de Novembro de 2013, pelas 16h55m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-q. Resolução S/RES/1970 (2011) adotada pelo CS na 6491^a sessão, realizada em 26 de fevereiro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=s/res/1970%20\(2011\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/2011.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=s/res/1970%20(2011)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/2011.shtml&Lang=S), consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 00h10m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-r. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/1028 de 28 de Março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10214.doc.htm>, consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 00h25m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-s. Nota presidente CS – S/2011/2/Add.1, de 9 de março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/2/add.1>, consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 01h40m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-t. Ata reunião CS sessão 6498 de 17 de Março de 2011 (S/PV.6498). Disponível em

<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6498>, consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 22h40m;

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-u. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10200 de 17 de Março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10200.doc.htm>, consultado em 1 de Dezembro de 2013, pelas 23h35m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-v. Resolução S/RES/1973 (2011) adotada pelo CS na 6498ª sessão, realizada em 17 de Março de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/1973%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/1973%20(2011)), consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 15h05m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-w. Ata reunião CS sessão 6505 de 24 de Março de 2011 (S/PV.6505). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6505>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 15h25m;

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-x. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10210 de 24 de Março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10210.doc.htm>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 15h10m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-y. Ata reunião CS sessão 6507 de 28 de Março de 2011 (S/PV.6507). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6507>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 21h50m;

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-z. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10214 de 28 de Março de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10214.doc.htm>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 21h45m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-aa. Diretrizes do Comité de Sanções à Líbia. Disponível em

http://www.un.org/spanish/sc/committees/1970/pdf/provisional_guidelines_25_oct_2011_sp.pdf, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 01h00m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ab. Ata reunião CS sessão 6509 de 4 de Abril de 2011 (S/PV.6509). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6509>, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 02h00m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ac. Comunicado de Imprensa do Conselho de Segurança - SC/10217 de 4 de Abril de 2011. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10217.doc.htm>, consultado em 2 de Dezembro de 2013, pelas 22h40m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ad. Carta (S/2011/126) datada de 10 de Março de 2011, endereçada ao Presidente do CS pelo SG. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/126>, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 15h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ae. Carta (S/2011/151) datada de 18 de Março de 2011, endereçada ao SG pelo Presidente do CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/151>, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 16h15m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-af. Carta (S/2011/203) datada de 29 de Março de 2011, endereçada ao Presidente do CS pelo SG. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/203>, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 16h30m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ag. Ata reunião CS sessão 6527 de 3 de Maio de 2011 (S/PV.6527). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6527>, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 18h10m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ah. Ata reunião CS sessão 6528 de 4 de Maio de 2011 (S/PV.6528). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6528>, consultado em 3 de Dezembro de 2013, pelas 22h35m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ai. Ata reunião CS sessão 6530 de 9 de Maio de 2011 (S/PV.6530). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6530>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 00h55m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-aj. Carta S/2011/293 datada de 10 de maio de 2011, carta S/2011/313 – datada de 16 de maio, e a carta S/2011/377 datada de 21 de Junho, enviadas pelo SG ao CS. Disponível em, respetivamente, <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2011/293>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 02h00m; em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2011/313>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 01h55m; em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2011/377>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 02h20m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ak. Ata reunião CS sessão 6530 de 31 de Maio de 2011 (S/PV.6541). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6541>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 14h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-al. Ata reunião CS sessão 6555 de 15 de Junho de 2011 (S/PV.6555). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6555>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 19h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-am. Ata reunião CS sessão 6566 de 27 de Junho de 2011 (S/PV.6566). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6566&referer=http://www.u>

[n.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S), consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 20h26m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-am. Atas das reuniões do CS, sessão 6595 de 28 de Julho de 2011 (S/PV.6595) e sessão 6606 de 30 de Agosto de 2011 (S/PV.6606). Disponível, respetivamente, em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6595>, consultado em 4 de Dezembro de 2011, pelas 23h20m; <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6606>, consultado em 4 de Dezembro de 2013, pelas 23h25m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-an. Carta S/2011/578 datada de 15 de Setembro de 2011, enviada pelo SG ao CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/578>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 01h10m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ao. Ata da reunião do CS, sessão 6620ª, de 16 de Setembro de 2011 (S/PV.6620). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6620&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 15h20m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ap. Resolução S/RES/2009 (2011) adotada pelo CS na 6620ª sessão, realizada em 16 de Setembro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20(2011)), consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 20h35m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-aq. Carta S/2011/587 datada de 19 de Setembro de 2011, enviada pelo SG ao CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/587>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 20h45m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ar. Ata da reunião do CS, sessão 6622ª, de 26 de Setembro de 2011 (S/PV.6622). Disponível em

<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6622>, consultado em 5 de Dezembro de 2013, pelas 20h55m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-as. Ata da reunião do CS, sessão 6639^a, de 26 de Outubro de 2011 (S/PV.6639). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6639>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 00h20m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-at. Ata da reunião do CS, sessão 6640^a, de 27 de Outubro de 2011 (S/PV.6640). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6640>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 02h25m; Resolução S/RES/2016 (2011) adotada pelo CS na 6640^a sessão, realizada em 27 de Outubro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2016%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2016%20(2011)), consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 02h30m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-au. Ata da reunião do CS, sessão 6644^a, de 31 de Outubro de 2011 (S/PV.6644). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6644>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 02h55m; Resolução S/RES/2017 (2011) adotada pelo CS na 6644^a sessão, realizada em 31 de Outubro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2017%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2017%20(2011)), consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 03h00m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-av. Ata da reunião do CS, sessão 6647^a, de 2 de Novembro de 2011 (S/PV.6647). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/PV.6647&referer=http://www.un.org/es/sc/meetings/records/2011.shtml&Lang=S>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 15h00m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-aw. Ata da reunião do CS, sessão 6669^a, de 28 de Novembro de 2011 (S/PV.6669). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6669>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 16h05m;

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ax. Informação do SG S/2011/727, de 22 de Novembro de 2011, sobre a UNSMIL. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/2011/727>, consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 16h30m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ax. Resolução S/RES/2022 (2011) adotada pelo CS na 6673ª sessão, realizada em 2 de Dezembro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2022%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2022%20(2011)), consultado em 6 de Dezembro de 2013, pelas 23h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ay. Ata da reunião do CS, sessão 6698ª, de 22 de Dezembro de 2011 (S/PV.6698). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6698>, consultado em 7 de Dezembro de 2013, pelas 03h00m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-aw. Ata da reunião do CS, sessão 6707ª, de 25 de Janeiro de 2012 (S/PV.6707). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6707>, consultado em 7 de Dezembro de 2013, pelas 15h05m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ax. Ata da reunião do CS, sessão 6728ª, de 29 de Fevereiro de 2012 (S/PV.6728). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6728>, consultado em 10 de Dezembro de 2013, pelas 00h15m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ay. Ata da reunião do CS, sessão 6733ª, de 12 de Março de 2012 (S/PV.6733). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6733>, consultada em 10 de Dezembro de 2013, pelas 18h10m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-az. Ata da reunião do CS, sessão 6731ª, de 7 de Março de 2012 (S/PV.6731). Disponível em

<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6731>, consultado em 10 de Dezembro de 2013, pelas 17h30m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-ba. Informação do SG S/2012/129, de 1 de Março de 2012, sobre a UNSMIL. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/244/76/PDF/N1224476.pdf?OpenElement>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 00h35m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bb. Carta S/2012/139 datada de 7 de Março de 2012, enviada pelo SG ao CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2012/139>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 00h40m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bc. Resolução S/RES/2040 (2012) adotada pelo CS na 6733^a sessão, realizada em 12 de Março de 2012. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2040%20\(2012\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2040%20(2012)), consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 01h20m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bd. Ata da reunião do CS, sessão 6768^a, de 10 de Maio de 2012 (S/PV.6768). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6768>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 15h05m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-be. Ata da reunião do CS, sessão 6772^a, de 16 de Maio de 2012 (S/PV.6772). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6772>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 15h45m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bf. Ata da reunião do CS, sessão 6807^a, de 18 de Julho de 2012 (S/PV.6807). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6807>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 16h40m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bg. Ata da reunião do CS, sessão 6832^a, de 12 de Setembro de 2012 (S/PV.6832). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6832>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 16h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bh. Carta S/2012/699 datada de 11 de Setembro de 2012, enviada pelo SG ao CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2012/699>, consultado em 12 de Dezembro de 2013, pelas 00h20m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bi. Ata da reunião do CS, sessão 6857^a, de 8 de Novembro de 2012 (S/PV.6857). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6857>, consultado em 11 de Dezembro de 2013, pelas 17h15m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bj. Resolução S/RES/384 (1975) adotada pelo CS na 1869^a sessão, realizada em 22 de Dezembro de 1975. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/384%20\(1975\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/384%20(1975)), e Resolução S/RES/389 (1976) adotada pelo CS na 1914^a sessão, realizada em 22 de Abril de 1976. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/389%20\(1976\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/389%20(1976)), ambos consultados em 15 de Dezembro de 2013, pelas 16h00m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bl. Resolução S/RES/1236 (1999) adotada pelo CS na 3998^a sessão, realizada em 7 de Maio de 1999. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1236%20\(1999\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1236%20(1999)), consultado em 20 de Dezembro de 2013, pelas 19h30m; Resolução S/RES/1246 (1999) adotada pelo CS na 4013^a sessão, realizada em 11 de Junho de 1999. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1246%20\(1999\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1246%20(1999)), consultado em 20 de Dezembro de 2013, pelas 19h55m; Resolução S/RES/1257 (1999) adotada pelo CS na 4031^a sessão, realizada em 3 de Agosto de 1999. Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1257\(1999\)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1999.shtml&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1257(1999)&referer=http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1999.shtml&Lang=S), consultado em 20 de Dezembro de 2013, pelas 23h15m; e em

<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/1999/603>, consultado em 20 de Dezembro pelas 19h45m

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bm. Resolução S/RES/1264 (1999) adotada pelo CS na 4045ª sessão, realizada em 15 de Setembro de 1999. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1264%20\(1999\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1264%20(1999)), consultado em 21 de Dezembro de 2013, pelas 23h40m; Carta S/1999/1072 datada de 18 de Outubro de 1999, enviada pelo SG ao CS. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/1999/1072>, consultado em 21 de Dezembro de 2013, pelas 23h55m;

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bn. Resolução S/RES/1272 (1999) adotada pelo CS na 4057ª sessão, realizada em 25 de Outubro de 1999. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1272%20\(1999\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1272%20(1999)), consultado em 22 de Dezembro de 2013, pelas 14h55m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bo. Resolução S/RES/1410 (2002) adotada pelo CS na 4534ª sessão, realizada em 17 de Maio de 2002. Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1410\(2002\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1410(2002)), consultado em 22 de Dezembro de 2013, pelas 23h55m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bp. Resolução S/RES/1599 (2005) adotada pelo CS na 5171ª sessão, realizada em 28 de Abril de 2005. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/1599%20\(2005\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/2005.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/1599%20(2005)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/2005.shtml&Lang=S), consultado em 25 de Dezembro de 2013, pelas 17h10m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bq. Resolução S/RES/1704 (2006) adotada pelo CS na 5516ª sessão, realizada em 25 de Agosto de 2006. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1704%20\(2006\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1704%20(2006)), consultado em 25 de Dezembro de 2013, pelas 17h50m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-br. Resolução S/RES/1802 (2008) adotada pelo CS na 5844ª sessão, realizada em 25 de Fevereiro de 2008. Disponível em

[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1802%20\(2008\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1802%20(2008)), consultado em 25 de Dezembro de 2013, pelas 19h40m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-br. Resolução S/RES/1802 (2008) adotada pelo CS na 5844ª sessão, realizada em 25 de Fevereiro de 2008. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1802%20\(2008\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1802%20(2008)), consultado em 25 de Dezembro de 2013, pelas 19h40m. Posteriormente o CS prorrogou a UNMIT por períodos de 12 meses, por mais quatro ocasiões: S/RES/1867 (2009) adotada pelo CS na 6086ª sessão, realizada em 26 de Fevereiro de 2009. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1867%20\(2009\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1867%20(2009)); Resolução S/RES/1912 (2010) adotada pelo CS na 6278ª sessão, realizada em 26 de Fevereiro de 2010. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/1912%20\(2010\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/1912%20(2010)); Resolução S/RES/1969 (2011) adotada pelo CS na 6487ª sessão, realizada em 24 de Fevereiro de 2011. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/1969%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/1969%20(2011)), todas consultadas em 25 de Dezembro de 2013, pelas 20h00m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bs. Resolução S/RES/2037 (2012) adotada pelo CS na 6721ª sessão, realizada em 23 de Fevereiro de 2012. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2037%20\(2012\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2037%20(2012)), consultado em 25 de Dezembro de 2013, pelas 20h10m

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bt. Ata da reunião do CS, sessão 5445ª, de 25 de Maio de 2006 (S/PV.5445). Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.5445>, consultado em 26 de Dezembro de 2013, pelas 17h35m; v. também Declaração do Presidente do CS S/PRST/2006/25, de 25 de Maio de 2006, disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PRST/2006/25>, consultado em 26 de Dezembro de 2006, pelas 17h40m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bu. Disponível em <http://www.un.org/es/sc/members/>, consultado em 21 de Janeiro de 2014, pelas 23h30m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bv. Regulamento Provisório do Conselho de Segurança (S/96/Rev.7). Disponível em <http://www.un.org/es/sc/about/rules/chapter1.shtml>, consultado em 22 de Janeiro de 2014, pelas 21h30m

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-bx. Regulamento Provisório do Conselho de Segurança (S/96/Rev.7). Disponível em <http://www.un.org/es/sc/about/rules/chapter4.shtml>, consultado em 22 de Janeiro de 2014, pelas 21h35m.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. s.d.-by. Resolução 502 (1982) adotada pelo CS na 2345a. sessão, realizada em 3 de Abril de 1982. Disponível em [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/502%20\(1982\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/502%20(1982)), consultado em 8 de Fevereiro de 2014, pelas 23h55m.

Constituição da Republica Portuguesa (CRP): <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 19H00m

CORREIO DO POVO. Jornal Internacional. *Países legitimam o poder rebelde líbia*. Ano 116, nº 290, Porto Alegre, 17 de Julho de 2013. Disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=290&Caderno=0&Noticia=316646>, consultado em 7 de Fevereiro de 2014, pelas 19h20m.

COSTA, Ana Correia, *Líbia: "Kadhafi mudou e está disposto a colaborar"*. Jornalismo Porto Net. Universidade do Porto: Ciências da Comunicação. 30 de Abril de 2004. Disponível em http://jpn.c2com.up.pt/2004/04/30/libia_kadhafi_mudou_e_esta_disposto_a_colaborar.html, consultado em 9 de Fevereiro de 2014, pelas 01h25m.

CRAVINHO, João Gomes, *A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança*. IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais – UNL, Dezembro de 2010, 28, pp. 005-037, disponível em

http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI28_Artg1_JGC.pdf, consultado em 16 de Outubro de 2013, pelas 11h05m.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. A cimeira UE-África em Lisboa. 18 de Dezembro de 2008. Disponível em http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1053574&especial=Cimeira%20UE-%C1frica&seccao=MUNDO, consultado em 9 de Fevereiro de 2014, pelas 01h45m.

Governo de Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/csnu/csnu.aspx>, consultado em 22 de Novembro de 2013, pelas 16h45m.

MARCOS, Daniel, Eisenhower, *Portugal e o «ano da África» nas Nações Unidas. Relações Internacionais n.30*. Instituto Português de Relações Internacionais – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Junho de 2011, disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000200001&script=sci_arttext, consultado em 28 de Outubro de 2013, pelas 15h35m.

MENDES, Joana Raquel Calado, Portugal e as Nações Unidas: O Papel do Conselho de Segurança na Política Externa Portuguesa, Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na variante de especialização em Estudos Políticos de Área. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 25 e 26, disponível em [http://run.unl.pt/bitstream/10362/9367/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_JCM%20\(2011-2012\).pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/9367/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_JCM%20(2011-2012).pdf), consultado em 02 de Outubro de 2013, pelas 10h35m.

Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas. s.d.-a. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=30, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 19h45m.

Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. s.d.-b. http://www.missionofportugal.org/mop/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=28, consultado em 19 de Outubro de 2013, pelas 22h39m.

NEGREIROS, Joaquim Trigo de, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU*. OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores - Centro de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa. Janus Online: espaço online de Relações Exteriores, disponível em http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_1_b.html, consultado em 28 de Outubro de 2013, pelas 14h55m.

Organização das Nações Unidas, Estados Membros das Nações Unidas. s.d.-a. Disponível em <http://www.un.org/es/members/#s>, consultado em 27 de Novembro de 2013, pelas 22h40m.

PINTO, Maria do Céu, *Portugal no Conselho de Segurança da ONU 1979-80/1997-98/2011-12*. Cidadania e Defesa, Boletim Informativo, nº 44, Outubro-Dezembro de 2011, pp. 10-15, disponível em http://aacdn-aacdn.simply-website.com.pt/1/upload/boletim_informativo_n_44.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h30m.

PINTO, Maria do Céu, *Expandindo a influência Portuguesa através da diplomacia de peacekeeping*. As tendências Internacionais e a posição de Portugal. I Congresso Internacional do OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 1-7, disponível em http://observare.ual.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Maria_Ceu_Pinto.pdf, consultado em 15 de Outubro de 2013, pelas 17h30m.

Programa do XIV Governo Constitucional. 1999-2002. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc14/programa-do-governo/programa-do-xiv-governo-constitucional.aspx>, consultado em 14 de Novembro de 2013, pelas 18h00m.

Programa do XV Governo Constitucional. 2002-2004. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc15/programa-do-governo/programa-do-xv-governo-constitucional.aspx>, consultado em 14 de Novembro de 2013, pelas 19h45m.

Programa do XVI Governo Constitucional. 2004-2005. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc16/programa-do-governo/programa-do-xvi-governo-constitucional.aspx>, consultado em 14 de Novembro de 2013, pelas 19h55m.

Programa do XVII Governo Constitucional. 2005-2009. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc17/programa-do-governo/programa-do-xvii-governo-constitucional.aspx>, consultado em 15 de Novembro de 2013, pelas 14h00m.

Programa do XVIII Governo Constitucional. 2009-2011. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc18/programa-do-governo/programa-do-governo-constitucional-18.aspx>, consultado em 15 de Novembro de 2013, pelas 14h30m.

SARAIVA, Maria Francisca, *O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional*. PACTA, Mais que uma Revista uma janela para o Mundo. Disponível em http://www.ambafrance-pt.org/IMG/pdf/PACTA_4_Edicao.pdf, consultado em 07 de Novembro de 2011, pelas 22h50m.

SARMENTO, António, *Perfil: A vida rebelde de Kadhafi*. Económico: 21 de Fevereiro de 2011. Disponível em http://economico.sapo.pt/noticias/perfil-a-vida-rebelde-de-kadhafi_111639.html, consultado em 9 de Fevereiro de 2014, pelas 01h35m.

SILVA, Cavaco, *Responsabilidade Partilhada, Destino Comum*. Discurso do Presidente da República na 63ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de Setembro de 2008, sobre a candidatura ao CS 2011-2012. Disponível em

http://www.un.org/ga/63/generaldebate/pdf/portugal_pt.pdf, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h50m.

SILVA, Graciosa, *Nova Candidatura ao Conselho de Segurança da ONU*. Diário de Notícias política, 3 de Janeiro de 2013. Disponível em http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2974177, consultado em 10 de Janeiro de 2014, pelas 15h00m.

ÚLTIMO SEGUNDO. Mundo Árabe. *Conheça a trajetória do excêntrico Muamar Kadhafi*. São Paulo, 22 de Outubro de 2011. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/conheca-a-trajetoria-do-excentrico-muamar-kadafi/n1597170954162.html>, consultado em 9 de Fevereiro de 2014, pelas 01h05m.

VINHAS, Rui, Intervenção enquanto Subdiretor- Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/368189/ruivinhas.pdf>, consultado em 17 de Outubro de 2013, pelas 15h20m.

Wikipédia, A enciclopédia livre. S.d.-a. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_para_a_Liberta%C3%A7%C3%A3o_da_Palestina, consultado em 28 de Novembro, pelas 00h35m.

Wikipédia, A enciclopédia livre. S.d.-b. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe, consultado em 28 de Novembro de 2013, pelas 15h10m.

Wikipédia, A enciclopédia livre. S.d.-c. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADbia>, consultado em 07 de Fevereiro de 2014, pelas 17h25m.